



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

RUBENS ALVES DA SILVA

DA VENEZUELA PARA DOURADOS-MS
A BUSCA DE UM LUGAR E A PRODUÇÃO DE GEOGRAFIAS

DOURADOS - 2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

RUBENS ALVES DA SILVA

**DA VENEZUELA PARA DOURADOS-MS
A BUSCA DE UM LUGAR E A PRODUÇÃO DE GEOGRAFIAS**

Relatório apresentado para junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), Universidade Federal da Grande Dourados, para efeito da apresentação da versão final, após a defesa da dissertação de mestrado, sob orientação do Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti.

DOURADOS - 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586d Silva, Rubens Alves Da

DA VENEZUELA PARA DOURADOS-MS: A Busca de um Lugar e a Produção de Geografias. [recurso eletrônico] / Rubens Alves Da Silva. -- 2023.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti.

Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Venezuela. 2. Imigrantes. 3. Dourados. 4. Acolhimento. I. Moretti, Prof. Dr. Edvaldo Cesar.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

RUBENS ALVES DA SILVA

DA VENEZUELA PARA DOURADOS-MS

A busca de um lugar e a produção de geografias.

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - UFGD

Dourados, __/03/2023.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Edvaldo Cesar Moretti (Dr., UFGD) . _____

2º Examinador:

Luciano Pereira Duarte Silva (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Hermes Moreira Junior (Dr., UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

O período de construção de uma dissertação é sempre envolvido de sentimentos inseguranças, dúvidas, ansiedades e até aflições. Por outro lado, a cada leitura, a cada pesquisa realizada, a cada orientação, nos avanços no texto redigido, revigoram-se as energias, alargam os conhecimentos e ampliam as perspectivas de superação dos desafios. Todos estes sentimentos são inatos deste processo.

E por mais que a construção desta dissertação tenha exigido um esforço particular de leitura, concentração e elaboração, ela foi uma rica experiência de interação, de troca de saberes e de conhecimento acumulado. Deste ponto de vista, não é nenhum exagero afirmar que esta dissertação é resultado de um processo coletivo, onde várias mãos generosamente contribuíram para a construção.

Quero agradecer, de modo especial, o professor Dr. Edvaldo Moretti pela maneira sempre segura e serena que me orientou, de suas valorosas correções, sem deixar, em momento algum, de estimular a confiança e a liberdade de minha produção.

Muito agradecido também aos professores que compuseram as bancas examinadoras, o professor Dr. Luciano Pereira Duarte Silva e professor Dr. Hermes Moreira Junior, por terem aceitado participar tanto da qualificação quanto da defesa e pelas pertinentes observações, sugestões e valiosas contribuições que enriqueceram esta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, aos colegas e as colegas do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), pelas contribuições e companheirismo. Agradeço de modo particular, ao amigo Jocimar Lomba Albanez, pelas inestimáveis contribuições e incentivos, na qual estendo aos demais amigos e amigas que de alguma forma foram importantes nesta caminhada.

Agradeço profundamente aos meus pais, Valdemiro Lopes da Silva (*in memoriam*) e Maria Alves da Silva, por todo o esforço e a dura luta cotidiana para a minha formação. Sou grato à escola pública brasileira, desde o ensino fundamental, por me possibilitar alcançar uma formação de qualidade em uma universidade pública federal.

Sou muito grato, aos imigrantes venezuelanos e às lideranças de entidades que se dispuseram a participar das entrevistas e respondendo aos questionários.

E, por fim, um agradecimento muito especial segue à minha companheira e amada Daniela Esperança, e à minha filha querida, Yasmin Alves, pela paciência, pelo companheirismo, pelo estímulo e pelas presenças constantes. Compartilho com elas esta conquista.

América Latina Obrera

*El yankee teme que tú te levantes
América Latina obrera no sé ¿por qué no lo haces?
El yankee teme a la revolución
el yankee teme al grito ¡yankee go home!
yankee go home*

Alí Primera, 1974, compositor venezolano.

(★ 31/10/1941, Coro, capital do estado de Falcón

† 16/02/1985, Caracas, capital da Venezuela).

RESUMO

A profunda crise econômica e política que se abateu especialmente na última década na República da Venezuela estimulou intenso fluxo migratório de venezuelanos para diversos países, especialmente aos de origem latino-americana. O Brasil tem se destacado como o 5º principal destino a esses imigrantes. Ao examinar as razões da crise venezuelana, abordou-se de modo crítico, qualitativo e interpretativo o processo histórico de constituição daquela nação, sopesados os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que lhe definiram os contornos. Em sequência, a análise centrou atenções à denominada “era chavista”, desde a primeira eleição de Hugo Chávez até os anos subsequentes ao de seu falecimento, com a eleição de Nicolás Maduro, atual presidente da *República Bolivariana de Venezuela*. Por fim, dedicou-se a analisar as razões que levaram o município de Dourados a se transformar em um dos principais destinos dos imigrantes venezuelanos no Brasil; da relevância da estratégia de interiorização, sob a responsabilidade das instituições coordenadoras do programa *Operação Acolhida*, o Governo Federal, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Ainda, investigou-se cc que na prática tem se dado o acolhimento dos imigrantes venezuelanos em Dourados, o papel desempenhado pelos atores e instituições locais, sejam elas públicas ou privadas, nas tarefas de integração e garantia da qualidade vida aos indivíduos e famílias “venezuelano-douradenses”. Avalia, portanto, o peso desempenhado pelos setores empresariais, em relação às ofertas de emprego, e o das entidades sociais quanto à inserção deste contingente na sociedade no recente processo de ocupação da cidade.

Palavras-chave: Venezuela. Imigrantes. Dourados. Acolhimento.

ABSTRACT

The profound economic and political crisis that has occurred especially in the last decade in the Republic of Venezuela has stimulated an intense migratory flow of Venezuelans to several countries, especially those of Latin American origin. Brazil has stood out as the 5th main destination for these immigrants. In examining the reasons for the Venezuelan crisis, a critical, qualitative, and interpretative approach was taken to the historical process of that nation's constitution, considering the economic, social, cultural, and political aspects that defined its contours. Then, the analysis focused on the so-called "era chavista", from the first election of Hugo Chávez until the years following his death, with the election of Nicolás Maduro, current president of the *Bolivarian Republic of Venezuela*. Finally, it was dedicated to analyze the reasons that led the city of Dourados to become one of the main destinations of Venezuelan immigrants in Brazil; of the relevance of the internalization strategy, under the responsibility of the coordinating institutions of the *Operação Acolhida* program, the Federal Government, the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and the International Organization for Migration (IOM). We also investigated how the reception of Venezuelan immigrants in Dourados has been carried out in practice, the role played by local actors and institutions, whether public or private, in the tasks of integration and guarantee of quality of life for the "Venezuelan-Douradense" individuals and families. It evaluates, therefore, the weight played by the business sectors in relation to job offers, and that of social entities in relation to the insertion of this contingent in society in the recent process of occupation of the city.

Keywords: Venezuela. Immigrants. Dourados. Reception.

RESUMEN

La profunda crisis económica y política que ha azotado especialmente en la última década a la República de Venezuela ha estimulado un intenso flujo migratorio de venezolanos hacia varios países, especialmente los de origen latinoamericano. Brasil ha destacado como el 5º destino principal de estos inmigrantes. Al examinar las razones de la crisis venezolana, se realizó un abordaje crítico, cualitativo e interpretativo del proceso histórico de constitución de esa nación, ponderando los aspectos económicos, sociales, culturales y políticos que definieron sus contornos. A continuación, el análisis se centró en la llamada "era chavista", desde la primera elección de Hugo Chávez hasta los años posteriores a su muerte, con la elección de Nicolás Maduro, actual presidente de la *República Bolivariana de Venezuela*. Por último, se dedicó a analizar las razones que llevaron a la ciudad de Dourados a convertirse en uno de los principales destinos de los inmigrantes venezolanos en Brasil; de la relevancia de la estrategia de internalización, bajo la responsabilidad de las instituciones coordinadoras del programa Operación Acogida, el Gobierno Federal, el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) y la Organización Internacional para las Migraciones (OIM). Aún así, se investigó cómo en la práctica se ha llevado a cabo la recepción de inmigrantes venezolanos en Dourados, el papel desempeñado por los actores locales y las instituciones, ya sean públicas o privadas, en las tareas de integración y garantizar la calidad de vida a las personas y familias "Venezolano-Douradenses". Evalúa, por tanto, el peso desempeñado por los sectores empresariales, en relación con las ofertas de empleo, y el de las entidades sociales respecto a la inserción de este contingente en la sociedad en el reciente proceso de ocupación de la ciudad.

Palabras clave: Venezuela. Inmigrantes. Dourados. Recepción.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1. Mapa político, ilustrativo: estados da Venezuela.....	22
Figura 2. Caracazo: imagens dos distúrbios populares na Venezuela em 27 de fevereiro de 1989	34
Figura 3. O Globo noticia os distúrbios na Venezuela	34
Figura 4. Rotas da interiorização venezuelana para Dourados.....	98
Figura 5. Imigrantes venezuelanos: localização espacial de residências.....	106
Gráfico 1. Índice de escassez e crescimento do PIB na Venezuela (2003-2013).....	75
Gráfico 2. Taxa de desocupação e índice de escassez: Venezuela. 1999-2014.....	76
Gráfico 3. Índice médio anual de escassez e PIBA (por bilhões bs). Venezuela. 2003-2013.....	77
Gráfico 4. Índice médio anual de escassez e importações totais (por bilhões de US\$). Venezuela, 2003-2013	79
Gráfico 5. Índice de escassez, consumo final e intermediário, produção total e importações. Venezuela, 2003-2013	80
Gráfico 6. Imigrantes venezuelanos por gênero e faixa etária	90
Gráfico 7. Controle migratório - migração venezuelana	91
Gráfico 8. Imigrantes venezuelanos no Brasil: últimos períodos.....	91
Tabela 1. Das razões determinantes para a emigração venezuelana	89
Tabela 2. Imigrantes venezuelanos: destino por estados brasileiros	95
Tabela 3. Imigrantes venezuelanos: principais municípios destinatários.....	96
Tabela 4. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Mato Grosso do Sul, por municípios.....	99
Tabela 5. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados por ano	99
Tabela 6. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados por modalidades.....	100
Tabela 7. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados: governança e direitos	102
Tabela 8. Imigrantes interiorizados em Dourados: por países e origem	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH – Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

AD – Ação Democrática.

ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas.

BBC NEWS – *British Broadcasting Corporation*.

BCV – Banco Central Venezuelano.

CadÚnico – Cadastro Único (para programas sociais).

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

CIADI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos.

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos.

CNE – Conselho Nacional Eleitoral.

COPEI - *Comité de Organización Política Electoral Independiente*.

COVID-19 - Corona Virus Disease.

CTM – Cadastro Territorial Multifinalitário.

CTV – *Confederación de Trabajadores de Venezuela*.

CVP – *Corporación Venezolana del Petróleo*.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.

EUA – Estados Unidos da América.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FODEMI – Fundo de Desenvolvimento Microfinanceiro.

Gini – Índice de Gini (criado pelo matemático italiano Conrado Gini).

Globovisión – *Globo Visión* (rede privada de televisão venezuelana).

GPP – *Gran Polo Patriótico*

HIV – *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INE – *Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela*.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTQIA+. Designa L: Lésbicas, G: Gays, B: Bissexuais, T: Transexuais, Transgêneros, e Travestis, · Q: Queer, · I: Intersexo, · A: Assexual, e o sinal + para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas.

MAS – *Movimiento al Socialismo*.

MBR-200 – *Movimiento Bolivariano Revolucionario - 200*.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social.

MVR – *Movimiento V República*.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

OIM – Organização Internacional para as Migrações.

ONG – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPEC – Operações Comerciais.

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

PCV – Partido Comunista Venezuelano.

PDVSA – *Petróleos de Venezuela S.A.*

PIB – Produto Interno Bruto.

PIBA – Produto Interno Agrícola.

PPA – Plano Plurianual.

PPT – *Patria Para Todos*.

PSUV – *Partido Socialista Unificado de Venezuela*.

RCTV – *Radio Caracas Televisión*.

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

SUS – Sistema Único de Saúde.

Telesur – *Televisión del Sur*.

Televen – *Televisión de Venezuela*.

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UN DESA – *Department of Economic and Social Affairs* (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas).

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas.

URD – *Unión Republicana Democrática*.

USP – Universidade de São Paulo.

Venevisión – *Corporación Venezolana de Televisión, C.A.*

VHF – *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta).

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO VENEZUELANA: UM OLHAR DE FORA.....	21
---	-----------

CAPÍTULO 2

SURGE A VENEZUELA BOLIVARIANISTA	40
2.1 Hugo Chávez e a Quinta República.....	40
2.2 O governo de Nicolás Maduro.....	60

CAPÍTULO 3

DOURADOS, UMA GEOGRAFIA ACOLHEDORA AOS VENEZUELANOS?.....	88
3.1 Pacaraima: principal ponto de acesso de imigrantes venezuelanos e o surgimento da Operação Acolhida.	92
3.2 A presença de venezuelanos no município de Dourados	96
3.3 Mapeamento da presença de venezuelanos na cidade de Dourados.....	105
3.4 Relatos de olhares e vivências: lideranças de entidades	111
3.5 Relatos de olhares e vivências: os imigrantes	119
3.6 A experiência migratória para além dos números	121

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	139
-------------------------	------------

ANEXOS.....	147
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

O relatório *International Migration 2020 Highlights*, elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (*UN DESA*, na sigla em inglês) chama atenção para o considerável contingente de pessoas vivendo fora do seu país de nascimento ou de cidadania. Só em 2020 foram 281 milhões, cifra bem acima dos 173 milhões em 2000 e os 221 milhões em 2010 (RELATÓRIO de Migração Internacional – 2020).

Decorrente desta significativa elevação da migração internacional, a ONU tem alertado para o fato de o número de imigrantes no planeta ter crescido mais rápido que o da população mundial, que decaiu de 1,2% em 2010 para 1,1% em 2020. Em contraste, a percentagem de migrantes internacionais aumentou de 2,8% em 2000 para 3,2% em 2010, chegando em 2020 a crescer 3,6%” (ONU/Nações Unidas – Brasil, 2019). Muito embora a DESA destacar ser o contingente 27% abaixo do esperado, possivelmente em função da pandemia de COVID-19, que interrompeu (ou produziu dificuldades) múltiplas formas de mobilidade humana, como o fechamento de fronteiras.

O fato é que há uma significativa parcela da população mundial na condição de migrante, sendo que em 2019 os continentes Europeu e Asiático foram os destinos escolhidos, respectivamente, para cerca de 82 milhões e 84 milhões de migrantes internacionais, representando a “Eurásia” por 61% do número total mundial de migrantes internacionais combinados. Na América do Norte os números alcançam 59 milhões de imigrantes, cabendo ao norte da África e à Ásia Ocidental outros aproximadamente 50 milhões.

Os dados são reveladores, pois, aproximadamente metade de todos os migrantes internacionais se desloca dentro de seu continente. Na Europa, por exemplo, 70% dos migrantes nasceram em outro país europeu. Na África Subsaariana essa proporção era de 63%. Por outro lado, a Ásia Central e do Sul tinha a maior parte de sua diáspora residindo fora da região, a exemplo do que ocorre na América Latina e Caribe. Próximo a dois terços de todos os migrantes internacionais destinam-se aos países de alta renda, 31% aos países de renda média e somente 4% emigram para os países pobres.

Aos nos debruçarmos melhor sobre os dados do relatório da ONU, observamos que o perfil dos migrantes em escala mundial, próximo da metade é composto por mulheres ou meninas. Já em relação a dados circunscritos apenas para o ano de 2020, o número de mulheres migrantes ultrapassa levemente o de homens migrantes na Europa, na América do Norte e Oceania (mais de 6 em cada 10 migrantes são mulheres e crianças).

Outro dado importante relacionado ao perfil dos imigrantes diz respeito à faixa etária, ou seja, 73% deste contingente está entre 20 e 64 anos, demonstrando que a maioria se encontra em idade produtiva, número bem acima da média da população mundial total que atinge apenas 57%.

A região da América do Sul, segundo levantamentos da Organização Internacional para Migrações (OIM), teve um aumento de quase 1% em relação ao registrado em 2015. Segundo o professor Gustavo Mônaco (2021), da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), as migrações constituem uma situação cíclica, devendo seu agravamento nos últimos anos especialmente à crise estabelecida no Haiti e na Venezuela. E hiperinflação, diminuição do poder de compra dos salários, desabastecimento de produtos básicos e escassez de alimentos, são alguns dos principais fatores que levam à pobreza, à fome e a turbulências sociopolíticas.

Certo é que um contingente expressivo de venezuelanos¹ tem emigrado do seu país de origem. Conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), são números que alcançaram a soma de mais de sete milhões de indivíduos emigrados (PLATAFORMA R4V, dez-2022), destes, parte expressiva tivera como destino os países latino-americanos, destacando-se entre os maiores receptores a Colômbia, o Peru, o Chile, Equador, Brasil e Argentina.

Pode-se dizer que o Brasil é um país se constituiu ao longo da história como território receptor de imigrantes, se assim for considerada a lógica inerente ao sistema colonial. Assim, desde o século XVI colonos portugueses foram ocupando a região costeira e depois interiorizando-se na então América Portuguesa. O mesmo sistema passou a exigir um intrincado sistema de tráfico ultramarino, conduzindo africanos a serem escravizados no Novo Mundo.

Já país independente, o Brasil a partir do século XIX (estendendo-se ao XX) atraiu imigrantes italianos, espanhóis, alemães, japoneses e libaneses, entre outros, depois tornando-

¹ A referência grafada venezuelano(os) de ora em diante fará referência aos diferentes gêneros. Já quando grafamos venezuelana(as) será específico ao gênero feminino.

se signatário de tratados internacionais sobre os direitos elementares aos migrantes – previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (Convenção de Genebra).

Mais recentemente a região Norte do país, especialmente o estado de Roraima, por ser fronteiro com a República Bolivariana da Venezuela, vem recebendo considerável e atípico contingente de venezuelanos em busca de acolhimento. Tal é a dimensão, que o governo brasileiro, sob a coordenação da Casa Civil, lançou a *Operação Acolhida* envolvendo vários ministérios e organizações não governamentais (ONG), visando o ordenamento na fronteira, dedicando-se à estruturação fronteiriça para garantir o recebimento, a identificação e acolhimento dos imigrantes que acessaram o território brasileiro pelo estado de Roraima. Em seguida, implementou a estratégia de interiorização para outras regiões brasileiras, sustentada na afirmação oficial de que o objetivo é promover a inclusão socioeconômica dos imigrantes.

As ações se distribuem basicamente em dois eixos: o primeiro diz respeito ao processo de acolhimento e orientações, registros de documentando, imunização e encaminhando para abrigos temporários. Já o segundo eixo corresponde ao processo de interiorização dos venezuelanos para outros estados do país.

Buscamos compreender as razões mais de fundo que têm impulsionado esse fluxo emigratório de venezuelanos. Isso porque, embora a crise na Venezuela intercale variantes políticas, sociais e econômicas internas, o que é inegável, este processo de emigração massiva precisa ser percebido e inserido em escalas mais amplas, decorrentes em grande medida da disputa de poder global e regional, hegemonizado pelo capitalismo transnacional de caráter financeiro.

Os interesses geopolíticos operados pelos centros de poder mundial e que envolvem os governos nacionais de países da América do Sul, mesmo com sinais pontuais de resistências, têm se traduzido em bloqueios econômicos, sanções, e, de fato na retomada da ofensiva neoliberal. E por ofensiva neoliberal entende-se, privatizações, ataques ao chamado “mundo do trabalho”, traduzindo-se tanto em reformas que levaram a enfraquecimentos das organizações de defesas dos trabalhadores, como ataques aos direitos trabalhistas, que reduziram a renda dos trabalhadores, que promoveram desemprego em massa, ampliação da informalidade e intensa precarização do trabalho.

Percebe-se que para além do terreno estritamente econômico, o grande capital expressa seus interesses por meio de ações dos Estados centrais do capitalismo mundial e a

suas grandes empresas transnacionais, que conjuntamente tendem a intervir fortemente na região. Assim, mediante instrumentos de dominação sofisticados, impregnam as múltiplas dimensões da vida social e do mundo do trabalho. De modo mais contundente, atingem aqueles e aquelas que são obrigados a vender sua força do trabalho para sobreviverem. Buscam, desta maneira, inviabilizar quaisquer avanços para consolidação da democracia, da independência e fortalecimento da soberania das nações da região.

Sobre a interiorização de imigrantes venezuelanos em território brasileiro, desde o início de sua implementação, o município de Dourados foi um dos principais destinos aventados a receber o expressivo contingente de imigrantes, de modo mais destacado, no ano de 2019², quando chegavam com a garantia de emprego e assistência de moradias no primeiro mês. É o que informa o relatório da ONU divulgado amplamente pela imprensa local (ARAÚJO, 2019, <https://www.douradosnews.com.br/dourados/dourados-venezuelana-cidade-foi-a-que-mais-recebeu-refugiados-no/1110031/>).

O fluxo de imigrantes venezuelanos em Dourados, nas primeiras etapas, datando agosto do referido ano, já teria atingido 787, o que colocou o município como o segundo maior em acolhimento, atrás apenas da cidade de São Paulo, que havia recebido 1059 venezuelanos. Em termos relativos, até mesmo em relação à cidade de São Paulo que possui mais 12 milhões de habitantes (IBGE/2019), pode-se afirmar que Dourados estava à frente³.

No final de 2019, entretanto, entidades como a *Associação Dunamis Multicultural* (formada por imigrantes venezuelanos) e a *Cáritas* (organização da Igreja Católica), que estiveram à frente do processo de acolhimento dessas famílias que chegavam a Dourados, estimavam cerca de três mil o total de imigrantes que chegaram ao município (se considerados os dados oficiais e extraoficiais).

Independentemente do grau de precisão de tais estimativas, fato é que o cômputo oficial de venezuelanos e venezuelanas vivendo no município de Dourados já é o suficiente para estabelecer contraste com acolhida em outros municípios brasileiros. A escala é tão relevante que foi o problema principal que nos levou a investigar as razões estimuladoras para o deslocamento desses imigrantes justamente para Dourados, bem como, as causas de fundo da crise no país caribenho que propulsou emigração em massa de sua população.

² Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado por Vinicius de Araújo no site Dourados News em 12 de agosto de 2019, cf. <https://www.douradosnews.com.br/dourados/dourados-venezuelana-cidade-foi-a-que-mais-recebeu-refugiados-no/1110031/> (acesso em 14/12/2019, 21h55).

³ No terceiro capítulo poderemos comprovar que a quantidade de imigrantes venezuelanos interiorizados em 2019 em Dourados é bastante superior a esses números prévios.

Sobre as atratividades de Dourados, as estimativas do IBGE em 2021 apontaram para uma população de aproximadamente 227.290 mil habitantes, segundo maior município em termos demográficos em Mato Grosso do Sul. Dourados se destaca ainda pela presença de quatro universidades com cursos oferecidos presencialmente, sendo duas públicas; também há na cidade unidades para capacitação do ensino de nível médio e técnico.

Já na composição econômica (IBGE, 2021), o município está basicamente organizado em um tripé que parte de um potente setor de serviços, responsável por 66,43% do Produto Interno Bruto (PIB); um setor industrial respondendo por 14,76%; e, com participação menos significativa, o setor primário-agrícola, com 6,69% do PIB (em que pese a relevância do setor agroindustrial). Esse perfil econômico, que é bem característico de regiões onde prevalece o agronegócio, com um setor industrial com predominância da agroindústria, seria esse o diferencial que explicaria a atração trabalhadores e trabalhadoras venezuelanas(os) em busca de emprego e renda? A pesquisa procurou problematizar estas indagações.

Afora isso, verificamos a necessidade de levantar como o poder público, especialmente o executivo municipal, tem se preparado (ou não) para intervir no cenário local diante da presença dos novos atores. Sobre quais medidas foram e vêm sendo adotadas para acolher os imigrantes, quanto ao atendimento às demandas relacionadas a viabilização de documentos, de viabilizar moradia, de oferecer oficinas de capacitação profissional, de intermediar de modo a facilitar a colocação laboral, de oferecer curso do idioma português, medidas enfim que mitiguem os obstáculos aos “venezuelanos douradenses”.

De fato, o contingente de imigrantes venezuelanos(as) presentes atualmente no município, para além da relevância dos números, agregam consigo expectativas de construção de vida nova (desejo comum a todo e toda imigrante), expectativas essas que dependem primeiramente da conquista de emprego e renda como condição para a sua estabilização social. Dessa maneira, o interesse nesta temática justifica-se na perspectiva de estudar, analisar, discutir e compreender a complexidade e amplitude das questões que envolvem a presença dos venezuelanos em Dourados e de modo particular, os impactos que estão produzindo na vida local, com possíveis conflitos decorrentes.

Traçamos como objetivo principal refletir acerca da presença dos imigrantes venezuelanos no município de Dourados, especialmente em seu perímetro urbano, que é onde o problema se apresenta com maior intensidade e se produz geografias outras, decorrentes do novo processo de ocupação.

Para tanto, primeiramente devemos contextualizar a constituição histórica da Venezuela e refletir sobre as razões da crise que impulsionaram o significativo fluxo emigratório de venezuelanos e venezuelanas. Analisaremos o país considerando a intensa disputa geopolítica mundial e suas múltiplas variantes endógenas e exógenas que atuam de modo multiescalar e de conjunto modelam o cenário socioeconômico e político do país.

Investigaremos as motivações que levaram ao grande contingente de migrantes venezuelanos para Dourados (município de perfil polo regional de Mato Grosso do Sul).

Analisaremos também, o nível de acolhimento e integração de tais imigrantes quanto à garantia de empregabilidade, cobertura dos serviços públicos, qualidade de moradia e vivência comunitária e sociocultural. Examinaremos por fim, para além, de possíveis situações conflituosas decorrentes da presença de venezuelanos no município, bem como, as ações de solidariedade e dos esforços para acolhimento e integração à sociedade.

Adotamos como estratégia de investigação o seguinte procedimento metodológico no manejo das fontes.

Quanto ao *levantamento bibliográfico*, verificamos vasta produção existente (de pesquisas em teses, dissertações, publicações outras) acerca da história e da situação política, social e econômica na Venezuela contemporânea. Do surgimento do chavismo até a crise que se acentuou fortemente na segunda década do presente século. Também análise crítica da produção acerca da presença dos imigrantes no Brasil e suas relações sociais no mundo do trabalho, passando em revista os estudos teóricos sobre relações internacionais e processos migratórios, particularmente da participação desses processos na produção da geografia.

Para o *levantamento de dados*, em relação aos secundários, a pesquisa enfoca a presença de venezuelanos no Brasil, especificamente em Dourados, estado de Mato Grosso do Sul, a partir de informações fornecidas por organizações não-governamentais (ONGs), instituições públicas e órgãos de ajuda humanitária. Dos *dados primários*, realizamos entrevistas com representantes de organizações que atuam junto aos grupos de venezuelanos, como a diretoria da *Cáritas* e a Associação Vida e Missão. Vinte e três imigrantes responderam a um questionário elaborado para colher as impressões dos próprios acerca dos problemas enfrentados em sua vivência em Dourados. Esse formulário foi tabulado e analisado criticamente. O *tratamento de dados* como um todo foram tabulados e analisados de acordo com orientações teóricas mais adequadas para a boa compreensão do problema, ponderando as informações sob suporte especialmente da produção geográfica acerca do fenômeno imigratório.

Em relação ao *registrado pelas figuras*, expomos fotos de imagens do *Caracazo* de 1989 e da notícia publicada no *O Globo* sobre os distúrbios. Adicionamos uma imagem importante acerca das rotas de interiorização venezuelana para Dourados para ilustrar a discussão ao leitor. Ainda o mapa do perímetro urbano de Dourados, classificado por regiões, para aclarar a tese defendida da concentração espacial dos imigrantes e da hipótese de escolha de bairros populares mais próximos das agroindústrias, dada a expectativa de empregabilidade. Os *gráficos* foram adicionados para contribuir com a explanação de dados econômicos e demográficos na Venezuela e sobre os imigrantes provenientes deste país. Também as *tabelas* foram produzidas para semelhante intento, facilitar a discussão ao leitor.

Disso resultou a organização da dissertação em três capítulos.

No primeiro, tratamos dos deslocamentos populacionais massivos nos últimos anos no planeta. Em seguida, abordamos o processo histórico de formação da nação venezuelana, responsável por forjar um país de base produtiva estruturalmente depende do extrativismo petrolífero, com altas taxas de concentração de renda e poder político, acarretando profundas desigualdades sociais que “teimam” perdurar no presente.

No segundo capítulo abordamos o período chavista e a crise socioeconômica da Venezuela. Uma abordagem que levou em conta razões de fundo da crise, para além das narrativas apresentadas por parte da oposição aos governos de Hugo Chávez e do atual presidente, Nicolás Maduro, vocalizadas pela mídia tradicional do país, as organizações partidárias de direita locais, os representantes dos interesses geopolíticos dos governos estadunidenses, dos Estados alinhados e da imprensa ocidental. Sustentados por dados e informações, que mesmo alguns corresponderem a segunda década do século presente, contribuem para compreender razoavelmente, o complexo contexto político, econômico e social venezuelano, as suas dinâmicas e contradições.

Já no terceiro e último capítulo apresentamos os países que se destacam como os principais destinos de imigrantes venezuelanos neste período. As dimensões do fluxo migratório no território brasileiro; as principais ações e medidas do Governo Federal e das instituições parceiras, bem como, o papel da *Operação Acolhida* em Pacaraima (RR) na responsabilidade de garantir o ordenamento da fronteira, abrigo aos imigrantes, e de modo similar, a importância da estratégia de interiorização dos imigrantes no país, particularmente, para o município de Dourados.

Em seguida, buscamos traçar o perfil dos imigrantes, as principais razões que motivaram o processo migratório, o papel que tem cumprido os poderes públicos locais no

processo de acolhimento e integração dos imigrantes, as redes de solidariedade por partes de instituições, organizações não governamentais, entre outras. Buscamos investigar como se encontra as condições de vida do imigrante venezuelano em Dourados, como a qualidade de moradia, os principais bairros e regiões que estão mais presentes e quais os fatores significativos para a materialização de determinada espacialização; por fim, se estão tendo acesso às políticas sociais, como sistema de saúde, educação, assistência social, emprego e qual a qualidade destas ocupações laborais.

Para tanto, lançamos mãos de análises de textos, artigos, matérias da imprensa, dissertações e teses a respeito da presença dos imigrantes venezuelanos no município de Dourados e no Brasil. Utilizamos dados e informações disponíveis, especialmente junto a Prefeitura Municipal em seu cadastro de imigrantes. Como fontes primárias realizamos entrevistas com lideranças representantes de instituições que atuam juntos aos imigrantes, promovendo ações de acolhimento, integração e de assistência social, assim como, de encaminhamento para os órgãos e instituições afins.

Do mesmo modo, os imigrantes foram ouvidos, por intermédio de suas respostas a um questionário especificamente formulado e dirigido a eles, em língua espanhola (em meio *online* e impresso). Tais questionários foram tabulados e ajudaram a compreender melhor o fenômeno da imigração venezuelana em Dourados. Também para compreender as dimensões da subjetividade que acompanham o retirante, como as inseguranças, anseios e aflições, todavia, as suas expectativas, esperanças e sonhos.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA NAÇÃO VENEZUELANA: UM OLHAR DE FORA

Para compreendermos os fenômenos que permeiam a Venezuela do presente é imprescindível conhecermos razoavelmente o processo de constituição histórica desta nação.

Localizada na parte norte da América do Sul, a República Bolivariana da Venezuela, possui fronteira ao sul com o Brasil, numa extensão de 2.199 km (fazendo divisas com os estados de Roraima e Amazonas); está delimitada ao norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia e ao leste com a Guiana, com quem mantém disputas territoriais. É constituída por uma parte continental e um grande número de pequenas ilhas no Mar do Caribe e Oceano Atlântico, sendo que uma parte da floresta amazônica está em seu território, totalizando uma área de 916.445 km².

Sua população é estimada em 31.703.499 habitantes e a capital nacional é Caracas, com uma população aproximada de três milhões de habitantes. A região metropolitana, a Grande Caracas, abrange cidades satélites de Los Teques, San Antonio de los Altos, Guarenas, Guatire, Charallave, Cúa, entre outras que compõem zonas tradicionalmente conhecidas como os Altos Mirandinos, Valles del Tuy (do estado de Miranda); juntas, alcançam mais de 6 milhões de habitantes, formando a maior concentração populacional e maior centro político e financeiro do país, sendo o principal polo industrial, comercial, educacional e de turismo (WORLDATLAS, 2019).

Figura 1. Mapa político, ilustrativo: estados da Venezuela



Fonte: WORLDATLAS, 2019: <https://www.worldatlas.com/maps/venezuela>

Considerado um país com destacada diversidade, dada à riqueza ambiental e diversificada fauna, com grande variedade de *habitats* protegidos e de característica fisiológica diversa, a Venezuela incorpora as cadeias montanhosas andinas do norte, as porções principais da bacia do rio Orinoco – um dos maiores do planeta, com suas extensas planícies –, o lago Maracaibo – o maior lago da América do Sul – e as espetaculares Cataratas Ángel, considerada a cachoeira mais alta do planeta.

Apesar de possuir diversos recursos naturais economicamente exploráveis, como gás natural, minério de ferro, ouro, diamantes, bauxita, outros minerais, a energia hidrelétrica, a Venezuela é destacadamente conhecida por suas imensas bacias petrolíferas, que equivalem a 17,5% de todo o petróleo do globo, o que lhe dá a condição de detentora da maior reserva de petróleo provada do mundo.

A Venezuela está sentada na maior reserva provada de petróleo do mundo. São 298,3 bilhões de barris, ou 17,5% de todo o petróleo do mundo. Este petróleo está a apenas 4 ou 5 dias de navio das grandes refinarias do Texas. Em comparação, o petróleo do Oriente Médio está entre 35 a 40 dias de navio dos EUA, maior consumidor de óleo do planeta (ZERO, 2017, p. 1).

A taxa de analfabetismo em 2013 era de 3,9%, bastante inferior à do Brasil, que registrava 8,3% para o mesmo período (IBGE); o PIB per capita era de US\$ 8.729,9 em 2013 e o IDH de 0,777 (68º país). É importante destacar que, em decorrência da crise econômica aguda, os últimos registros do IDH venezuelano caíram para 0,711 em 2019. Já a expectativa de vida que chegou a atingir 74,30 em 2011, decaiu para 72,06 anos em 2019. Sua principal composição étnica é formada por espanhóis, indígenas, africanos, italianos, portugueses, árabes e alemães. A língua oficial é o espanhol, porém múltiplas línguas dos povos originários são faladas no país, que tem no catolicismo romano a religião majoritária, respondendo por 93% do conjunto da população (ENCICLOPÉDIA LATINO AMERICANA, *apud*. MARTINS, 2017).

No século XX a Venezuela viveu uma urbanização acelerada, motivada especialmente pelo advento da intensificação da exploração do petróleo. Essas mudanças, no entanto, foram acompanhadas por desequilíbrios entre as regiões e os grupos sociais do país, pois, na medida em que as cidades cresceram, atraindo contingente expressivo proveniente das áreas rurais, causou desequilíbrio entre urbano e rural, fenômeno similar ao Brasil. Sem mencionar a imigração massiva, em grande parte ilegal, oriunda da Colômbia e de outros países vizinhos. Como recorrente em muitos países da América Latina, a Venezuela tem uma alta porcentagem de pobreza urbana e volumosa dívida externa (IBGE-Países, 2021).

O território venezuelano foi colonizado pelo Império Espanhol a partir de 1515, após quedar as últimas resistências dos povos nativos. A história política da Venezuela confunde-se com a da América hispânica, em parte pelo passado colonial comum, mas especialmente por compartilhar com os países vizinhos o processo de guerra de independência liderado pela elite *criolla* (termo para expressar os descendentes de espanhóis nascidos na América). Com a Colômbia (antigo Vice-reino de Nova Granada e Equador) formou uma única nação entre 1819 e 1829, quando, por fim, a Venezuela rompeu esta provisória união, desfazendo a República da Grã-Colômbia.

A independência foi declarada pelo Congresso Nacional somente após quase três séculos de duras e intensas batalhas entre as tropas da coroa espanhola e os chamados exércitos patriotas, sob o comando, especialmente de Simon Bolívar, denominado de “O

Libertador”. Como país independente, a Venezuela teve como primeiro presidente José Antônio Paz, que a governou até o ano de 1863.

Neste período, o novo Estado passou por uma guerra travada entre conservadores e liberais. Tal conflito foi vencido pelos liberais, sob o comando de Antônio Guzmán Blanco, cujo governo datou até o ano de 1888, período em que o país experimentou uma fase de relativa modernização.

Mesmo assim, permaneceu a Venezuela caracterizada como uma das sociedades agrárias mais pobres da América Latina, situação que começou a se transformar com a mudança do padrão energético na economia mundial – passando do carvão mineral para o petróleo –, especialmente a partir da década de 1920, quando se dera novas descobertas e a exploração das reservas petrolíferas do País se tornou mais intensa.

Segundo Carlos Eduardo Martins (2017), as concessões para a exploração das reservas venezuelanas começaram, na verdade em 1865, bem antes que estivesse estabelecida a transição energética. Elas contemplaram inicialmente empresas norte-americanas como a *New York and Bermudez Company*, interessadas na produção de asfalto e a primeira companhia venezuelana, a *Petrolia del Táchira*, cuja produção estava voltada à distribuição de querosene.

De olho no potencial do país, o capital estrangeiro pressionou o governo venezuelano e conseguiu ampliar ainda mais suas concessões. Em 1901, a *New York and Bermudez Company* financiou a “Revolução Libertadora” contra o governo nacionalista de Cipriano Castro. E, no ano seguinte, as armadas da Inglaterra, Alemanha e da Itália bloquearam a costa venezuelana sob o pretexto de que Castro não havia cumprido com seus compromissos internacionais (MARTINS, 2017).

Em 1905, Castro promulgou a Lei de Minas que estipulava concessões de cinquenta anos para a exploração do petróleo, com objetivo de aumentar o controle do Estado sobre o petróleo, o que desagradou às empresas estrangeiras que apoiaram o golpe dado pelo vice-presidente, Juan Vicente Gómez. Afirma Martins (2017) “que a partir de então, milhões de hectares foram distribuídos em regime de concessão, consolidando a anglo-holandesa *Royal Dutch Shell* e a norte-americana *Standard Oil* como as principais empresas de petróleo do país. Enquanto isso, a exploração se fazia com base em leis sobre o uso do solo e não havia pagamento de renda”.

No ano de 1913, novos campos de petróleos foram descobertos, mas somente em 1917 iniciou-se a exportação por meio de revisão das concessões e promulgação da primeira Lei de Hidrocarbonetos no país. Se até então, a renda petrolífera, garantia menos de 10% ao Estado,

o que representava apenas 0,26 das receitas tributárias venezuelanas, em 1920 introduziu-se o conceito de reserva nacional, com fixação de pagamento mínimo de 15% ao Estado venezuelano.

Contrariadas em seus interesses, as empresas estrangeiras derrubaram desta vez o ministro do Fomento, Gumersindo Torres e intervieram na formulação da nova lei. Com o golpe, permaneceu inalterada a legislação sobre o tema até 1938, quando a crise mundial do petróleo forçou a uma revisão, culminando com o aumento da participação do Estado.

Desta feita, a Venezuela pode assim se afirmar como nação, passando a se rearticular no âmbito do capitalismo mundial por meio da produção e comercialização de petróleo, alterando e condicionando significativamente as estruturas do País. Foi somente em 1922, após a descoberta do campo Barroso 2, em Cabinas, estado de Zulia, que o país se converteu no segundo maior produtor de petróleo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, e conquistou o patamar de maior exportador do mundo, posição que manteria até 1970, quando seria ultrapassado pelos países árabes (MARTINS, 2017). Uma avaliação convergente sobre o tema vimos em Betancourt (1979), para o qual:

Somente no ano de 1937 essa alíquota foi elevada para 30% e em meados do século XX alcançou o patamar de 60%, transformando no principal produto de exportação da Venezuela. Observa-se que neste período o governo venezuelano proibiu novas concessões para exploração de petróleo e a alíquota aumentou para 60%.

Do ponto de vista demográfico, a trajetória da Venezuela acompanha, em certa medida, o histórico dos países latino-americanos, especialmente entre o período que corresponde à década de 1920 até 1950, o país viu duplicar sua população e boa parte migrou do campo para a cidade, transformando-se em mão de obra assalariada. Em 1936 o contingente que vivia nas cidades constitua apenas 34% do total, alavancando-se em 67% em 1961, o que estimulou a burguesia venezuelana modificar seu padrão de inserção de eminentemente agrária para comercial, fortalecendo seus laços com o Estado e com as empresas transnacionais (MARTINS, 2017).

Prossegue este autor defendendo que os recursos que eram auferidos pelo Estado com a renda petroleira foram dirigidos basicamente para a burguesia importadora, aos banqueiros (estes em parte estrangeiros). De todo modo, foram os responsáveis pela montagem de um exército capaz de impor a unidade nacional aos caudilhos regionais e de dirigir o processo de construção de cidades com equipamentos e materiais importados (MARTINS, 2017). Um

processo de deveras similaridade às experiências dos demais países latino-americanos, pois, mesmo em conjunturas de desenvolvimento econômico, eles se caracterizam por serem concentradoras de renda, tendo por consequência a forte desigualdade social.

Martins (2017) relata que após o falecimento de Juan Vicente Gómez, em 1935, ditador que governou a Venezuela por 27 anos⁴, assumiu o governo o general Eleazar López Contreras (1935-1941). Ao longo deste governo veio a ocorrer o fenômeno da urbanização, onde novos sujeitos sociais ganharam maior protagonismo. Os movimentos estudantil e sindical (em particular o petroleiro e camponês), somados à atuação das esquerdas, seguiram exigindo reformas. Todavia, a tradição autoritária, como de costume, deu as linhas da resposta do governo, lançando mão de violenta repressão. Somente no período seguinte, com a ascensão de Isaías Medina Angarita (1941-45), militar que sucedeu Contreras, atendeu-se em parte a pauta presente nas lutas e nas pressões, legalizando os partidos Ação Democrática e Comunista – então na clandestinidade – e reformando a Lei de Hidrocarbonetos (em 1943), que ampliou significativamente a arrecadação fiscal do Estado.

Com a ampla reforma da Lei de Hidrocarbonetos garantiu-se a elevação dos impostos e royalties, equilibrando razoavelmente os lucros privados e dos demais consorciados junto ao Estado venezuelano; eliminou a isenção obrigatória de impostos de aduana; impôs às companhias a ampliação das instalações de refinação no país; limitou as cotas de produção; renovou os títulos outorgados e sua vigência por quarenta anos (MARTINS, 2017).

Em que pese às medidas consideradas positivas, o governo de Isaías Medina Angarita foi derrubado por um movimento cívico-militar, sendo substituído por uma junta de governo presidida por Rómulo Betancourt, fundador e líder da Ação Democrática, entre os anos de 1945 e 1948. Esse foi o período em que a intervenção estatal sobre o setor petroleiro se acentuou, quando uma reforma fiscal passou a vigorar, com a finalidade de estabelecer uma divisão mais equitativa dos lucros da exploração do petróleo. Também foi quando se criou a Corporação Venezuela de Fomento, com objetivo de transferir recursos do setor petroleiro para outros segmentos da economia e estimular sua modernização. Outra medida importante, de impacto político e social foi a que resultou da conquista do voto universal para maiores de 18 anos, fato considerado por muitos como primordial para a eleição presidencial do escritor Rômulo Gallegos, militante de Ação Democrática.

⁴ Não são poucos os registros a confirmar que a notícia foi comemorada pelo povo nas ruas das principais cidades do país.

Ainda no governo do presidente Isaiás Medina Angarita, contando com uma condição favorável no balanço de pagamentos, na maioria das vezes superavitária em função dos preços do petróleo, o país acabou se atrasando na implantação dos processos de substituição das importações. A alta capacidade de comprar de fora desestimulava o estabelecimento de políticas protecionistas por parte do Estado e acabou por favorecer um comportamento especulativo e rentista por parte das elites. E as primeiras tentativas de substituir o modelo importador surgiram em função da crise do mercado mundial durante a Segunda Guerra. Angarita ainda ensaiou medidas para reduzir as importações de bens de consumo durante o conflito mundial, ao substituí-las pela compra de maquinário. Mas a desorganização do mercado, bem como a oposição da burguesia comercial e financeira venezuelana – que funda a *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela (Fedecámaras)*, em 1944 – e da Ação Democrática, que representava os segmentos médios e reivindicava a redução dos preços dos bens de consumo, levariam à queda de seu governo (MARTINS, 2017).

Nos pós-guerra, durante o governo de Rómulo Betancourt, com a elevação dos preços do barril de petróleo, a renda aumentou significativamente, seguida da ampliação das concessões para exploração. Parte destes recursos foi destinada ao setor importador e financeiro, e para a modernização da agroindústria, criando empresas moedoras de trigo, de fabricação de leite em pó, centrais açucareiras e de industrialização de pescados. No entanto, prossegue Martins (2017) “não se estabeleceu, por exemplo, uma política de proteção e desenvolvimento para o setor têxtil e de calçados, e tampouco foram feitos investimentos em infraestrutura. Assim, o nível de industrialização permaneceu incipiente”.

Com as fragilidades econômicas, consequência em boa medida de uma base produtiva frágil, com forte dependência do setor petrolífero (leia-se, das constantes oscilações dos preços internacionais do barril de petróleo), na Venezuela a instabilidade e as crises eram eminentes, produzindo descontentamento da população e, conseqüentemente, um cenário fértil para golpes, tanto de militares quanto de seus segmentos políticos e sociais aliados.

No ano de 1953 foi nomeado Presidente da República pelo Parlamento Nacional o general Marcos Pérez Jiménez, que havia participado ativamente do golpe de Estado que interrompeu, por assassinato, o governo do então presidente Carlos Delgado Chalbaud. Na era Jiménez, que ficou conhecida como a ditadura do perézjimenismo, o “acervo” repressivo foi completo, típico das tradicionais ditaduras latino americanas: suspendeu as liberdades democráticas, atacou os direitos civis, produziu fraudes eleitorais e corrupção, proibiu partidos políticos como o Comunista (PCV) e a Ação Democrática (AD) e perseguiu sindicatos. Seu órgão policial repressivo, a direção de segurança nacional, prendeu e confinou os opositores no campo de concentração onde muitos deles foram executados. Apesar de todo

o repertório repressivo, antidemocrático e de violência de tremendo retrocesso no campo democrático e das liberdades individuais, o governo Pérez Jimenez foi apoiada fortemente pelos governos dos Estados Unidos por integrar a Venezuela a uma rede de distribuição petroleira e por seu forte anticomunismo (MARTINS, 2017).

Contando com substancial elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, a ditadura Jimenez se beneficiou sobremaneira da ampliação dos fluxos de divisas no primeiro período e passou a utilizá-los para nos anos de 1950 impulsionar a construção civil e modernizar a agricultura, mecanizando-a (fato que provocou forte migração de camponeses para as cidades, expandindo ainda mais o assalariamento e o mercado interno). Além disso, a isenção tarifária, combinada à disponibilidade de divisas, permitiu a expansão da indústria manufatureira de menor valor agregado, mesmo que ainda numa progressão lenta. O crescimento se fez com o aumento do coeficiente de importações, que saltou de 17% do PIB na década de 1930 para 30% entre 1940 e 1960 (MARTINS, 2017). Avaliando os dados registrados sobre a indústria venezuelana nos anos de 1960, Cano confere que o setor de bens de consumo não duráveis respondia por 63,5% do PIB industrial nos anos de 1960, registrando um perfil deste setor, revelador da dimensão incipiente da industrialização do país (CANO, 1999, *apud*. MARTINS, 2017).

Com a oscilação dos preços internacionais do petróleo, diante de mais uma queda do preço do barril no mercado (década de 1960), a burocracia estatal se deu conta da escassez relativa de divisas, de sua instabilidade e volatilidade, passando a dar início, embora incipiente, às políticas de substituição de importações. E, sobretudo na década de 1970, avançou-se mais nas iniciativas de nacionalização da estrutura produtiva.

Apesar de tais esforços governamentais para contornar a crítica situação econômica, o descontentamento para com o regime era latente. Sendo assim, diante da crise e da tentativa de Marcos Pérez Jiménez de fazer expandir seu mandato por mais cinco anos levou à eclosão de uma série de manifestações envolvendo estudantes, partidos de oposição, segmentos sociais populares da periferia e até mesmo parcelas dos militares (MARTINS, 2017). As referidas manifestações foram progressivamente se ampliando até ganharem caráter absolutamente massivo, arrefecendo somente com a queda integral do presidente e do governo provisório perante uma junta militar.

A partir de então, segundo Max Altman (2017, p. 23), a Venezuela passou a viver uma nova etapa denominada de Quarta República, que é inaugurada com o fim da ditadura de

Jiménez e a assinatura do Pacto de Punto Fijo, até a eleição da Assembleia Nacional Constituinte que redigiu e aprovou a nova Constituição de 1999.

Nesta fase, estabelece a chamada democracia de ponto fijo (O Pacto de Punto Fijo), que visava criar estabilidade institucional para o processo representativo, combinando reformas de cunho social e nacionalista, com o conservadorismo. Este referido pacto que foi firmado entre os partidos tradicionais, a Ação Democrática (AD), o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e a União Republicana Democrática (URD), conclamava a unidade nacional com compartilhamento e alternância de governo (MARTINS, 2017).

Por se tratar de pacto que envolveu forças políticas tradicionais, não surpreendeu a manutenção do Partido Comunista na ilegalidade. Segundo Martins, na prática, o governo foi dividido entre a AD e o COPEI. A lealdade das forças armadas foi garantida em troca de benefícios sociais e de maior autonomia organizativa. Então os opositores políticos foram perseguidos e o governo se lançou ao combate do movimento guerrilheiro que inspirado pela revolução cubana havia se organizado em protesto ao caráter oligárquico desse arranjo político (MARTINS, 2017).

O Pacto Punto Fijo significou uma aliança ampla que envolveu setores de centro-esquerda e sociais-democratas representados pela AD, bem como, de centro-direita e democratas-cristãos, da COPEI. Tal acordo estabeleceria por mais de duas décadas o grau interno de legitimidade necessária para uma intervenção crescente do Estado na economia, que redefiniu até os anos 1980 a relação com o capital estrangeiro, controlador do segmento petrolífero, mais importante setor produtivo, responsável por 20% do PIB em 1970 (MARTINS, 2017). Também Urbaneja (2009) reconhece que “historicamente a Venezuela depende do petróleo. A partir de 1958, com o Pacto de Punto Fijo, a organização do poder político entre estas forças teve como uma de suas consequências à divisão da renda petroleira entre os agentes centrais do regime”.

Para Altman (2017, p. 25), o pacto ao fim e ao cabo criou um bipartidarismo entre a AD e o COPEI, com alternância de governo entre os dois partidos que se estendeu até o ano de 1999, quando se instalou o novo Congresso, logo após a eleição à presidência de Hugo Chávez, que deu por concluída a etapa histórica do puntofijista⁵.

⁵ Puntofijista decorre do termo *Pacto de Punto Fijo*, que diz respeito a um período histórico da Venezuela, onde foi firmado um acordo político de 31 de outubro de 1958, quando acordaram entre si os três grandes e tradicionais partidos venezuelanos - a Acción Democrática (AD), de centro-esquerda, a Unión Republicana Democrática (URD), de centro, e o democrata cristão *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), de centro-direita. O propósito do acordo era assegurar a estabilidade política do país, após a derrocada

Em resumo, o período puntofijista se caracterizou por uma crescente intervenção do Estado na economia, expresso de diversas formas: na articulação entre a Venezuela e os países exportadores de petróleo para uma política conjunta para o setor, que se constituiria no embrião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); na reorientação da Corporação Venezuelana de Fomento para o financiamento de atividades industriais que, em 1962, viabilizaria a montagem da primeira siderúrgica integrada; na decisão em 1963 de não renovar as concessões de exploração de petróleo, que voltariam às mãos do Estado em 1983; no anúncio em 1971 de que a exploração de gás seria exclusividade do Estado; na promulgação em 1973 da reserva do mercado interno de petróleo e de combustíveis líquidos para o Estado; e na nacionalização em 1975 das áreas de exploração de petróleo e de minério de ferro, com a criação de Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) – ainda que o governo de Carlos Andrés Pérez tenha desvirtuado o seu sentido ao abrir a brecha para, em casos de interesse público, o Executivo pudesse estabelecer convênios de associação por tempo determinado (MARTINS, 2017).

Em 1960, foi criada a própria companhia para a exploração de petróleo, a Corporación Venezolana del Petróleo (CVP), sendo que em três anos apenas, 1963, se tornou a quinta maior produtora de petróleo do mundo. No mesmo ano, a Venezuela em conjunto com a Arábia Saudita, o Iraque, o Irã e o Kuwait fundaram a Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP) em Bagdá, no Iraque, intervindo nos interesses geopolíticos e mundiais (NEVES, 2010, p. 56).

Já sobre o gás natural, ressalta Neves:

A Venezuela, em 1971, adotou uma política de 100% dos direitos de produção de gás natural. Progredindo na mesma tendência, avançou no aumento das alíquotas e impôs sobretaxa ao barril de petróleo e nacionalizou toda a produção de petróleo, culminando com a criação da Companhia de Petróleos de Venezuela - PDVSA (NEVES, 2010, p. 56-57).

No processo que levou à nacionalização das empresas de petróleo, os questionamentos estiveram bastantes presentes, especialmente no que tangia aos valores, considerados pelos críticos como exagerados. As multinacionais foram convertidas em filiais da PDVSA, situação que perdurou até 1997, quando foram extintas com a criação de quatro grandes empresas que

da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, a alguns meses das eleições, marcadas para dezembro do mesmo ano. Seus efeitos se fizeram sentir até o início dos anos 1990 (Cf. Wikipédia, Pacto de Punto Fijo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_de_Punto_Fijo. Acesso em: 14 de mai. de 2020).

formam toda a corporação: *PDVSA Petróleo y Gas*; *PDVSA Exploración y Producción*; *PDVSA Manufactura y Mercado*; e *PDVSA Servicios* (MARTINS, 2017).

Ciente da volatilidade dos preços do petróleo, os governos de Rafael Caldera e Carlos Andrés Pérez implementaram ambiciosos planos de investimento: o Plano de Desenvolvimento Nacional e Grande Venezuela, respectivamente. Ambos priorizavam os segmentos de infraestrutura básica – siderurgia, eletricidade e refino de petróleo –, bem como a expansão das empresas estatais. Diversas variáveis, porém, contribuíram para que nenhum deles chegasse a bom termo. Os dois se baseavam em aquisição de tecnologia estrangeira e endividamento externo, e o país sofreu com a queda do preço do petróleo nos anos 1980, com a saída de capitais seduzidos por taxas de juros atraentes e com o mercado interno recessivo (CANO, 2002, *apud*. MARTINS, 2006).

Os dados referentes ao montante mobilizado com importações em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) são reveladores que a política econômica implementada não contribuía para o desenvolvimento e construção de uma indústria nacional sólida, com uma base produtiva diversificada e capaz de tornar a economia do país menos dependente da exploração petrolífera.

Depois, o coeficiente médio de importações em relação ao PIB praticado durante o governo de Pérez, por exemplo, chegou em 33% entre 1977 e 1978, diante dos 15% entre 1968 e 1973, restringindo a expansão da industrialização. Esta correspondia, em fins dos anos 1970, a 16% do PIB, incluindo o setor de refino, responsável por 20% do produto industrial (CANO, 2002, *apud* MARTINS, 2006).

Durante todo este período, aponta Neves (2010, p. 58), a Venezuela viveu crises de *déficit* público, decorrência em grande medida de aumentos da dívida externa, que deterioraram a economia nacional. Um exemplo se deu na década 1980, quando se abriu novamente o setor de exploração petrolífera ao capital privado e estrangeiro para o investimento direto na exploração e produção em novos campos, perdurando até 1995, já sob a presidência de Rafael Caldera (NEVES, 2010, p. 58).

Nesta fase, o setor petrolífero chegou a responder por 80% de toda receita fiscal do governo. Ainda que os ingressos petrolíferos continuassem em alta, não conseguiram impedir o endividamento externo. O resultado foi o desmonte das políticas desenvolvimentistas, a elevação das taxas de juros, as iniciativas protecionistas e o favorecimento de setores especulativos, como as finanças e o comércio, em detrimento da maioria da população,

especialmente os mais pobres. No fim, a recessão resultou numa queda de 28% do PIB *per capita* durante a década de 1980 e no desgaste da democracia de *punto fijo* (Cf. MARTINS, 2017). Também para Altman (2016, p. 32) a crise econômica se agrava, aprofundando o endividamento externo e com uma forte desvalorização do bolívar (moeda venezuelana), tornando o governo mais frágil frente ao FMI que impõe os seus rigorosos ditames.

É neste cenário de crise que ocorre a segunda eleição de Carlos Andrés Pérez (o seu primeiro mandato foi de 1974 a 1979). A campanha eleitoral de Pérez produziu muita esperança ao povo venezuelano, particularmente aos setores populares. Ele prometeu romper com as orientações do FMI; realizar um governo voltado aos pobres e suplantando a lógica neoliberal que orientou por quatro décadas os governos puntofijistas.

Para Altman (2016, p. 33-34), o candidato Carlos Andrés Pérez proferia o discurso bastante revolucionário, inclusive mais anti-imperialista que se possa imaginar; era carismático e sua campanha de “esse homem que caminha” pegara fortemente na população. Não obstante, parece que ele não contará com a forte pressão dos Estados Unidos da América (EUA)⁶ que à época ditava aos países da América Latina as regras de como se devia governar. Mas as promessas do então candidato eram socialistas demais para Washington e também para a oligarquia local.

Depois de apresentar ideias bastante avançadas no período eleitoral, uma vez eleito presidente com mais de 65% de apoio popular, Pérez se reuniu de imediato com os representantes do “império estadunidense”, optou em atendê-los e trair ao povo, promovendo um verdadeiro “estelionato eleitoral”. Sobre o assunto, assim como descreveu a historiadora Margarita López Maya, em seu texto “La protesta popular venezolana entre 1980 y 1993”:

Em 16 de fevereiro em meio a grande expectativa, Pérez apresentou seu programa de ajuste econômico (...) Ao contrário do oferecido em campanha e insinuado em seu discurso de posse, era dada uma saída neoliberal à crise. (...) Entre as medidas mais temidas pela população foi o anúncio da liberação dos preços para os dias seguintes, a liberação das taxas de juros, eliminação do controle cambial, aumento das tarifas dos serviços públicos, redução dos subsídios (MAYA, 2009, p. 211).

As interpretações desses autores nos ajudam a compreender como os EUA e seus aliados externos e internos pressionaram para impor seus interesses ao presidente. Este, por sua vez, ao se submeter e aceitar a regra do jogo, despojou o povo venezuelano das condições mínimas de sobrevivência digna. Assim, antes mesmo de completar um mês de governo,

⁶ A menção aos Estados Unidos doravante e será também gravada apenas com as abreviaturas: EUA.

Pérez lançou medidas impopulares, frustrando a grande expectativa e esperança do conjunto da população, que reagiu fortemente. O sociólogo e escritor Reinaldo Iturriza descreve suas impressões quanto ao nível de irritação da população:

Entre o que chamamos aqui povo arrecho (povo enfurecido) havia de tudo. E de tudo eram os estudantes, os habitantes das favelas e dos morros caraquenhos, bandos compostos de delinquentes, narcotraficantes, malandros, ultraesquerdistas marginalizados, seres que não se encaixavam na classificação socioeconômica D-E, e melhor poderiam ser Y-Z, pertencentes ao inframundo caraquenho (ITURRIZA, 2016).

O programa governamental implementado por Pérez ficou conhecido como “a Grande Virada”, decorrência de sua decisão em se submeter às orientações do FMI, do Banco Mundial e outros grupos econômicos dos EUA, sem levar em conta a já dramática situação social e econômica do povo, especialmente dos mais pobres. Como consequência, houve intensos distúrbios, saques em grandes escalas, repressões policial e militar, revelando uma latente insatisfação e crise social (ALTMAN, 2016, p. 36).

Barlovia (Guarenas-Guatire) é uma região pertencente ao estado de Miranda e fica a 80 quilômetros a oeste de Caracas. Relata Altman que no dia 27 de fevereiro de 1989 algumas pessoas de lá oriundas se dirigiram à capital, logo se deparando com o novo preço de passagem, completamente fora do alcance de seus bolsos, originando uma grande revolta que posteriormente ficou conhecida como caracazo (ALTMAN, 2016, p. 37).

Generalizaram-se os saques a lojas e mercados pelas populações das favelas e dos morros que se lançaram às ruas. Conforme registros, os alimentos haviam sido retirados das prateleiras e estocados pelos grandes empresários para praticar de forma criminosa a especulação. Este movimento do empresariado produziu uma vertiginosa alta dos preços, diminuindo o poder de compra da população. Não por acaso, tornou-se comum famílias se alimentarem de perrarina, um tipo de ração para cães (ALTMAN, 2016, p. 37).

Por outro lado, a reação do governo foi a de lançar a polícia e as forças armadas às ruas para reprimir os saques e as manifestações, orientadas para utilizarem todos os recursos suficientes, inclusive com armas letais, para conter a população. As forças repressivas atiraram para matar, gerando o episódio mais lamentável e criminoso da história contemporânea da Venezuela. Mesmo com grau de imprecisão aponta-se que mais de três mil pessoas foram assassinadas, ficando estendidas pelas ruas, nos gramados dos parques da cidade, causando colapso nos hospitais e necrotérios (ALTMAN, 2016, p. 38).

Em 1989, no contexto de uma crise econômica, manifestações populares se multiplicaram por todo o país. Uma delas, o “Caracazo”, foi duramente reprimida pelo Estado, cujas forças mataram indiscriminadamente entre 1000 e 3000 pessoas. Em muitas ocasiões, as manifestações estudantis foram também reprimidas, tendo sido ordenado o fechamento da Universidade Central da Venezuela que durou três anos, em 1968. Durante vários meses, as favelas de Caracas foram cercadas por forças militares e submetidas a toque de recolher. Entretanto, isso não comoveu muito a “comunidade internacional” (ZERO, 2017).

Figura 2. Caracazo: imagens dos distúrbios populares na Venezuela em 27 de fevereiro de 1989



Fonte: Imagem extraída de APERTURA VENEZUELA: 28 años de El Caracazo por @centrogumilla (28-fev-2017). Disponível em: <http://aperturaven.blogspot.com/2017/02/28-anos-de-el-caracazo-por-centrogumilla.html>. Acesso 01-fev-2020.

Figura 3. O Globo noticia os distúrbios na Venezuela

Quarta-feira, 1 de março de 1989 O GLOBO 27 CILICHE O MUNDO • 19

Dois dias de violência abalam a Venezuela

Mortes e saques levam o Governo a medidas de exceção

CARACAS — O Governo da Venezuela suspendeu ontem, por tempo indeterminado, as garantias constitucionais numa tentativa de restabelecer a ordem pública gravemente alterada em todo o país pelos protestos contra os aumentos dos preços dos combustíveis e das tarifas dos transportes públicos. Em mensagem à nação, na qual admitiu que dezenas de pessoas morreram nos distúrbios ocorridos durante os protestos em todo o país — fontes extraoficiais chegaram a mencionar 60 mortos —, o Presidente Andrés Pérez anunciou que decretaria a suspensão de seis artigos da Constituição e concederia ao Exército permissão para tomar o toque de recolher entre 20 e 6 horas a partir de amanhã mesmo.

A suspensão dos artigos da Constituição que asseguram os direitos civis locais e fim da liberdade de expressão e do direito de reunião em todo o território nacional. A grave distúrbio foi anunciado no Palácio Miraflores ao fim de uma reunião de Andrés Pérez, com os principais dirigentes dos partidos políticos da Venezuela. Após a leitura do decreto, Andrés Pérez fez uma mensagem defendendo os acordos negociados com o FMI que deram origem aos protestos e pediu calma à população.

O anúncio governamental foi feito no segundo dia dos protestos em Caracas e várias municípios vizinhas à capital. Nos choques, segundo versões de imprensa, pelo menos 25 pessoas morreram, mais de mil ficaram feridas e pelo menos 1.700 foram detidas. A noite, fontes citadas pelas agências France Presse e DPA chegaram a mencionar a possibilidade de 60 mortos. Um porta-voz da Polícia disse que estes foram os mais graves distúrbios já ocorridos na Venezuela nos últimos 20 anos, superando apenas pelo de 1958, quando os

Manifestantes são dispersados a bombas de gás lacrimogêneo no centro de Caracas

Policial observa uma multidão saquear um supermercado

Medidas econômicas, a origem dos distúrbios

CARACAS — O drástico plano econômico anunciado há dois dias pelo Presidente Carlos Andrés Pérez, e que provocou os violentos protestos dos últimos dias, segue estritas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre outras coisas, ele inclui a liberação das taxas de juros e dos preços, o aumento dos preços dos combustíveis e uma desvalorização — que poderá ser de 100% — da moeda venezuelana, o bolívar. A gasolina foi aumentada 90% domingo passado e os produtos de primeira necessidade dobraram seus preços nos últimos dias, enquanto que os artigos cujos preços ainda não sofreram elevação dobraram o mercado.

consistentemente da população, com greves de professores e empregados do Judiciário. No Congresso, os parlamentares se negaram a continuar as sessões enquanto não fossem informados do conteúdo da Carta de Intenções que o Governo de Andrés Pérez firmou com o FMI e que foi entregue ontem em Washington. Pelo acordo com o FMI, a Venezuela vai receber de imediato 500 mil dólares e até o fim do ano receberá mais 1 bilhão 240 milhões de dólares.

Dirigentes de vários setores oposicionistas já haviam pedido um plebiscito contra o ex-Presidente Jaime Lusinchi, por considerá-lo responsável pela situação

Boeing pede revisão de portas dos aviões 747

Do New York Times

SEATTLE, Washington — A Boeing pede aos reguladores de companhias aéreas que comprem seus aviões 747 a verificação do sistema de fechamento das portas do compartimento de carga, como medida de precaução. Esta recomendação é consequência do acidente registrado dias atrás com um jumbo da companhia americana United Airlines, que voava de Honolulu para Auckland no peitor parte de sua fuselagem, arremessada quando a porta do compartimento de carga se abriu, a seis mil metros de altitude. Nove pessoas foram agarradas do avião e 21 ficaram feridas.

Um porta-voz da Junta Nacional de Segurança do Transporte, declarou ontem que os registros de manutenção do Boeing 747 acidentado, e em serviço há 13 anos, indicam que ele já apresentava falhas na porta do compartimento de carga. O acidente ocorreu em janeiro, e um defeito na porta ocorreu, em dezembro.

O acidente com o Boeing 747 da United Airlines está levando as autoridades aeronáuticas americanas a reformular suas normas de segurança para o transporte aéreo. Ao invés de o controle das aeronaves ser feito com base em horas de voo, os técnicos devem agora levar em conta o número de ciclos de decolagem e pouso dos aviões, devido ao aumento dos casos de fadiga de material e controle registrados na FAA, Administração Federal de Aeronáutica.

As empresas americanas gastam

Fonte: O GLOBO. Dois dias de violência abalam a Venezuela. Quarta-feira, 1 de mar. de 1989

Faz-se necessário, pois, compreender melhor o contexto econômico da Venezuela nestas últimas décadas, razão da crise que levou ao caracazo.

Afirma Altman (2017, p. 39) que neste período a queda nos preços do barril de petróleo alterou a participação do setor no PIB da Venezuela, de 18,3% em 1991 para 3,9% em 1998. Com as medidas tomadas pelo governo, como desvalorização cambial, aumento de impostos, endividamento público e emissão de moedas, elevou-se vertiginosamente a inflação, que era de 7,4% anuais em 1978 para 103% em 1996. Os serviços da dívida, pagamentos de juros passou a representar 30% do orçamento público, com o PIB *per capita* decaindo em torno de 19% entre 1978 e 1998. O salário perdeu 48% do seu poder de compra real, provocando uma queda de 25% no consumo *per capita*. O nível do desemprego subiu no mesmo período de 4,3% para 11,3%. O setor informal, que representava 31,6%, saltou para 49,5%, ou seja, praticamente a metade da mão de obra “contratada” no país passou a viver de forma muito precarizada. A taxa de desocupação dos jovens alcançou 22% e a das mulheres 26%.

A população venezuelana estava há décadas à mercê do *modus operandi* da oligarquia local, caracterizado por uma intensa corrupção, exploração, desigualdade social, demagogia, dependência externa e abuso de poder. A manutenção dessa agenda política conservadora e antidemocrática foi possibilitada graças ao Pacto de Punto Fijo, estabelecido em 1957 e articulado pelos EUA em conjunto com os partidos tradicionais e conservadores que subordinavam a democracia e o sistema político aos interesses das oligarquias que se alternavam no poder, impedindo a entrada de outras organizações políticas (CLÍMACO, 2018).

Chama atenção o fato de que o retrocesso e a ruína não atingiram a todos. Muito pelo contrário, alguns segmentos, especialmente do setor privado que historicamente se beneficiara com a transferência da renda petrolífera, desta vez passaram a ser aquinhoados também com os juros pagos para os compradores de títulos públicos, lhes rendendo mais de 30 bilhões de dólares (ALTMAN, 2016, p. 39).

Da segunda metade até o final dos anos de 1980 o cenário socioeconômico do país já era profundamente distinto, entre uma parcela minoritária da população e a ampla maioria da população, o povão.

No final da década de 80 a dualidade nacional era uma ferida exposta. Dez por cento de uma população de 22 milhões de habitantes estavam incluídos na pátria do petróleo e das finanças. O seguimento de ponta desta parcela era formado pelas empresas multinacionais, os grandes comerciantes, os

banqueiros e os políticos a seu serviço. Os poucos empresários do setor não petroleiro sentavam à mesa na qualidade de parentes modestos, a quem os reis da festa não davam muita bola. Uma porção da classe média tinha entrada para o baile, por meio de empregos na tecnocracia pública e na PDVSA (Petróleo da Venezuela S.A.), além do exercício das profissões liberais clássicas. A principal fração da classe operária do país, formada pelos trabalhadores do petróleo, era convidada a dar um pulo na cozinha para aproveitar os restos da comilança (ALTMAN, 2016, p. 40).

Por outro lado, existia “a outra nação”, uma espécie de “grande acampamento”. A capital e todas as outras principais cidades tinham se transformado em verdadeiros camelódromos a céu aberto. O comércio informal era o porto do desespero para a multidão de desempregados, aposentados com pensões em atraso, ou seja, precarização do trabalho avança fortemente e jovens sem escola.

A diminuição do dinheiro clientelista, aplicado nas províncias para manter os currais eleitorais, tirava desse contingente de miserável e sem perspectiva de trabalho até mesmo as migalhas que remuneravam o conformismo com sua exclusão do enclave petroleiro. O fluxo migratório para Caracas foi acelerado: as pessoas buscavam alguma tábua de salvação (ALTMAN, 2016, p. 40).

Neste cenário de crise e fragilidades do governo, as empresas transnacionais e seus governos do norte global intensificaram as pressões políticas e econômicas exigindo mais abertura do setor petroleiro para o capital privado, especialmente estrangeiro, e a consequência foi que o Executivo venezuelano perdeu o controle operativo da estatal e a empresa se tornou uma espécie de “Estado dentro do Estado”, passando a negociar diretamente com as demais companhias petroleiras internacionais, desconsiderando por muitas vezes os planos estratégicos do governo federal, seu controlador (CARMO, 2017, p. 5).

Tal política somente foi superada, de fato, com a eleição de Hugo Chávez à presidência, em 1998, quando foi aprovada uma nova *Ley de Hidrocarburos*, com o escopo de mitigar o poder instituído pelo capital privado no interior da PDVSA e de retomar o controle da estatal nas mãos do Poder Executivo (NEVES, 2010, p. 58).

Os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sempre eram orientados a garantir os pagamentos aos credores privados e a solvência do Estado, produzindo cortes de verbas sociais, reajustes de tarifas públicas e privatizações de empresas estatais. Ou seja, os famosos ajustes fiscais, tão comuns aos povos latino-americanos como um todo, constituíam um “arsenal” de medidas que demoliram a qualidade de vida da maioria da população,

levando a um brutal empobrecimento, especialmente dos setores populares (*apud*. MARTINS, 2017).

As reformas neoliberais, de acordo com as recomendações desenvolvidas no Consenso de Washington e adotadas no governo de Carlos Andrés Pérez, eram baseadas no binômio “abertura” e “liberalização da economia”. Tais reformas de Pérez, realizadas de forma extremamente agressiva e acelerada, causou o desmonte do Estado populista, com o objetivo de relançar o Estado venezuelano em novas bases, de caráter liberal e com forte abertura ao mercado. Assim, o governo de Andrés Pérez cortou subsídios, elevou tarifas, impostos, liberalizou as taxas de juros, flexibilizou o câmbio e promoveu a abertura comercial e as privatizações (CANO, 2002).

É neste contexto de tensão e aguda crise social e econômica, hegemonizado pela orientação neoliberal, que se deu total desgaste e descredibilidade dos partidos tradicionais, especialmente junto à população mais pobre. Com isso se conformou um terreno fecundo para insurgências, como a ocorrida na terça-feira, 4 de fevereiro de 1992, quando um grupo de militares, sob o comando de quatro oficiais (Jesus Urdan Yoel, Acosta Chirinos, Francisco Árias Cardenas e Hugo Rafael Chávez Frias), se sublevou contra o governo de Carlos Andrés Pérez.

Em 1992, um grupo de militares aglutinados no MBR-200, inconformados com o avanço da desnacionalização, da pobreza e da corrupção, como também das precárias condições sociais das tropas do médio e baixo oficialato, tentou um golpe de Estado. Nessa altura, já despontava a liderança do tenente-coronel Hugo Chávez Frias. Depois, em novembro, uma nova tentativa de golpe militar foi contida. O desgaste do presidente Pérez se acelerou e as evidências de corrupção levaram ao seu impeachment em 1993. Logo em seguida, as eleições registrariam forte índice de abstenção. A eleição de Rafael Caldera marcou o fim da hegemonia da AD e do COPEI. Caldera representava a Convergência, frente de pequenos partidos de centro-esquerda e de esquerda, como MAS, o Partido Comunista Venezuelano, entre outros (MARTINS, 2017).

Apesar do fracasso da insurgência militar, pois a tentativa de derrubar o governo não alcançara seus objetivos, havendo posterior rendição e prisão dos rebeldes, o ganho político foi estrondoso. Mesmo a imprensa e as autoridades de plantão e seus aliados denominando-os por “golpistas”, a maioria da população passou a identificá-los como opositores ao modelo que prevaleceu no pacto do *punto fijo* e quarta república, que se posicionavam contra o FMI, e eram contrários a miséria e a oligarquia. Pode-se dizer que o pronunciamento que marcava a

derrota dos militares rebelados se converteu em sua primeira vitória política (ALTMAN, 2016, p. 43).

Estas lideranças militares, enfatiza Altman, estavam longe de seguir um figurino de desespero ou aventura. Os líderes do grupo desde o início dos anos 80 haviam estabelecido contatos e relações com as tendências de esquerda que se recusavam a assimilação institucional, e aos poucos formou-se uma organização clandestina, chamada de *Movimiento Bolivariano⁷ Revolucionario 200* (MBR-200), com uma rede molecular em todos os ramos das forças armadas.

Cabe salientar que já existia em amplas parcelas militares forte descontentamento pelo o que eles consideravam de utilização nefasta das forças armadas por parte de vários governos. De tal monta que os líderes do MBR já faziam um trabalho de formação, organização e cooptação dentro dos quartéis a mais de uma década, construindo um considerável grau de unidade política e ideológica, unidade essa retratada no juramento que fizeram em 17 de dezembro de 1982: “Juramos por Deus de nosso país, pela pátria, pela nossa honra, que não daremos sossego às nossas almas, nem descanso aos nossos braços até não ver rompidas as cadeias que oprimem o nosso povo por vontade dos poderosos. Eleição popular, terras e homens livres, horror à oligarquia” (livre tradução). O conteúdo do juramento é revelador das opções políticas e ideológicas deste grupo e da sua repulsa aos setores conservadores e dominantes da sociedade.

Os números a seguir são indicadores da extensão e nível de capilaridade que o MBR possuía nas forças armadas venezuelana e quantos fizeram parte do levante liderado pelo tenente-coronel Hugo Chávez, em fevereiro de 1992: 15 majores, 54 capitães, 67 tenentes, 65 suboficiais, 101 sargentos de tropas e 2.056 soldados, pertencentes a dez batalhões que formavam as guarnições dos estados de Aráguá, Carabobo, Miranda, Zúlia e o Distrito Federal (ALTMAN, 2016, p. 43).

Se por um lado as forças leais ao governo foram exitosas em sufocar a rebelião, controlando e derrotando os rebeldes, e levando-os à rendição e prisão dos seus principais comandantes, entre eles, o tenente-coronel Hugo Chávez; por outro, cometeram um enorme equívoco, quando no processo de negociação, aceitaram que o líder geral dos revoltosos falasse com seus comandados para solicitar a rendição total em um veículo de comunicação de amplo alcance no país.

⁷ O termo bolivariano, ou o bolivarianismo, remete à memória de Simón Bolívar, líder anticolonial que no início do século XIX comandou a luta contra a dominação espanhola e pela independência da América do Sul, em especial da região andina.

Como a mensagem foi transmitida em cadeia massiva de comunicação (incluindo rede de TV), ela atingiu para muito além dos militares aliados revoltosos, se comunicando com o conjunto da população que, pela primeira vez, conheceu o líder dos insurgentes. Relata Altman que a mensagem teve duração de 30 segundos, tempo suficiente para produzir um efeito arrebatador, gerando uma onda de admiração por todo o país. Em um dos trechos o líder se referiu à expressão “por hora”, ou seja, que a luta não está perdida, que teria um sentido de um breve interstício, a ser retomada em uma breve oportunidade. Somou-se ainda o sentido místico, já que o líder da rebelião militar se apresentou ao lado de mais dois comandantes das forças armadas, vestido em uniforme de campanha e boina vermelha.

Pode-se afirmar que a mensagem foi determinante para o que viria posteriormente e o discurso produziu impactos na sociedade, inserindo novos atores na cena política venezuelana. “O discurso por *ahora* (expressão em espanhol) semeou nova esperança e fez nascer à liderança de Chávez, que, de tão forte, cunhou-se a expressão ‘chavismo’, que representava o ideal de um governo voltado para os mais pobres e que não trai o povo” (ALTMAN, 2016, p. 46)

Os militares envolvidos na rebelião foram julgados e considerados culpados, alguns absolvidos, outros exonerados e os demais encarcerados. No entanto, no governo posterior, de Rafael Caldera, que buscava meios de viabilizar governabilidade fez uma aproximação com grupos políticos de esquerda, apoiadores da revolta militar, e com isso concedeu indulto presidencial aos sublevados militares. Entre estes estava o comandante Hugo Chávez. Logo em seguida, após o indulto, meados dos anos 1990, o MBR passou a adotar nova nomenclatura: *Movimiento V República* (MVR), passando a abrigar militantes civis em suas fileiras, dirigindo, a partir de então o processo que culminaria com a criação do *Polo Patriótico* – uma frente civil-militar que passou a congregar todas as organizações sociais e partidárias de esquerda ou nacionalistas.

Em 6 de dezembro de 1998, a principal liderança deste movimento é eleita Presidente da República, com uma votação de 56,2%, maior percentual recebido por um postulante à presidência nas últimas décadas. O carro chefe da sua plataforma programática foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com objetivo expresso de sepultar o sistema que vigorava até então, que Chávez o denominava de “apodrecido”.

CAPÍTULO 2

SURGE A VENEZUELA BOLIVARIANISTA

2.1 Hugo Chávez e a Quinta República

Neste tópico abordamos a experiência chavista, o seu caráter político e social, as motivações ideológicas que impulsionaram a chamada revolução bolivariana, seus avanços, as crises, os acertos e equívocos. Existem forças sociais e políticas que atuam na Venezuela, tanto endógenas quanto exóginas, a que se pode atribuir grande responsabilidade pela crise sem precedentes que assola o país atualmente, crise esta que impulsiona um atípico e massivo contingente emigratório de venezuelanos e venezuelanas que, entre outros países, tem no Brasil um de seus destinos.

Como em nossa opinião não é possível entender a atual crise da Venezuela, nem tampouco o regime chavista, sem antes compreender como era esse país antes da “revolução bolivariana”, quais interesses internos e geopolíticos mobilizavam – este em conjunto com as grandes potências capitalistas, especialmente os EUA. Neste tópico discorreremos sobre o cenário político, social e econômico a partir da eleição e posse do presidente Hugo Chávez.

Conforme apresentado anteriormente, a eleição de Hugo Chávez Frias foi possível em grande medida dado o contexto de profunda deterioração e esgotamento do modelo estabelecido na IV República, com a crise da economia petroleira, a ruptura do pacto de *punto fijo* e a incapacidade do governo Rafael Caldera em oferecer alternativas à agenda neoliberal herdada do governo de Carlos Andrés Pérez. A situação social observada ao longo da década de 1990 era dramática: o índice de pobreza saltara de 24,2% da população em 1978, para 68,9% em 1990; agravando-se ainda mais em 1996, ao atingir 77,1%. Em 1998, 21% da

população estava subnutrida e um em cada cinco habitantes passava fome (INDEX MUNDI, 2018).

Em relação à saúde pública, a mortalidade infantil era de 25 por mil em 1990, mais que o dobro do registrado no ano de 2018: 11,9 por mil, quando a atual crise já era bastante aguda. Em relação à educação, apenas 70% das crianças concluía o ensino primário e o acesso às universidades era restrito às elites e aos extratos da classe média (INDEXMUNDI, 2018).

Os preços do petróleo em 1998 haviam chegado ao nível mais baixo da serie deflacionada iniciada em 1946; a renda petroleira caíra também em 1998 ao patamar inferior à da série iniciada em 1950; e a renda *per capita* diminuiu de US\$ 11.251 para US\$ 8.906, entre 1977 e 1998.

Do ponto de vista da articulação externa, a “privilegiada” relação da Venezuela com os EUA, construída historicamente, não contribuía para enfrentar os graves problemas internos. Pelo contrário, produziu de fato uma considerável dependência que de acordo com Zero (2017, p. 1-2) resultou em três grandes consequências: a) um sistema político (apenas) formalmente democrático, porém profundamente oligárquico; b) uma política externa avessa à integração regional e à articulação com outros países periféricos; e, c) uma estrutura social marcada pela desigualdade e a pobreza.

Desta maneira, a vitória de Chávez⁸ na eleição de 1998 somente pode ser compreendida quando se considera todo um contexto de conjuntura marcado por uma grave crise socioeconômica e política. Mais do que isto, fundamentalmente por um triplo esgotamento: esgotamento do capitalismo rentista venezuelano; das políticas neoliberais como alternativas para sair da crise; e pela perda de legitimidade do pacto de Punto Fijo, comprovada pela pulverização do sistema partidário (BARROS, 2007).

Para conquistar a vitória o *Polo Patriótico*⁹ enfrentou uma das mais duras campanhas eleitorais da história do país, pois os adversários reuniram:

[...] todos os grandes meios de comunicação, empresários, sindicatos patronais e certos sindicatos de trabalhadores, como a CTV [Confederação dos Trabalhadores da Venezuela], controlada pela AD, a hierarquia da Igreja Católica, artistas e profissionais liberais e inclusive governos estrangeiros davam como certo a vitória do seu candidato favorito. Já no final da campanha se travou uma verdadeira guerra de pesquisas de opinião, que

⁸ Sendo ele, Chávez, um candidato extremamente crítico e *outsider* em relação ao sistema político que perdurou por trinta anos, dirigido pelos partidos tradicionais que, ao fim e ao cabo, representavam a oligarquia e os interesses de seus aliados externos.

⁹ O *Gran Polo Patriótico* (GPP) é uma frente política organizada e liderada por Chávez (antigo MVR) que congregava em seus primórdios praticamente todas as forças sociais e partidárias de esquerda.

apontavam como ganhador, por larga margem de votos, o candidato conservador Salas Römer (ALTMAN, 2016, p. 49).

A plataforma programática do *Polo Patriótico* tinha suas bases na “Agenda Alternativa Bolivariana (1996) e *Una Revolución Democrática: La Propuesta de Chávez para Transformar Venezuela* (1998)”, que trazia em destaque os seguintes pontos:

[...] refundar o Estado venezuelano, criando a V República de Venezuela, mediante a convocação de uma Assembleia Constituinte por meio de um referendo popular. Baseavam-se na ideia de que o modelo adeco-copeiano, cuja principal expressão foi o pacto de *punto fijo*, violara as bases da República por se fundar na repartição desigual do rentismo petrolero, no colonialismo, na dependência, no autoritarismo, na corrupção e numa democracia formal e oligárquica (MARTINS, 2017).

Constata-se que o Polo Patriótico compreendia que o modelo que predominou por décadas no país marginalizou a população venezuelana, elevando a pobreza e a miséria; desnacionalizou a exploração de petróleo dentro dos marcos do capitalismo dependente, ao entregar generosas somas ao capital estrangeiro e preservar o poder gerencial de sua tecnocracia, privatizando e entregando recursos estratégicos ao grande capital durante as crises do preço do petróleo nos anos 1980 e 1990.

Em contraposição ao modelo neoliberal, a candidatura Chávez propunha a criação de um modelo que por ela intitulada como humanista e autogestionário, que priorizava as necessidades humanas às do neoliberalismo e do capitalismo, subordinando as políticas macroeconômicas às macrossociais. As variáveis centrais e estratégicas venezuelanas passaram a ser o combate à desnacionalização, à pobreza e à desigualdade, bem como a promoção da democracia participativa e protagônica do Estado. Com destaque, partiram da premissa de que a base produtiva da Venezuela nas décadas seguintes seguiria sendo o petróleo, mas que deveriam ser construídos os fundamentos para a transição a um novo padrão de desenvolvimento, assentado em uma base produtiva diversificada.

A transição seria garantida pela construção de uma estratégia endógena de desenvolvimento socioeconômico, baseada na ruptura com a abertura petrolero e na criação de cinco eixos setoriais: empresas básicas e estratégicas sob controle estatal, incluídos aí os setores petrolero, mineiro e militar; bancos e empresas de intermediação financeira em regime de propriedade mista, mas sob forte regulação estatal; bens essenciais e serviços essenciais, ambos de caráter misto, mas com forte impulso estatal; e a grande indústria importadora e exportadora de bens não essenciais, de caráter fundamentalmente privado.

Desse modo, a internacionalização petroleira seria substituída pela internalização petroleira, que se traduzia em colocar as rendas do petróleo em função do desenvolvimento humano e da diversificação setorial e industrial da Venezuela. Propunha-se a redução dos investimentos e a diminuição da produção petroleira com vistas equilibrar a oferta e elevar sua rentabilidade; a redução e suspensão dos serviços e amortizações da dívida externa até um limite que não afetasse o desenvolvimento nacional; a elevação dos impostos sobre os ricos e a subordinação das taxas de juros ao desenvolvimento produtivo; a promoção do desenvolvimento educacional, científico-tecnológico e cultural, enfatizando sua dimensão latino-americana; e a inserção do país nos núcleos de dinamismo tecnológico em blocos regionais e na economia mundial (MARTINS, 2017).

Com a vitória de Chávez, seu mandato, previsto para iniciar em fevereiro de 1999 e concluir em fevereiro de 2004, foi estendido, devido a inclusão do referendo aprobatório na reforma constitucional de 1999. Em sua posse, no dia 02 de fevereiro (1999), Chávez faz a seguinte proclamação de juramento sobre a Constituição do país:

Juro delante de mi pueblo y sobre esta moribunda Constitución que impulsaré las transformaciones democráticas necesarias para que la República nueva tenga una Carta Magna adecuada a los nuevos tiempos, juro (Ministerio Del Poder Popular para la Comunicación e Información).

Nesse mesmo dia, em seu discurso como chefe de Estado no extinto Congresso Nacional – atual Assembleia Nacional – Chávez ratificou que seria o povo o verdadeiro governante, enquanto a soberania venezuelana seria o maior objetivo a defender. Em seguida dirigiu-se ao Palácio Miraflores, sede do governo Venezuelano, acompanhado de uma multidão de simpatizantes, quando realizou o seu primeiro ato, assinando o decreto de ativação do poder constituinte.

Em 25 de abril de 1999, cumprindo a promessa de campanha, a população foi chamada a decidir em referendo se deveria convocar-se uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Carta Magna. Como resultado, 87,75% dos eleitores manifestaram o desejo de viver sob uma nova constituição em substituição a de 1961 – e no dia 25 de julho, após curta, mas intensa campanha, foi realizada as eleições para eleger os integrantes da Assembleia Nacional constituinte. O *Polo Patriótico* obteve uma vitória avassaladora, conquistando 121 cadeiras contra apenas 7 da oposição e 3 independentes. Em 20 de novembro a Assembleia concluiu e apresentou à nação o projeto da Constituição de

Venezuela de 1999, ratificada por um novo referendo no qual 71% da população aprovou a nova Constituição Bolivariana (ALTMAN, 2016, p. 50).

Estando a Carta Magna aprovada com amplo apoio popular, foram convocadas eleições gerais antecipadas para 30 de julho de 2000, de modo a renovar a legitimidade todos os cargos de eleição popular, incluindo o do Presidente da República, para mandatos que durariam entre 10 de janeiro de 2001 a 10 de janeiro de 2007, ou seja, seis anos, conforme estabelecido pela nova constituição.

Chávez obteve 59,76% dos votos, contra 37,52% do candidato Francisco Árias Cárdenas, da Causa Radical e, 2,72% de Claudio Fermin do Encuentro. Já no que diz respeito à Assembleia Nacional o Movimento V República conquistou 92 cadeiras; a AD, 33 cadeiras; o Projeto Venezuela, COPEI e MAS 6 cadeiras cada, num total de 165 mandatos em disputa. Este evento político-eleitoral ficou conhecido como megaeleições, tendo em vista que foram convocadas para legitimar o cargo de eleição popular, inclusive governadores e prefeitos (ALTMAN, 2016, p. 51).

A nova Carta Magna trazia fundamentos da ordenação jurídica bem distintos dos presentes na anterior, combinando democracia representativa com intervenção direta (participativa). A Câmara e o Senado foram substituídas (parlamento bicameral) por uma Assembleia Nacional unicameral, eliminando o peso desproporcional das oligarquias regionais na câmara alta. Os juízes de primeira instância passam a ser escolhidos por voto popular e todos os ocupantes de cargos eletivos, depois de cumprida a metade dos mandatos, poderiam ser destituídos por meio de um referendo revogatório (uma espécie de *impeachment*, porém, de baixo para cima) (ALTMAN, 2016, p. 52-53).

Um conjunto de mecanismos foi criado com objetivo de alargar o arcabouço democrático do Estado venezuelano, não se restringiu aos processos eleitorais. Alguns exemplos concretos demonstram como os instrumentos democráticos no país foram aprofundados, alavancando a participação política das classes populares na decisão sobre os rumos da nação. Desde a eleição que elegeu Chávez, em 1998, até 2020, a Venezuela já passou por 24 processos eleitorais e plebiscitários (MELLO, 2019).

Cientes da situação econômica e social que beirava ao caos e escassez de recursos, Chávez bem no início de seu governo utilizou o que tinha à disposição e lançou o Plano Bolívar 2000, que consistia num esforço conjunto de civis e militares. 70 mil dos 120 mil soldados foram enviados às ruas e à zona rural do país para reformar estradas e hospitais, realizar campanhas de tratamento médico, tirar o lixo das ruas, vender gêneros alimentícios

nas caçambas de caminhões a preços módicos, entre outras ações. Chávez ofereceu a 80 mil civis que participassem dos esforços um pequeno salário (DANTAS, 2012, p. 93).

Com esse projeto, para além da importância objetiva e material, Chávez buscava dois objetivos: 1º) atenuar a imagem negativa das forças armadas com a população e conter conflitos organizados por opositoristas, especialmente após os episódios violentos praticados no caracazo; 2º) aproximar a corporação militar dos setores populares, ou seja, da população mais empobrecida, consolidando a aliança civil-militar.

Ainda sobre a Assembleia Constituinte que elaborou a nova Carta Magna é oportuno destacar a intensa participação popular, e a volumosa e rica legislação produzida quando de sua elaboração. De fato, atingiu-se um número de 624 propostas advindas dos movimentos e organizações sociais, sendo que cerca de 50% delas foram incorporadas à redação final. A Constituição alterou o nome do país para República Bolivariana de Venezuela e fundou suas bases legais na soberania, na democracia participativa e protagônica, na pluriculturalidade, na multiétnica, no bem comum, na liberdade, na solidariedade, no estabelecimento de direitos sociais (vida, trabalho, educação, cultura, justiça social), direitos ambientais e dos povos indígenas, bem como na promoção da integração latino-americana (MARTINS, 2017).

Do mesmo modo, o texto constitucional estabeleceu que o Estado, por razões estratégicas e de segurança nacional, deveria controlar 100% das ações da PDVSA. Considerou o regime latifundiário contrário ao interesse nacional e determinou que o Estado promoveria a agricultura sustentável, a produção camponesa, e as associações e formas particulares de propriedade para garantir a segurança alimentar. Definiu também as formas de participação e protagonismo popular, que incluiriam, além de eleições para cargos públicos, o referendo, a consulta popular, a revogação de mandato, as assembleias de cidadãos e cidadãs, a autogestão, a cogestão e as cooperativas. A Constituição definiu ainda cinco formas de poderes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Eleitoral e o Cidadão, unificando e limitando o cargo de magistrado do Supremo Tribunal de Justiça a um único mandato de doze anos.

A nova Constituição ampliou o escopo das chamadas leis habilitantes, permitindo ao presidente da República anunciar decretos com força de lei e por prazo determinado, para além das matérias financeiras e econômicas; mas exigiu como condição a autorização por 3/5 da Assembleia Nacional, além de submetê-las a referendo, desde que a iniciativa partisse do presidente da República, da Assembleia Nacional ou de pelo menos 5% do eleitorado.

Determinou que outras leis pudessem ir a referendo se ao menos 10% do eleitorado fizesse esse tipo de solicitação. O texto garantiu o direito de voto aos militares, a indenização

ao trabalhador pelo rompimento do contrato de trabalho, reduziu a jornada de 48 para 44 horas semanais e tornou o sistema de seguridade social universal, um direito a qualquer pessoa. Importante ressaltar que pela constituição de 1961 (período do *Pacto de Punto Fijo*, na IV República) as leis habilitantes se restringiam a matérias econômico-financeiras, mas não exigiam maioria qualificada do parlamento para o presidente da República decretá-las, bastando à maioria simples – como também, não eram submetidas ao referendo popular.

Após as eleições gerais em 31 de julho de 2000, quando Chávez venceu Francisco Arias Cárdenas com 59,7% dos votos e o *Polo Patriótico* obteve 3/5 das cadeiras da Assembleia Nacional; resultado que garantiu margem ao governo para decretar as leis habilitantes. A tarefa prioritária do governo foi conquistar a estabilidade econômica, para isto, manteve o câmbio flutuante, pagou regularmente a dívida externa, não estabeleceu controle de preços, manteve a ministra das finanças do governo anterior; ou seja, praticou política econômica de austeridade, até mesmo conservadora, tanto que recebeu críticas de setores progressistas (MARTINS, 2017).

Por outro lado, o novo governo tomou algumas decisões de ampla repercussão e baixo custo, como a eliminação da cobrança da matrícula escolar, o que permitiu incorporar mais de meio milhão de crianças e a instauração paulatina de dois períodos escolares, com refeição incluída (ALTMAN, 2016, p. 55).

Somaram-se ainda medidas como a da rearticulação com os países da OPEP, visando retomar uma política de cotas de produção de petróleo por país, como meio de garantir um valor mais elevado do barril do petróleo; e a retomada das negociações econômicas internacionais, porém voltando o eixo prioritário para relações com a China e a Índia. Ao articular e sediar em Caracas, já no ano 2000, a II Cúpula de Chefes de Estado da OPEP, o governo deu um passo importante para sua inserção no cenário internacional, sendo um dos principais responsáveis pela política exitosa que conquistou a elevação do preço do barril do petróleo, fato altamente relevante para a Venezuela¹⁰.

Certo é que, sustentado por uma maioria confortável na Assembleia Nacional e com forte apoio popular, Chávez decretou 49 leis habilitantes. Tais medidas tocaram em pontos sensíveis aos interesses da classe dominante venezuelana, o que levou de imediato a oposição conservadora a subir o tom de suas críticas. Foram contrariados interesses internos dos grupos economicamente dominantes e de seus aliados internacionais. Três leis habilitantes que

¹⁰ Especialmente nos últimos anos, quando o sucessor de Hugo Chávez, Nicolás Maduro Moros, governa o país em meio a situação de extrema dificuldade. As exportações de petróleo com estabilidade de preços atenuam um pouco a crise econômica.

intervinham diretamente no poder econômico resultaram em intensa campanha para desestabilizar e derrubar o governo Chávez:

a) a *lei de hidrocarbonetos*, que instituiu a propriedade da República sobre as jazidas de petróleo e reservou ao Estado as atividades de exploração, industrialização, transporte, armazenamento e comercialização. Com a lei, tais atividades puderam ser realizadas diretamente, por empresas de propriedade estatal, ou por empresas de propriedade mista. Isso porque com a lei de hidrocarbonetos essas atividades passaram a ser consideradas de utilidade pública, devendo então prioritariamente atender ao interesse público e social, conectando-se ao conjunto da economia e da sociedade. Para tanto, a PDVSA que havia assumido crescente autonomia gerencial e financeira durante a abertura petroleira, deveria se subordinar ao Ministério das Minas e Energia. A lei orgânica elevou consideravelmente a participação do Estado na cadeia do petróleo.

b) a *lei de terras*, que penalizou as propriedades ociosas e improdutivas, ao sujeitá-las à expropriação ou taxação. Por outro lado, favoreceu as pequenas e médias propriedades de até cinquenta hectares, e as associações de pequenos produtores, determinando como dever do Estado a garantia do crédito, uma vez reconhecido ser fundamental o fomento ao cultivo, pensando ainda em termos de equidade no uso dos fatores de produção. Ou seja, aqui Chávez enfrentou os interesses dos grandes proprietários de terras, a chamada oligarquia rural.

c) e por fim, a *lei de pesca*, que promoveu a pesca artesanal, em função de seu baixo impacto ambiental e alto nível de geração de emprego, proibindo a pesca industrial no limite de seis milhas da costa venezuelana; também essa medida provocou a ira e forte oposição da Federação Nacional de Associações Pesqueiras (MARTINS, 2017).

Para impulsionar o protagonismo popular, Chávez ainda recriou os círculos bolivarianos, idealizados pelo MBR-200 como células do ativismo político revolucionário, com duas tarefas essenciais: a *política* que consistia na divulgação da nova Constituição; e a *gerencial*, criando cooperativas e associações de bairros para promover e atender necessidades locais.

A ideia do processo de transformação tinha diversas fontes. Uma delas vinha da comparação com a experiência vivida pelo Chile durante o governo da Unidade Popular, entre 1970 e 1973. O objetivo central da estratégia de Salvador Allende e seus aliados era introduzir um conjunto de reformas econômicas e sociais, ao menos em uma primeira etapa, sem alterar a institucionalidade do Estado – sem resolver, portanto, a questão do poder. A derrota dessa política inspirou Chávez a propor um outro caminho, no qual o primeiro objetivo fosse varrer dos aparatos estatais os principais

representantes políticos e militares da oligarquia, modificando a essência e o controle das instituições. Depois de solucionada a frente política, deveria ser atacada a frente econômica, para que as possibilidades de resistência da pátria petroleira estivessem suficientemente reduzidas. A esse trabalho se dedicou o novo governo em seu primeiro ano (ALTMAN, 2016, p. 52).

Primeiramente, com uma paralisação empresarial (*lockout*) por doze horas, convocada pela Fedecâmaras (sindicato empresarial da Venezuela) no dia 10 de dezembro de 2001, iniciou-se a reação oligárquica dos grandes grupos empresariais venezuelanos e estrangeiros, da tecnoburocracia da PDVSA, da aristocracia operária no controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CTV), com o apoio da classe média alta venezuelana. O movimento pedia a revogação das leis habilitantes. E, diante da negativa do governo, a Fedecâmaras convocou, para 9 de abril de 2002, um segundo ato de paralisação empresarial por 48 horas, com apoio da CTV (MARTINS, 2017).

Antecipando-se ao ato, no dia 7 de abril, durante o programa *Alô Presidente*, Chávez demitiu sete dirigentes do alto escalão da PDVSA. A tecnoburocracia se apropriara da maior parte das rendas geradas pela empresa e insistia em vender petróleo a baixo preço, entrando em choque com os projetos do novo governo. Assim, estava em marcha um golpe de Estado, que pretendia estender a paralisação até a renúncia de Chávez.

O golpe foi gestado pela Fedecâmaras, principal associação empresarial do país, pelos empresários proprietários das grandes empresas midiáticas, especialmente as redes de televisão *RCTV*, *Globovisión*, *Televen* e *CTM*, e demais meios de comunicação tradicionais, como *El Universal*, *El Nacional*, entre outros, por setores da alta hierarquia das Forças Armadas e da Igreja Católica e pela alta gerência da PDVSA, com apoio e orientação do governo e da embaixada dos Estados Unidos.

De forma planejada, desviaram subitamente a marcha da oposição de seu percurso original para a direção do Palácio Miraflores. Após conflito com simpatizantes chavistas, os opositores tomaram de assalto a residência presidencial, sequestraram o presidente e anunciaram uma suposta renúncia, mesmo sem apresentar prova material. Chávez foi mantido prisioneiro na base naval do Forte Tiuna e depois foi levado para a prisão militar da ilha La Orchila.

Uma autoproclamada ata de constituição do governo de transição democrática e unidade nacional nomeou como novo presidente da República Pedro Carmona Estanca, presidente de Fedecâmaras, que em seguida tornou sem efeito as leis habilitantes. O poder Legislativo foi dissolvido, destituíram-se todos os deputados da Assembleia Nacional, bem

como os membros do Tribunal Supremo de Justiça, o controlador-geral da República, o defensor do Povo, e os membros do Conselho Nacional Eleitoral, outorgando ao novo presidente da República o direito de nomear ou de remover membros de todos os cargos dos poderes públicos venezuelanos e estabeleceu o prazo de um ano para a convocação de eleições gerais (MARTINS, 2017).

Chama atenção o fato de o novo governo que não durou 48 horas, contudo, foi reconhecido imediatamente pelos Estados Unidos, através do pronunciamento do então presidente George W. Bush; pela Espanha, de José María Aznar; pela Colômbia, de Andrés Pastrana; por El Salvador, de Francisco Flores e pelo FMI, que prontamente ofereceu recursos financeiros aos golpistas.

A posse de Chávez na presidência venezuelana marcou uma profunda virada na política externa do país, que retomou e aprofundou as tradições terceiro-mundistas que assumiu entre os anos 1960 e 1980. Desde o começo de seu governo, Chávez buscou a reorientação de sua política externa, fortalecendo a aproximação com Cuba e a integração latino-americana. Além disso, guiado pelo ideal bolivariano de unidade continental, o governo venezuelano estreitou parcerias comerciais na América do Sul. E a aproximação com Cuba representou um importante alívio econômico para o país caribenho. A compra de petróleo venezuelano por preços subsidiados atenuou a crise que a ilha enfrentava desde o fim da ajuda soviética. A boa vizinhança com Cuba, entretanto, significou tensão crescente na relação da Venezuela com os Estados Unidos, isso porque, na visão norte-americana, a aproximação entre Castro e Chávez representava a construção de um novo eixo político antiamericano, que deveria ser eliminado na origem (MARTINS, 2017).

De toda sorte, o contragolpe em favor do mandato de Chávez foi resultado de uma reação que articulou o apoio popular massivo, com a resistência de parte significativa das próprias Forças Armadas. Isaias Rodriguez, fiscal-geral da Nação, denunciou no dia 12 de abril, diante das câmeras de televisão que Chávez havia sido sequestrado e que estava em marcha um golpe de Estado. A partir de então, liderado pelo general Raul Isaias Baduel, da resistência cívico-militar, a resistência foi tomando dimensões massivas, com várias manifestações populares e com as condenações internacionais ao golpe, como a do Grupo do Rio¹¹, o que serviu para isolar internacionalmente e regionalmente a iniciativa. Já no dia 13 de abril a ordem constitucional foi restabelecida e Chávez reassumiu o governo.

Novamente envolvendo a Fedecâmaras, no segundo dia do mês de dezembro de 2002 os setores opositores organizam mais uma tentativa de derrubar Chávez. Desta vez, ela se deu em torno da paralisação das atividades da *PDVSA*, se estendendo até fevereiro de 2003. A

¹¹ Fórum político da América Latina e do Caribe criado no Rio de Janeiro em 1986, reúne hoje 20 países.

greve, inicialmente de 24 horas, converteu-se num ato que exigia a renúncia de Chávez, e que só terminaria com ela. Todavia, o movimento foi se enfraquecendo por não contar com adesão de parte importante dos trabalhadores da *PDVSA*, pela ação de militantes ou simpatizantes do governo (que abasteciam combustíveis nos postos de gasolina) e por seus efeitos sobre a economia, gerando desemprego, quebra de empresas e enfraquecimento da lealdade empresarial.

O governo uma vez mais venceu o embate e demitiu, por abandono do trabalho, mais de 18 mil dos 42 mil funcionários da *PDVSA*. A partir de então o governo passou a controlar a gestão da empresa, utilizando-a como fonte de financiamento do desenvolvimento social e econômico do país. Entre os demitidos, afirma Martins (2017), 60% se concentravam entre a alta e média gerência. Entretanto, estes não apenas abandonaram o trabalho, mas criminosamente, levaram também os códigos operacionais do sistema da *PDVSA*, posteriormente pelo governo remontado. A plena normalidade operacional da empresa só foi restabelecida em 11 de abril de 2013, ou seja, 10 anos após.

O comportamento golpista das forças sociais e partidárias da oposição deixou um rastro de prejuízo gigantesco à população venezuelana. Martins (2017) sustenta que a burguesia do país e seus sócios internacionais, dadas as constantes tentativas de golpes, fizeram paralisar a produção petroleira, que adicionado à fuga de capitais, geraram uma queda na produção da *PDVSA* de três milhões de barris diários (bd) para um número absurdo de 150 mil, ocasionando um impactante encolhimento de 16% do PIB.

Mesmo diante deste quadro de aguda tensão, o governo Chávez conseguiu atravessar o período, graças em grande medida à forte mobilização popular e à disponibilidade de reservas internacionais, o que lhe permitiu importar alimentos, combustíveis e gêneros de primeira necessidade. Uma vez derrotada, a oligarquia venezuelana passou a apostar no caminho institucional para interromper o governo Chávez, desta vez dando início a uma campanha de recolhimento de assinaturas para solicitar um plebiscito revocatório em 2004 (MARTINS, 2017).

Após conseguir o número constitucional necessário de assinaturas, o Tribunal Supremo de Justiça, autorizou o referendo. No entanto, a oposição oligárquica fora derrotada nas urnas: o *No* venceu o *Sí* por 59,1% a 40,6% dos votos e o mandato presidencial foi mantido. Mais uma vez, a oposição enveredou-se pelo caminho não institucional ao optar por não participar das eleições, não apresentando candidaturas, como meio de deslegitimar o processo eleitoral. O resultado é que o governo conquistou todas as cadeiras; contudo, com

uma abstenção de 70% dos eleitores, frente a 43% de 2000. Uma das razões apresentadas que explicam o baixo comparecimento está certamente na ausência de disputa.

Percebendo o grau de disposição das forças de oposição (interna e externa) para fazer enfrentamento ao governo, ora buscando alternativas institucionais, ora lançando mão de alternativas golpistas, pôs o governo em curso a uma série de medidas políticas e administrativas objetivando partir para a ofensiva, mobilizar com isso sua base de apoio.

As forças Chavistas, diante da ameaça golpista constante, intensificaram a agenda do governo Chávez, impulsionando a ideia de democracia protagônica como fundamento social e político de seu governo e da reestruturação do Estado e da sociedade na Venezuela. A radicalização da democracia protagônica se desdobrou no projeto de socialismo do século XXI como objetivo e meta do bolivarianismo e de seu governo (MARTINS, 2017).

Em dezembro de 2004, Chávez enunciou o que denominou por cinco motores do socialismo no século XXI: a) as leis habilitantes; b) a reforma na Constituição de 1999; c) uma jornada de moral e luzes sobre a sociedade buscando reeducá-la para o socialismo; d) uma nova geometria do poder econômico, político, social e militar; e) e a explosão do poder comunal, que considerava o seu elemento mais importante. No plano internacional, impulsionou uma agenda que buscava construir um novo alinhamento de forças regional e mundial, abrindo novos marcos de cooperação econômica, política e militar para o sul, com um viés fortemente integracionista, institucionalista e contra hegemônico. Esta política internacional se distinguiu fortemente das anteriores (salvo raras exceções) que tinham em sua linha de orientação um alinhamento com os EUA como prioridade quase exclusiva.

Outra medida bastante contundente efetuada pelo governo foi o conjunto de nacionalizações e expropriações, ação promovida por meio das chamadas leis habilitantes. De acordo com Martins (2017), elas abarcaram empresas de setores considerados de caráter estratégico, compreendendo companhias de telefonia, de eletricidade, de cimento, do complexo siderúrgico, de serviços petrolíferos, de transporte e comercialização de combustíveis, de distribuição de gás, além de bancos e seguradoras. Visando, ainda, a garantia da segurança alimentar, Chávez estatizou empresas da agroindústria, redes de distribuição de alimentos, terras ociosas, fazendas de produção alimentícia e pecuária. Por fim, adotou uma política de recuperação de empresas falidas durante a crise de 2002/2003, estimulando a cogestão e a formação de cooperativas de trabalhadores.

Em 28 de dezembro de 2006, Chávez anunciou que não renovaria a licença da *RCTV* para o canal 2 *VHF*, concessão que expiraria em maio do ano seguinte. À época, o

governo alegou que a *RCTV*, ao participar ativamente das tentativas de golpe de Estado violara o artigo 2º da Constituição, que determinava a responsabilidade social e o compromisso com a formação cidadã por parte dos meios de comunicação. Além disso, a medida se encaixava na luta do governo contra o monopólio dos meios de comunicação, uma vez que estavam concentrados nas mãos de cinco famílias venezuelanas, sendo que somente as redes *Venevisión* (do grupo Cisneiros) e a *RCTV* abocanhavam sozinhas em torno de 80% dos lucros brutos do setor televisivo.

O canal 2 VHF passou então a ser ocupado pela *Televisora Venezolana Social*, abrindo espaço para a produção nacional independente. Importante destacar que durante a campanha presidencial de Chávez a instituição de um canal público fez parte da plataforma programática da “Agenda Alternativa Bolivariana (1996)” e assumidas pelas forças político-partidárias que formavam o Polo Patriótico, liderado por Chávez (Martins, 2017). O programa trazia a defesa de referendo popular como fator de decisão sobre renovação das concessões dos canais públicos de TV para grupos privados.

Em fevereiro de 2007, Chávez nacionalizou as empresas da faixa petrolífera do Orinoco, migrando-as para o formato misto, em que o Estado possui o poder decisório. Novos acordos foram assinados, abrindo espaço para empresas chinesas, como a *Sinopec*, *China National Offshore Oil Corporation* e *China National Petroleum Corporation*; para russas como a *Gazprom*; e ainda para criações de empresas mistas com governos de Cuba e de Angola. A única empresa que se recusou a aceitar as condições estabelecidas foi a *Exxon Mobil*, que reivindicou uma indenização de US\$ 20 bilhões, obtendo em 2014 uma contraproposta de US\$ 1,6 bilhão do Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), vinculado ao Banco Mundial (MARTINS, 2017).

Outra iniciativa que destaca Martins, diz respeito ao chamado poder comunal, uma espécie de poder paralelo ao Estado que se estabeleceu e expandiu por meio das missões dos círculos bolivarianos, dos conselhos comunais e das cooperativas, atendendo às necessidades sociais mais urgentes, fundando-se na solidariedade, na motivação cívica e no valor de uso.

Os círculos bolivarianos possuíam uma estrutura institucional frágil, uma vez que os participantes, denominados facilitadores, não possuíam contrato de trabalho. Os facilitadores recebiam apenas bolsas ou ajuda financeira inferior a um salário mínimo e dedicavam-se a jornadas de trabalho superiores ao teto constitucional de 44 horas. Apesar disso, foi (e é) bastante relevante ao governo, pois, possibilitou ganhar organicidade junto à sua base popular. A título de exemplo, a *Misión Barrio Adentro* começou a funcionar em 2002, a partir de um

convênio do governo da Venezuela com Cuba, país que enviava médicos, e em contrapartida, a Venezuela pagava em barris de petróleo a preços subsidiados.

Outras missões cuidam de diversas áreas, como por exemplo, o abastecimento alimentar a preços baixos, capacitação técnica para melhorar a produção e a produtividade em variados segmentos. Outras ainda se dedicam à educação e à erradicação do analfabetismo, também em serviços públicos ligados à saúde, aos programas habitacionais e de acesso à terra.

Explica Martins (2017) que os conselhos comunais foram criados por lei em abril de 2006 e suas decisões tiveram caráter vinculante junto aos governos locais. Eram constituídos por até quatrocentas famílias em âmbito urbano, por vinte famílias em âmbito rural e por dez em comunidades tradicionais, como indígenas ou de pescadores. Seus representantes, os *voceros*, eram eleitos por dois anos em mandatos revogáveis, e a assembleia de cidadãos e cidadãs era a instância máxima na qual todos os maiores de quinze anos podiam participar.

A estrutura organizativa contava também com as chamadas comunas, que eram constituídas pela reunião de conselhos comunais e organizações sociais inseridas num espaço geográfico definido. Seu órgão máximo era o parlamento comunal, representado por quatro voceros indicados por cada conselho, pelo parlamento e pelas organizações produtivas comunitárias. Além disso, a comuna possuía um banco e seu papel era estabelecer um plano de desenvolvimento para dez temas, entre eles: economia e produção comunal, educação e cultura, saúde, direitos humanos, terra, moradia e habitação, igualdade de gênero, família e proteção de crianças e adolescentes, formação socialista, entre outros assuntos.

O censo comunal indicava que até 2013 haviam se constituído 40.035 conselhos comunais, dos quais 19.579 eram rurais, 18.119 urbanos e 2.337 indígenas. E, em 2009, o Fundo de Desenvolvimento Microfinanceiro (FODEMI) financiava parte dos conselhos, movimentando um total de US\$ 25 milhões (MARTINS, 2017).

Chávez compreendia que estas organizações comunitárias eram importantes para consolidar a democracia participativa, com avanço da consciência política, do espírito da solidariedade e fundamentalmente do que considerava “educação para o socialismo” como uma nova geometria do poder.

As comunas são formas de organização popular, territorial e produtiva, que têm como modelo econômico o bem comum e a propriedade comum, inspiradas nos ideais comunistas. A proposta foi impulsionada pelo ex-presidente Hugo Chávez, principalmente em seus últimos anos de mandato. Num dos discursos mais conhecidos de Chávez, chamado “Golpe de

Timón”, no qual o ex-chefe de Estado fez uma série de autocríticas ao processo da revolução bolivariana, o comandante também traçou a máxima que para avançar no socialismo era “comuna ou nada” (MELLO, 2019).

Não obstante, defendia também ser necessário formar um partido forte e capaz de unificar o conjunto das forças de esquerda e populares. Foi nesse bojo que tomou a iniciativa de propor a formação de uma nova organização partidária, intitulada de *Partido Socialista Unificado de Venezuela (PSUV)*, a congregar várias forças partidárias de esquerda e militantes – com exceção do *Pátria para Todos (PPT)*, do *Partido Comunista de Venezuela* e do *Partido por la Democracia Social*, que optaram em manter sua autonomia, apesar de vários de seus militantes depois terem se integrado ao *PSUV*.

Em 2007 Chávez propôs uma reforma constitucional sob justificativa de necessidade de avançar no protagonismo popular. Entre as principais modificações estavam medidas relacionadas ao que ele denominava de transição para o socialismo no século XXI, que se daria por meio de mudanças promovidas pelo Estado, mediante o estímulo ao desenvolvimento da democracia protagônica e das formas de propriedades sociais. Para isso, modificou-se a organização do território, incluindo o Poder Popular ao lado do Municipal, Estadual e Nacional.

O Poder Popular envolvia as comunidades (comunas), organizavam o autogoverno das cidades através das assembleias de cidadãos. Os projetos seriam financiados pelo Fundo Nacional do Poder Popular, levando o Estado reconhecer as propriedades pública (estatal), social, coletiva, mista e privada como unidades de produção social e coletivas/socialistas; um Estado em que os valores humanísticos comuns preponderassem sobre os interesses individuais (MARTINS, 2017).

Chávez e as lideranças que compunha o processo por eles designado como “Revolução Bolivariana” buscavam claramente fortalecer a organização e o protagonismo populares, apostando na construção de valores coletivos, de comunhão e de solidariedade. Compreendia Chávez que para superar a sociedade capitalista e construir o socialismo era fundamental romper com valores individualistas e da competição.

Outra proposta importante estava relacionada com a ampliação dos direitos sociais, econômicos e políticos, a ser viabilizada com a criação de um Fundo da Estabilidade Social para trabalhadores autônomos e com a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais e 6 horas diárias. Neste bojo constava a proibição de qualquer discriminação étnica, de gênero, idade, saúde, sexo, orientação sexual, política, condição religiosa ou social, sendo que

para os organismos de direção política e na lista de candidatos dever-se-ia observar a paridade de gênero, além de estender o voto aos maiores de 16 anos.

Um tema relevante a ser destacado foi o da unificação das normas que regulam a exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos; o fim do limite para reeleições; o fim da autonomia do Banco Central e a elevação do número de assinaturas necessárias – 30% dos votantes da circunscrição eleitoral – para solicitar referendo aos mandatos em curso ou às leis habilitantes decretadas pelo presidente da República. Ampliaram-se os limites temporais do Estado de emergência e ao presidente seria permitido decretar regiões estratégicas de defesa para garantir a soberania e a defesa nacional (MARTINS, 2017).

Noticiada fortemente pela imprensa internacional, a reforma constitucional de 2007 foi rejeitada no referendo popular num placar apertado (49,34% a 50,65%), constituindo-se na primeira derrota eleitoral do chavismo. Conforme avaliam as organizações de esquerda chavistas, as razões para a derrota devem ser encontradas menos no crescimento da oposição, que manteve o patamar de votação da eleição presidencial de 2006, e mais no alto índice de abstenção das bases sociais e políticas do governo Chávez, responsável pela subtração de quase três milhões de votos. De toda sorte, em fevereiro de 2009 o governo Chávez submeteu a referendo popular uma nova proposta de emenda constitucional, bem mais limitada. Entre os pontos aprovados por 54,9% dos votos, retomou-se a supressão de limites para a reeleição de presidente da República, deputados, governadores e prefeitos.

Embora não tenha conseguido aprovar a reforma constitucional de 2007, o governo Chávez utilizou diversos dispositivos pré-existentes e complementou com aprovação de leis específicas para implementar seus objetivos, como a subordinação do Banco Central ao poder executivo e seu projeto de semear para o povo venezuelano a riqueza oriunda das divisas do petróleo. E ainda aprovou na Assembleia Nacional um conjunto de leis que fortaleciam instâncias já existentes, como os conselhos comunais, como meio de impulsionar o protagonismo popular. É pertinente registrar que antes da liderança de Chávez o Banco Central da Venezuela vivia sob a condição análoga à atual do Banco Central do Brasil, com a capacidade de intervenção do governo bastante reduzida. Tanto lá como cá, os neoliberais denominam eufemisticamente este modelo de “política de independência do Banco Central”, quando se trata, isso sim, de manobras para tornar a instituição cada vez mais submissa e controlada pelo setor financeiro, com consequências nefastas para política monetária de um país.

Nas eleições parlamentares de 2010, o PSUV conquistou 98 das 165 cadeiras, perdendo a maioria qualificada de 99 cadeiras, o que não lhe permitia aprovar isoladamente as leis habilitantes. De todo modo, o fato de ter vencido em um número muito maior de circunscrições eleitorais deu ao PSUV importante vantagem na Assembleia. E com a reaproximação do PPT, que anteriormente havia se distanciado, o campo do *Gran Polo Patriótico* voltou a restabelecer nas eleições presidenciais de 2012 nova maioria qualificada no Parlamento¹².

Já nas eleições regionais, o *Gran Polo Patriótico* aumentou o número de governadores de 17 para 20 (em relação a 2008), enquanto que a oposição reduziu de 5 para 3 o número de estados por ela dirigidos. O agravamento do câncer de Hugo Chávez não lhe permitiu comparecer à cerimônia de posse, em 10 de janeiro. Sua morte em 5 de março de 2013 levou à necessidade de realização de novas eleições.

Quando Chávez tomou posse no governo Venezuelano, primeiro mandato, foi em meio a um período de grave crise social, econômica e política, de desfavorável correlação de forças aos segmentos populares (e de esquerda) quando havia ofensiva neoliberal na América Latina. Uma conjuntura dessas ressalta ainda mais os esforços empreendidos para superação dos desafios concretos de curto, médio e longo prazos. Revelou-se uma liderança determinada e capaz de reunir as forças sociais e políticas de esquerda em torno de uma linha política que renovou de modo radical a agenda política do país, influenciando na construção de um novo rearranjo político regional em contraposição aos ditames dos países centrais do capitalismo, associados aos interesses do grande capital.

Chávez contribuiu decisivamente para a construção de espaços institucionais de integração dos marcos da cooperação, da soberania, do combate às assimetrias, à desigualdade e à pobreza, pelo multilateralismo, pelas relações Sul-Sul e pelo anti-imperialismo. Impôs, ainda, contundentes derrotas ao imperialismo e às burguesias e oligarquias associadas, ampliando significativamente o espaço regional de afirmação das esquerdas latino-americanas e a sua ofensiva internacional (MARTINS, 2017).

Dado o ineditismo dessa experiência é adequado fazer um breve balanço do período em que se inicia o primeiro mandato do presidente Chávez até seu falecimento em 5 de março de 2013. Experiência esta que ainda está em curso com a eleição e reeleição do atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro (abordada mais detalhadamente no tópico 1.4).

¹² Nas eleições de 2012 Chávez obteve 55,1% dos votos, contra 44,3% de Capriles, que antes fora governador de Miranda (2008-2012), prefeito de Baruta (2000-08) e presidente da Câmara dos Deputados (1999).

Nos 14 anos de governo, Chávez adotou uma série de iniciativas de grande relevância política, econômica e social, em contexto de permanente pressão exercida pelos setores de oposição conservadora e reacionária, de forte oposição do imperialismo estadunidense e de seus aliados, Chávez ousou realizar expropriação de algumas grandes propriedades privadas, e as intervenções nos mercados aumentou o peso relativo do Estado. Com isso foi-se invertendo prioridades, colocando no centro do desenvolvimento o interesse social e o protagonismo popular.

Seu governo ainda baixou de modo considerável o índice de desigualdade e de pobreza, conforme dados disponibilizados pelo panorama social da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, CEPAL (2014). O coeficiente de Gini oscilou de 0,499 em 1999 para 0,500 em 2002. Quando o governo efetivamente tomou posse da PDVSA e desbaratou as ofensivas golpistas mais contundentes, impulsionando políticas de desenvolvimento distintas daquelas de orientações neoliberais, o índice caiu para 0,405 em 2012. Este indicador é referência para medir a concentração de riqueza.

Tratou-se, portanto, de uma extraordinária conquista, pois, entre os dezoito países na América Latina analisados pela CEPAL, a Venezuela possuía um desempenho menor apenas que o do Uruguai. Segundo o *Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela (INE)*, a taxa de pobreza apresentou o mesmo comportamento: elevou-se de 60,9%, no primeiro semestre de 1997, para 62,1% no segundo semestre de 2002, caindo vertiginosamente no primeiro semestre de 2011 para 33,2%.

Outra área de grande relevância é a da educação. Neste setor as conquistas foram também surpreendentes. O analfabetismo foi erradicado logo em 2006, quando os anos de escolaridade da população urbana elevaram-se de 8,3 para 10,1 entre 1999 e 2011.

Ampliou-se a participação política e os mecanismos de participação popular. E a taxa de votantes nas eleições elevou-se de 63% em 1993 para 74% em 2012, e 80,5% em 2013. Também cresceu vertiginosamente o número de eleitores, que passou de 11 milhões em 1998 para 18 milhões em 2012, expandindo-se em 63,6%, bem acima do crescimento demográfico do país, que atingiu apenas 30,4% no mesmo período. Isso é sem dúvida bastante significativo, especialmente em se considerando que o voto na Venezuela é facultativo.

Os dados relacionados com a economia também foram positivos e revelam um substancial crescimento econômico conquistado no período em que Hugo Chávez esteve à frente do governo. Entre 1999 e 2013 o PIB venezuelano expandiu-se em 58%, acompanhando o bom desempenho dos principais países da América Latina e Caribe. Conforme Martins

(2017), tais conquistas podem ser atribuídas ao esforço realizado pelo governo Chávez para diversificar a produção de bens e serviços, reduzindo o peso do PIB petrolífero no conjunto da economia que decresceu de 19% em 1998 para 12,3% em 2007. Cabe ressaltar que este período conviveu com uma crise internacional dos preços de petróleo, com queda continuada em 10,7% em 2012.

Para a habitação os números foram igualmente relevantes. Após implantação do programa *Gran Misión Vivienda*, em 2011, o governo Chávez aumentou significativamente o número de casas construídas, entregando 137 mil habitações por ano, contra a média anual de 78 mil do governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993). Este programa, somado a outras iniciativas na área de infraestrutura, impactou fortemente o crescimento econômico venezuelano. De acordo com os dados apresentados pela Câmara Venezuelana de Construção, a participação deste segmento da economia aumentou sua parcela relativa no PIB de 6,5% em 2000 para 8% em 2012.

Afora todas as iniciativas e esforços empreendidos pelo governo de Hugo Chávez no sentido de modernizar e diversificar a base econômica da Venezuela, fato é que a economia venezuelana permaneceu fortemente dependente da pauta exportadora concentrada em hidrocarbonetos. Entre 2003 e 2012, ela saltou de 80,9% para 96%.

A dependência das exportações aos Estados Unidos, porém reduziu-se, caindo de 56% para 39,8%, entre 2007 e 2012; isso se explica em parte devido à crise norte-americana, mas também pela mudança na orientação político-econômica daquele país, notadamente quando optou pela substituição das importações de petróleo em prol da produção interna de gás de xisto ou convencional. Já quanto à política econômica chavista, há de se ressaltar o enfoque multilateralista de seu governo, que ampliou a participação da Ásia na pauta exportadora venezuelana de 5,6% para 33,2% (grande parte vinculada à China, com quem a Venezuela desenvolveu relações estratégicas).

Embora todo o esforço do governo Chávez em avançar no multilateralismo e ampliar as relações e integração regional, chama a atenção o paradoxo da inexpressividade das exportações da Venezuela para o Mercosul, que representava apenas 1,4% da sua pauta exportadora em 2012, e com quem tinha um déficit comercial acumulado de US\$ 27 bilhões entre 2007 e 2012. O Brasil, principal economia da região, por exemplo, concentra as suas importações de petróleo e derivados na Nigéria, Arábia Saudita, Iraque e Argélia. Apenas 1% de suas necessidades de importação de hidrocarbonetos provém da Venezuela (MARTINS, 2017).

Outro dado a ser observado atentamente, fornecido pelo *Sistema Integrado de Indicadores Sociais para Venezuela*, aponta que a disponibilidade calórica de alimentos por habitante aumentou de 2.202 para 3.290 calorias entre 1998 e 2012. Contudo, tal elevação não foi acompanhada na mesma proporção pelo aumento da produção interna, frustrando os esforços da tão desejada soberania alimentar, ampliando com isso a necessidade de importação de alimentos. Esse resultado foi fortemente influenciado pela desestabilização provocada pela oposição ao governo Chávez (entre 1999 e 2003) e pela volatilidade dos preços do petróleo, já que a expansão do PIB *per capita* oscilou entre -5,0% ao ano entre 1998 e 2003, 8,5% ao ano entre 2003 e 2008 e -0,4% ao ano entre 2008 e 2012.

Para a conjuntura de queda e oscilações dos preços de petróleo que se estabeleceu a partir de 2008, contribuiu decisivamente a política de expansão da produção por parte da Arábia Saudita, do Iraque e do Kuwait, na contramão da maioria dos produtores que decidiram estabilizar ou diminuir sua produção, ajustando-a à redução da demanda provocada pela crise econômica mundial. A iniciativa destes Estados, sob forte influência norte-americana, e o aumento da produção nos Estados Unidos acrescentaram 4 milhões e 847 mil barris à produção mundial diária, compensando a estabilização e o suave decréscimo nos demais países (OPEC, 2014). Tais indicadores fortalecem as análises que apontam uma estratégia geopolítica para derrubar os preços do petróleo e afetar a onda nacionalista que se articulou em torno do controle destes recursos estratégicos (MARTINS, 2017).

Um dos principais e graves problemas da economia da Venezuela desde o início do governo Chávez foi a fuga de capitais, que alcançou o extraordinário montante de US\$ 183 bilhões entre 1999 e 2013. Calcula-se que haja US\$ 150 bilhões no exterior. Soma-se ainda o fato de a maior parte das importações ser realizada por agentes privados, o que dá lugar a fraudes contábeis e a evasão de divisas. Em 2007, o setor privado respondeu por 81% das importações e, em 2012, por 69,5% delas.

Ainda que o governo Chávez tenha nacionalizado o Banco Santander, a banca privada continuou concentrando mais de 65% das captações entre janeiro e março de 2013. Por fim, o setor bancário aumentou sua participação no PIB de 4,5% para 12%, entre 2002 e 2012 (CURCIO, 2020). Não por acaso, o governo sofreu duras críticas por não ter estatizado o setor bancário e de comércio exterior, pois, consideram que o país ficou vulnerável aos ataques especulativos em setores estratégicos.

2.2 O governo de Nicolás Maduro

Candidato à vice-presidente na chapa vitoriosa liderada por Hugo Chávez, Nicolás Maduro assumiu interinamente a presidência da República em 2012, dado que Chávez sofria de grave enfermidade que o impediu a posse e por fim o levou a óbito em 5 de março de 2013, vítima de câncer. Novas eleições foram convocadas e então, por uma pequena margem de votos, 50,6% a 49,04%, Maduro derrotou em 14 de abril de 2013 o candidato da oposição, Henrique Capriles, tornando-se o 57º presidente da Venezuela.

Adotando uma postura que tem ocorrido com frequência nos países da América Latina, o derrotado Capriles não aceitou o resultado eleitoral e convocou um painel exigindo recontagem dos votos. Realizada a recontagem pelo *Consejo Nacional Electoral*, o resultado foi confirmado. Mesmo assim, o antichavista Capriles manteve posição de contestação e de não reconhecimento, ignorando que a eleição ocorreu acompanhada da presença de mais de 170 observadores internacionais de várias organizações e países, inclusive dos EUA, apresentando em sequência, pedido de anulação das eleições junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia seguinte, o governo eleito da Venezuela retirou o país da CIDH, acusando-a de ser um instrumento a serviço dos interesses do imperialismo norte-americano.

Com a morte de Chávez, em 2013, a oposição radicalizada da Venezuela, considerou que poderia derrotar facilmente o sucessor na revolução bolivariana. Entretanto, a vitória de Maduro sobre Capriles, ainda que por pequena margem, frustrou as expectativas da oposição. Pouco tempo depois, os setores mais radicalizados da oposição venezuelana, liderados por Leopoldo López, iniciaram o processo denominado de *la salida*, que consiste na utilização de manifestações violentas de rua, com a formação de barricadas, as chamadas “*guarimbas*”, incêndio de edifícios públicos e até mesmo de atos terroristas com o intuito de derrubar o governo eleito. Trata-se de uma estratégia que teve êxito na chamada “revolução colorida da Ucrânia”, diretamente financiada e estimulada pelos EUA (ZERO, 2017, p. 9).

O desempenho eleitoral que pôs em risco a continuidade do projeto bolivariano (a vitória por poucos votos por Maduro sobre Capriles) pode ser justificado pela natural dificuldade de qualquer postulante teria em substituir um líder de tamanho carisma e popularidade, como Hugo Chávez. Adiciona-se que o cenário econômico já era bastante adverso, com a moeda venezuelana, o bolívar, em constante desvalorização frente ao dólar (na paridade oficial, passou de 4,3 por dólar para 6,3), o que afetou o poder de compra da população, especialmente para a aquisição de alimentos.

Em resposta à crise, o governo implementou um regime cambial constituído por três mercados: um relativo a alimentação e saúde; outro para demais importações; e um terceiro livre, através de casas de câmbio, sem a intermediação do governo. Calcula-se que cerca de 50% das necessidades básicas de consumo da população venezuelana eram atendidas por importações em 2013. As importações de alimento per capita/ano saltaram de US\$ 76.9 para US\$ 273, entre 1998 e 2013, atingindo o pico de US\$ 343 durante a crise mundial de 2008. Em julho de 2013 a inflação dos gêneros alimentícios acumulada em um ano já havia chegado a 62%, enquanto o índice geral de inflação alcançou 42%.

A pedido de Maduro, a *Asamblea Nacional* aprovou leis habilitantes com o objetivo de enfrentar as pressões econômicas impostas pela burguesia e a corrupção que estaria alimentando a especulação, ao acumular estoques, provocar o desabastecimento e patrocinar a fuga de divisas. Assim, em 22 de novembro de 2013 Maduro promulgou duas leis habilitantes: a lei para controle de custos, preços, lucros e proteção da família venezuelana, criando uma Superintendência encarregada de fiscalizar a limitação dos lucros empresariais; e a lei que criou o Centro de Comércio Exterior na Venezuela, com o objetivo de combater a fuga de capitais e divisas.

Tais leis habilitantes eram dotadas de penas que previam até catorze anos de prisão para a especulação com estoques e contrabando e ampliação da inspeção de empresas; também promoveu a criação de comitês popular-militares de combate à guerra econômica, com expropriação de redes de supermercados e de farmácias, com detenção de seus proprietários. Naturalmente o acirramento entre o governo e os setores empresariais aumentou significativamente.

Os comitês inspecionaram mais de 4 mil empresas por mês, aplicando sanções em várias delas. O combate à corrupção desencadeado pela gestão de Maduro atingiu diversos agentes públicos, inclusive militantes e quadros do PSUV. O mais expressivo deles, Raul Iseas, ex-ministro de Finanças no governo Chávez, ex-governador de Aragua (2008-2012) e ex-presidente do Banco da Alba, acabou fugindo do país acusado de desvios de aproximadamente US\$ 70 milhões (MARTINS, 2017).

Em que pese toda a crise socioeconômica vivenciada, em 8 de dezembro de 2013 se realizaram as eleições municipais. Contra as expectativas da oposição, o *Gran Polo Patriótico* recuperou parte de sua vantagem eleitoral, conquistando 76% dos municípios e obtendo 49,24% dos votos, contra 42,72% da oposição. Diante de tais resultados, uma parte dos opositores passou a organizar protestos violentos. Uma mobilização permanente pregava

contra o que eles chamavam de modelo de governo castro-chavista; contra uma suposta ingerência cubana em assuntos do país e pedia a renúncia do presidente Maduro.

Consequência de uma linha extremista, após mais um revés eleitoral, as ações oposicionistas se deslocaram para a construção de *guarimbas* (instalação de barreiras de arame farpado para bloquear as vias) e partiram para o ataque a prédios públicos, sede de estatais, universidades e ao metrô de Caracas. Os enfrentamentos entre as forças opositoras e os chavistas resultaram num saldo de 43 mortos e cerca de 1.800 feridos. Liderados por Leopoldo López, Marina Corina Machado e Antonio Ledezma, a oposição tentou unificar os descontentamentos sob uma única bandeira, o movimento La Salida, cujo nome deixava claro seu propósito: a deposição de Maduro (MARTINS, 2017).

Essas manifestações, muito concentradas nos bairros do leste de Caracas e algumas outras poucas municipalidades dominadas pela classe média e pelas classes afluentes da Venezuela são amplificadas por uma mídia nacional e internacional comprometida com os interesses conservadores. De um modo geral, as informações sobre as manifestações são produzidas com o auxílio das agências de inteligência e propaganda norte-americanas, que as repassam às agências internacionais de notícias, como a Reuters. A partir daí, elas se disseminam para o mundo inteiro, gerando uma percepção falaciosa do processo político venezuelano (ZERO, 2017, p. 9).

Denunciado pelos crimes de instigação à delinquência, intimidação pública, incêndio a edifício público, danos à propriedade, lesões graves e homicídio intencional e qualificado (referindo-se à morte de Juan Montoya, coordenador do Secretariado Revolucionário Pró-Chavista, em fevereiro de 2014), um juiz ordenou a detenção de Leopoldo Lopez. Em março, Lopez escreveu um artigo para o jornal norte-americano *The New York Times* intitulado *Venezuela's a Failing State*. Nele argumentava que a sua prisão e a dos prefeitos de San Cristóbal e de San Diego violavam o direito à manifestação. E atribuía a violência nas ruas ao governo e aos coletivos, que deveriam ser desarmados. A Anistia Internacional manifestou preocupação diante das prisões e de supostos indícios de subordinação do poder Judiciário ao Executivo.

Entre 2013 e 2016, esse processo político radicalizado pela oposição de direita acabou provocando a morte de pelos menos 46 pessoas, a maioria chavistas ou de pessoas sem afiliação política, bem como danos milionários a equipamentos públicos. As “*guarimbas*” foram e são financiadas desde o exterior. Com efeito, há uma conexão clara da direita venezuelana, particularmente dos setores ligados a Leopoldo López, com a extrema direita da Colômbia, principalmente com Álvaro Uribe e seus grupos de extermínio.

São estas conexões com setores de extrema direita com reiterados atos de violência que levaram à prisão de López e Antonio Ledezma na Venezuela. Caracterizá-los como presos políticos, como se tivessem cometido “crimes de consciência”, como faz a imprensa brasileira, é desconhecer a realidade de uma direita que não tem, de fato, qualquer compromisso com a democracia e os direitos humanos e que aposta sistematicamente na violência como arma política preferencial (ZERO, 2017, p. 9).

Em junho de 2014, Henrique Capriles (ex-governador de Miranda), após sua derrota nas eleições presidenciais, externou a sua diferença com o movimento *La Salida*, afirmando que este tinha o rechaço de 89% da população venezuelana e que a saída que propunha era social, não violenta nem baseada em golpes de Estado. Em 15 de janeiro de 2015, Capriles convocou manifestações contra o governo Maduro, indicando que seriam pacíficas. Este comportamento de Capriles revelou dificuldades de unidades no interior do bloco de oposição.

Em 27 de janeiro, o governo publicou na *Gaceta Oficial* uma resolução que autorizava a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* a portar armas de fogo para o controle da ordem pública, com poderes para dissolver reuniões públicas e manifestações. Esta decisão levou o escritório de Direitos Humanos da ONU a criticar duramente a publicação da resolução.

Em decorrência de processo de investigação realizado por agentes do Serviço de Inteligência, prendeu-se Antonio Ledezma, um dos líderes da oposição, sob a acusação de ter articulado um golpe de Estado junto a setores rebeldes da Força Aérea. Na véspera, o jornal *El Nacional* havia publicado o seguinte comunicado: “Chamado aos Venezuelanos a um Acordo Nacional de Transição”, assinado por Ledezma, Lopez e Corina. O texto propunha à sociedade venezuelana um acordo para realizar eleições presidenciais livres e transparentes, resgatar a plena vigência das instituições democráticas, designar os dirigentes dos órgãos públicos por vias constitucionais, inserir o país nos circuitos financeiros internacionais, restabelecer a autonomia do Banco Central, elevar a produção petroleira e designar nova direção para a PDVSA, além de rever o valor das indenizações pagas às empresas expropriadas e desmontar os controles sobre a economia.

O conteúdo deste comunicado foi considerado golpista, tendo em vista que conclamava a população a um novo governo que, para ser instalado, obviamente teria de antes derrubar um governo institucional eleito no último pleito. Registre-se também que a substância do comunicado tinha similaridade com a plataforma programática que havia sido derrotada nas urnas pela população venezuelana.

Em reação à prisão de Ledezma, a oposição se articulou com seus aliados internacionais, de tal modo que o governo Barack Obama publicou um decreto nomeando a Venezuela um Estado que ameaçava a segurança dos Estados Unidos, alegando supostas violações aos direitos humanos e perseguição aos opositores. Determinava ainda sanções a funcionários e ex-funcionários venezuelanos, cuja entrada nos Estados Unidos ficou proibida. O cerco se ampliou com a iniciativa do ex-primeiro-ministro espanhol Felipe González em montar um grupo em defesa de Leopoldo Lopez e Antonio Ledezma, grupo do qual fez parte o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

Por sua vez, o governo Maduro solicitou e obteve da Assembleia Nacional poderes para promulgar as leis habilitantes anti-imperialistas, realizando uma campanha massiva para que Obama revogasse o decreto. A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) manifestaram apoio à Venezuela contra a ingerência estrangeira e solicitaram a Obama a revogação do decreto (MARTINS, 2017).

O cenário sociopolítico venezuelano já bastante conturbado em 2015, se exacerbou ainda mais com o ingresso do país no período eleitoral. O resultado foi de dura derrota ao bloco chavista, quando pela primeira vez desde o primeiro mandato de Hugo Chávez a oposição de direita Venezuelana se tornou maioria na Assembleia Nacional. Das 167 cadeiras em disputa, a oposição, reunida na coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), conquistou 112, o que lhe conferiu maioria qualificada, provocando um conflito institucional aberto, com tentativas sistemáticas de *impeachment*. Diante deste cenário adverso, o governo de Nicolás Maduro passou a sofrer ataques cada vez mais intensos da oposição, via legislativo; desde então o governo passou a apostar no campo judicial, onde a correlação de forças lhe era mais favorável.

Concomitantemente, a oposição iniciou um processo econômico que visava produzir carestia, desabastecimento e inflação, tal como ocorreu, por exemplo, no Chile de Allende (1973), ou mesmo na própria Venezuela dos anos 2002 e 2003.

E é por isso que a crise econômica da Venezuela precisa ser analisada considerando dois aspectos claros: um natural e outro artificial.

O aspecto natural remete ao fato de que a economia venezuelana, apesar dos esforços do chavismo para diversificá-la, nunca deixou de ser dependente das exportações do petróleo, mantendo agricultura e indústria débeis. Explica Zero (2017, p. 9): “a arrecadação tributária da Venezuela é muito baixa, apenas 13,5% do PIB, bem abaixo da brasileira, por exemplo, que

está em cerca de 35% do PIB. Assim, o gasto público depende estritamente da renda petroleira”. Importante ressaltar que desde 2012 o valor do barril de petróleo sofreu uma grande queda, impondo ao país gravíssimas dificuldades, com *déficits* na balança comercial e desequilíbrio de câmbio.

Já o aspecto artificial diz respeito à guerra econômica que produz a crise. Entre os instrumentos utilizados dessa guerra econômica estão: 1) o desabastecimento programado de bens essenciais; 2) a inflação induzida; 3) o boicote a bens de primeira necessidade; 4) o embargo comercial disfarçado; e 5) o bloqueio financeiro internacional.

O desabastecimento é produzido pela especulação cambial e pelo boicote político. O governo fornece aos importadores e comerciantes dólares cotados pelo câmbio oficial a apenas 10 bolívares; entretanto, no câmbio clandestino o dólar chega a ser cotado a milhares de bolívares. O fato é que muitos importadores simplesmente não importam o que deveriam. Praticando corrupção, fazem os contratos, mas importam apenas uma fração e depositam dólares no exterior. Além disso, boa parte (cerca de 35%) dos alimentos comprados são contrabandeados para o exterior, principalmente para a Colômbia, onde são vendidos com um lucro exponencial. Outra parte é vendida no mercado interno, mas a preços excessivos, gerando carestia e inflação.

As importações de alimentos na Venezuela totalizaram US\$ 7,7 bilhões em 2014, em contraste com o montante de 2004, quando elas foram de apenas US\$ 2,1 bilhões; um extraordinário crescimento de 259%. E, no caso específico dos medicamentos importados, em 2014 as importações foram de US\$ 2,4 bilhões, enquanto que, em 2004, elas somaram apenas 608 milhões. Ou seja, uma elevação de 309%.

A falta de alimentos, medicamentos, kits de higiene, peças sobressalentes para transporte e outros produtos, bem como as longas filas, não podem ser explicadas porque o setor privado não conseguiu receber uma quantidade suficiente de dinheiro para as importações. Esse dinheiro foi simplesmente desviado. Dessa forma, os depósitos em dólares de empresas venezuelanas no exterior cresceram 233% em apenas cinco anos (ZERO, 2017, p. 9-10).

Outro fator da guerra econômica deve-se à inflação induzida pela especulação. A economista venezuelana Pasqualina Curcio, estimou, com base nas reservas e na liquidez monetária, que a taxa real de câmbio deveria ser de 84 bolívares por dólar. No entanto, no câmbio clandestino o dólar já chegava a 1.212 bolívares por dólar. Essa discrepância dilatada e sem base real alimentou um índice inflacionário inteiramente especulativo.

En este escenario de limitaciones económicas y logísticas, escalar el ataque al bolívar y manipular su precio para inducir la hiperinflación resulta una opción para EEUU que, sin mayor requerimiento económico, ni movilización de tropas, busca desestabilizar económica y políticamente a Venezuela desde dentro. Con solo apretar un botón, en menos de un mes atacaron y “depreciaron” 74% el bolívar (CURCIO, 2020).

Desde 2013 a Venezuela sofre com uma espécie de bloqueio financeiro não oficial, que consiste em tornar cada vez mais difícil e caro para a República e, especialmente para a PDVSA, o acesso ao crédito no mercado internacional, obstaculizando as transações financeiras. “Nesta área, as armas são invisíveis: tratam-se principalmente da publicação de níveis elevados de índice de risco país e do retardamento das transações financeiras costumeiras e que, mesmo em plena crise, a Venezuela vem cumprindo estritamente as suas obrigações financeiras, de modo que tais obstáculos não têm base racional e real, observa Zero (2017, p. 11).

Fato é que essa guerra econômica tem contribuído para a radicalização progressiva do processo político do país. No período considerado, a violência tem aumentado muito, com mais de 100 pessoas morrendo em confrontos nas ruas. Houve linchamento de chavistas (inclusive o episódio em que um jovem foi queimado vivo), atentados terroristas e incêndios em prédios públicos. Por outro lado, ocorreram também mortes de manifestantes da oposição pelas forças de segurança governamental. A violência tem-se generalizado (Cf. site PÚBLICO, 2017)

Para agravar ainda mais a situação socioeconômica, as instituições de Estado, dos Poderes Executivo e Legislativo, que deveriam cumprir com o papel de construir a estabilização do país, viviam em forte impasse institucional, sem quaisquer iniciativas de ambos os lados para restabelecer um diálogo sério e construtivo.

Outra variável indispensável em qualquer análise sobre o cenário venezuelano diz respeito às incursões externas realizadas pelos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados. Em 2014, por meio da lei 113-278, aprovada pelo Congresso estadunidense, ficou determinado a proibição a todas as empresas estadunidenses, ou estrangeiras que tenham negócios no país, de realizar transações e negociações com o Estado venezuelano. Desta data até o ano de 2019 o governo dos EUA havia editado sete decretos executivos e uma lei para impor bloqueios e sanções contra a Venezuela de Chávez (agora de Maduro), numa espécie de guerra operada meticulosamente, onde cada medida institucional buscava fechar as portas por onde a Venezuela pudesse tentar reverter, ou amenizar, os efeitos dos embargos anteriores.

Conforme dados oficiais, entre os anos de 2015 e 2018 os prejuízos proporcionados ao país pelo bloqueio econômico dos EUA são gigantescos. Somente relacionado ao bloqueio de ativos da *PDVSA* e recursos em bancos estrangeiros, alcançou o montante de US\$ 24 bilhões de dólares. O governo aponta também um montante de US\$ 51 bilhões de prejuízo ao que denomina por sabotagem da produção petrolífera; e, a terceira área seria a de restrições em importações e exportações, que totalizariam US\$ 130 bilhões (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *apud*, RODRIGUES 2019).

O fato é que a Venezuela está em permanente ataque econômico, medida encontrada pelos opositores internos e externos de tentar desestabilizar o governo de Nicolás Maduro e provocar a derrocada do chavismo. Em 2017, quando o Departamento do Tesouro dos EUA proibiu a negociação dos títulos da dívida da Venezuela, o risco-país disparou imediatamente, equiparando-se ao de países em guerra. Junto com ele, o valor dos juros da dívida do governo venezuelano se elevou abruptamente, abalando diretamente a principal fonte de receitas em dólares do país, o petróleo, fundamental para uma economia que importa 85% do que consome.

Os juros exorbitantes fizeram outros estragos à economia venezuelana, pois impossibilitaram qualquer empréstimo ou capitalização no mercado global para a *PDVSA*, empresa responsável por 95% das receitas da Venezuela em moeda estadunidense. Dando consequência ao plano de estrangulamento do país, a ofensiva desta vez se fez por sanções sobre o Petro, moeda virtual com lastro em petróleo criada pela Venezuela para aumentar as receitas do Estado, assim como as transações do comércio privado venezuelano (ZERO, 2017, p. 12).

O vice-ministro de Comunicação do Ministério de Relações Exteriores, William Castillo, reconhece que à medida que gerou maior impacto ao país foi o bloqueio do Banco Central Venezuelano dentro do sistema Swift, mecanismo de envio e recebimento de pagamentos mais utilizado no mundo, que envolve mais de 10 mil instituições bancárias.

As principais contas vinculadas ao Estado venezuelano em bancos estrangeiros, que poderiam ser caminho alternativo para importação de produtos, também foram bloqueadas, inviabilizando o acesso a bilhões de dólares. Isso impossibilitou a compra pelo governo de diversos itens básicos extremamente necessários ao cotidiano do povo venezuelano, como a compra de medicamentos, por exemplo.

Entre março e junho de 2019, o governo venezuelano assinou um acordo de Assistência Técnica Humanitária com China, Rússia e a Cruz

Vermelha. Com isso foi possível o envio de 694 toneladas de medicamentos, o que contribuiu para elevar o nível de abastecimento, sobretudo no atendimento médico primário. A oferta de anti-inflamatórios, antibióticos básicos e remédios para doenças mais comuns, melhorou nos últimos meses. No entanto, o desafio na saúde continua sendo a degradação do sistema médico no atendimento de casos mais complexos. Atualmente a Venezuela possui cerca de 16 mil pacientes de câncer, 60 mil com HIV, outras 16 mil com necessidade hemodiálise e 4 mil com diabetes. A estimativa é mais de 300 mil pessoas estejam com a vida em risco por falta de acesso a medicamentos e tratamentos. Os dados são do instituto Sures de Estudos e Defesa dos Direitos Humanos e são baseados em números oficiais (RODRIGUES, 2019).

Afirma a economista Pascualina Curcio (doutora em Ciências Políticas pela *Universidad Simón Bolívar*) que 90% das vacinas e 99% do modelo rotativo de compra de medicamentos eram feitos, via sistema *Swift*, pelo *Banco Central de Venezuela*, em conjunto com a Organização Panamericana de Saúde. Levantamento apresentado por Curcio dão conta que aproximadamente US\$ 20 bilhões de dólares seria o valor necessário para abastecer a Venezuela de todas as importações básicas necessárias por um período de um ano. Conforme dados organizados pela economista, este valor é bem menor do que o montante envolvido no bloqueio econômico em suas várias formas (CURCIO, 2018).

O permanente ataque econômico tem sido uma das formas de tentar desestabilizar o governo de Nicolás Maduro e provocar a derrocada do chavismo. Mas a principal impactada com as restrições impostas é a população venezuelana, sobretudo as camadas mais pobres, por conta da disparada da inflação e da falta de recursos para os serviços públicos e programas sociais do governo.

No livro *Radiografía de un país bajo asedio*, os autores, William Serafino e Franco Vielma (2018, p.115), apontam estar-se diante de uma “guerra não convencional”. Não convencional, pois constitui-se de uma guerra econômica e financeira, que tem como intuito asfixiar a economia venezuelana, buscando assim inviabilizar o governo. Tal guerra passa pela aplicação de sanções financeiras e comerciais que restringem as relações comerciais do país com outras economias e limitam sua capacidade em tomar ou renegociar empréstimos externos. Cerrando fileiras com as estratégias norte-americanas, no âmbito doméstico, desde 2012 um pequeno, mas poderoso setor de empresários da agroindústria, reforça a sabotagem à economia do país ao interromper as principais cadeias de distribuição de alimentos.

Se a situação social e econômica na Venezuela era crítica, a conjuntura política não era, em hipótese alguma, menos tensa. Como parte da estratégia de manter o governo da

Venezuela sobre forte tensão, no dia 23 de janeiro de 2019¹³, o deputado Juan Guaidó, que havia sido eleito recentemente à presidência do Parlamento, convocou um ato no bairro de Chacao, tradicionalmente habitado pela elite de Caracas, e cercado de deputados opositores, declarando, alto e bom som, que estava assumindo as funções de presidente interino da Venezuela (ESTANISLAU, 2021).

Para tal ato, Guaidó utilizou do artigo 350 da Constituição, que prevê o desconhecimento de “qualquer regime [...] que contrarie os valores, princípios e garantias democráticas”. Minutos depois da autoproclamação, o governo norte-americano prontamente o reconheceu como “presidente legítimo da Venezuela”, acompanhado por outros países da América como Canadá, Colômbia, Brasil e Peru, além de vários países europeus. Tal decisão levou o governo de Maduro a romper relações com Washington (ESTANISLAU, 2021).

Boaventura de Souza Santos, em 06 de fevereiro de 2019, publicou artigo no jornal português *Público* com o título: “*A Nova Guerra Fria e a Venezuela*”. Em suas palavras, logo de início já vaticina: “não é difícil concluir que não está em causa a defesa da democracia. O que está em causa é o petróleo da Venezuela”. Mais adiante, questiona:

Por que é que os EUA, acolitados por alguns países europeus, embarcam numa posição agressiva e maximalista que inutiliza à partida qualquer solução negociada? Porque é que se fazem ultimatós típicos dos tempos imperiais dos quais, aliás, Portugal tem uma experiência amarga? Porque foi recusada a proposta de intermediação feita pelo México e o Uruguai, que tem como ponto de partida a recusa da guerra civil? Porque um jovem desconhecido do povo venezuelano até há algumas semanas, membro de um pequeno partido de extrema-direita, *Voluntad Popular*, directamente envolvido na violência de rua ocorrida em anos anteriores, se autoproclama Presidente da República depois de receber um telefonema do vice-presidente dos EUA, e vários países se dispõem a reconhecê-lo como Presidente legítimo do país? (SANTOS, 2019).

Como esperado, nenhuma das questões de Souza Santos foram respondidas pelos representantes dos governos nacionais, apoiadores do autoproclamado presidente da Venezuela. O fato é que a crise na Venezuela se aprofunda drasticamente, com tentativas de tomada da base aérea militar de La Cartola, localizada em Altamira, uma região de classe média de Caracas; também invasões frustradas do território venezuelano por milícias apoiadas pelo governo colombiano e estadunidense, tentativas de invasões do solo do país, com ares de ajuda humanitária, com graves enfrentamentos de forças de segurança e militar nas fronteiras;

¹³ 23 de janeiro é data festiva no país, destinada às comemorações da queda da ditadura de Pérez Jiménez (1958). Portanto, de valorização da democracia, com presença maior de pessoas nas ruas, já que se trata de um feriado e repleto de simbolismo.

ocupações de embaixadas da Venezuela em vários países, inclusive no Brasil. O ambiente é de aguda tensão.

Este permanente estado de tensão somente se arrefeceu após a derrota de Juan Guaidó para a presidência do Parlamento venezuelano, realizadas em janeiro de 2020. Guaidó foi derrotado na eleição para presidente da Assembleia Nacional, para o deputado Luis Eduardo Parra Rivero, integrante do partido de direita, Primeiro Justiça; ficando Guaidó, portanto, sem o cargo que havia lhe dado as condições a se autoproclamar presidente do país. Já nas eleições de 06 de dezembro de 2020, Guaidó não foi reeleito; desta vez, nem mais deputado seria, diminuindo ainda mais sua capacidade de ação institucional.

A partir de janeiro, Guaidó passará a ser apenas um político venezuelano da oposição e, apesar de se autoproclamar presidente interino da Venezuela e chefe de um Parlamento paralelo, encontrará um caminho cada vez mais difícil para suas peripécias, pois, somado ao fim de seu mandato, o governo de Donald Trump, seu principal aliado internacional, também acaba em janeiro (ESTANISLAU, 2021).

As eleições legislativas da Venezuela realizadas em 06 de dezembro 2020 foram vencidas pela coalizão chavista. O *Gran Polo Patriótico Simón Bolívar*, formado pelo *PSUV* e mais oito partidos, obteve 3.558.320 votos, o que corresponde a 67,6% do total de votos válidos. Em segundo lugar, com 994.665 votos, ficou a *Alianza Democrática*, o que equivale a 17,95%; seguida do *Partido Comunista da Venezuela* (PCV), com 2,75%, e demais partidos com 6,79% (dados do *Consejo Nacional Electoral – CNE*, apud JORNALISTAS LIVRES, 07-dez-2020).

Esta eleição foi acompanhada por mais de 200 observadores e uma centena de convidados internacionais, incluindo, o ex-primeiro ministro da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero que, conforme registros presentes no relatório de acompanhamento eleitoral na Venezuela, apresentou opinião positiva sobre o processo eleitoral transcorrido no país, complementando com apelo para que sejam encerradas as sanções ao povo venezuelano (JORNALISTAS LIVRES, 07-dez-2020).

Sabemos, después de lo vivido en los dos últimos años, que no sirve ni la imposición ni las sanciones, que solo sirve el diálogo y los votos, que solo sirve el encuentro, la convivencia, la deliberación democrática. No hay otro camino y este día electoral, 6 de diciembre de 2020, supone un paso adelante. Me atrevería a decir que es el principio del final de los peores momentos que ha vivido Venezuela, de un conflicto total, de unas sanciones injustas e incomprensibles (MELEAN, apud 2020).

Uma análise da crise venezuelana deve ir além do senso comum e das narrativas interessadas expostas na mídia hegemônica nacional e internacional, segundo as quais a Venezuela dos governos chavistas (Chávez e Maduro) constitui o “eixo do mal”, detratção comum de governos norte-americanos aos governos não-alinhados aos seus interesses. No entanto, não se pode de toda sorte ignorar as condições precárias a que está submetida atualmente vasto contingente da população venezuelana – responsável em grande medida pelo enorme e atípico fluxo de emigrantes venezuelanos, algo em torno de cinco milhões nos últimos anos, segundo a ACNUR.

O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (ACNUDH) das Nações Unidas, após visitas, publicou relatório, sob forte contestação do governo Maduro, em que apontou quadro econômico e social agudo e preocupante. “A situação humanitária na Venezuela se deteriorou, inclusive no que diz respeito aos direitos à alimentação, água, saúde, educação e outros direitos econômicos e sociais”. Sobre a situação dos venezuelanos comuns, insiste que “grandes setores da população não têm acesso à distribuição de alimentos” (BACHELET - ACNUDH, 2019).

As mulheres estão entre os mais atingidos: em meio a uma escassez progressiva de suprimentos, dada inacessibilidade de alimentos, gastam uma média de 10 horas por dia na fila para comprar comida. “Constatamos que cerca de 75% do orçamento nacional está agora destinado a programas sociais para todos, no entanto, ouvimos de venezuelanos que estão totalmente empregados – muitos no setor público – que têm dificuldade em comprar remédios e alimentação adequada” (BACHELET - ACNUDH, 2019).

A respeito da saúde pública, as condições também são descritas no relatório como “terríveis, com hospitais sem funcionários, suprimentos, medicamentos e eletricidade para manter as máquinas vitais funcionando”. Entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019, 1.557 pessoas morreram por falta de suprimentos nos hospitais, observa o relatório de uma pesquisa hospitalar nacional (BACHELET - ACNUDH, 2019).

A inflação na Venezuela é outra variante que tem castigado o país. Como tradicionalmente ocorre nestes processos, os assalariados, segmentos mais pobres da sociedade, veem o poder de compra do seu salário se encolher progressivamente. São eles os mais severamente sacrificados. Dados disponibilizados pelo *Banco Central de Venezuela* (BCV), amplamente divulgados pela imprensa, dão conta que no ano de 2017 a inflação atingiu o patamar de 2.616%; em 2018, 130.060,2%; no ano de 2019, 9.585%; 2020,

2.959,8%; e 2021 caindo para 686,4%. É fato que a inflação do mês de dezembro de 2021 atingiu 7,6%, e desde setembro a taxa permanece na casa de um dígito. O governo Maduro anunciou que apesar dos números ainda serem altos, o país havia deixado o estado de hiperinflação (Cf. ÉPOCA-NEGÓCIOS-GLOBO, El País, jan-2022).

A mídia divulgou que a produção média por barril de petróleo da Venezuela caiu drasticamente nos últimos anos, atingindo em meados de 2020 356 mil barris por dia (bd) (segundo fontes da OPEP). Para que se tenha uma ideia comparativa da gravidade deste número, somente nos anos 30 do século passado houve números similares, sendo que em 2013 o país produzia mais de 2,5 milhões de bd (Cf. UOL: Economia, jan-2022)

Dados mais atualizados demonstram que o país vem conquistando uma elevação de sua produção petrolífera, mesmo que paulatinamente. No entanto, a produção encontra-se muito aquém das necessidades da sociedade diante da grave crise. No final de 2020, a média se elevou para 569 mil bd, segundo o governo, e mais recentemente (meses de novembro e dezembro de 2021) alcançou a média 824 mil e 1 milhão de bd, respectivamente.

Em nota oficial divulgada pelos canais oficiais do governo venezuelano, e repercutida pela imprensa, afirmou o Ministro de Petróleo de Venezuela, Tareck El Aissami: “veja que, apesar das ameaças criminais de bloqueio dos Estados Unidos, aqui há um povo em pé, com dignidade e na vanguarda, a classe trabalhadora do petróleo” (Cf. BULTRAGO, CNN Brasil, dez-2021).

Em resumo, em que pese à relativa retomada da produção de petróleo venezuelano, a situação ainda é crítica. Os bloqueios decorrentes das sanções impostas pelos EUA, acompanhadas pelo Canadá e União Europeia, asfixiam o país estreitando a sua margem de manobra no comércio internacional de petróleo. Para o economista José Toro Hardy: os EUA, com a intensão de sufocar economicamente o governo do presidente Nicolás Maduro, a quem eles consideram ilegítimo, impõem sanções contra a PDVSA. Tal política de pressão desencorajou muitas empresas estrangeiras a trabalharem com a companhia venezuelana. "Há cada vez menos navios-tanque dispostos a correr o risco de carregar petróleo da Venezuela", diz Hardy (Cf. G1-GLOBO, *BBC News*, out-2019).

Hardy explica ainda, que com as dificuldades de exportar a PDVSA passou a armazenar a sua produção em tanques e navios ancorados em suas costas; contudo, aparentemente a capacidade de armazenamento foi atingida, de modo que não houve mais escolha a não ser, diminuir a produção (G1-GLOBO, *BBC News*, out-2019).

Haveria um aprofundamento da crise, as sanções para além de impedirem que empresas americanas façam negócios com a *PDVSA*, todos os ativos da Cia são congelados nos EUA. Se é verdade que tais medidas não eliminam totalmente as importações, no entanto, produz uma armadilha, pois, exigem que os pagamentos sejam feitos em contas que a *PDVSA* não pode acessar (G1-GLOBO, *BBC News*, out-2019).

Deste modo, destaca Hardy, com as sanções, o governo venezuelano não tem como se beneficiar da venda de petróleo para os Estados Unidos, já que não pode tocar no dinheiro. As sanções também afetaram o acesso da *PDVSA* aos produtos químicos necessários para processar o petróleo bruto pesado presente no país, que é em estado bruto quase sólido, não permitindo que seja escoado pelos oleodutos; deste modo, é necessária utilização de diluentes químicos, como nafta, para ser transformado em uma substância mais leve e que possa finalmente ser exportada. Porém, as sanções impedem que empresas americanas, outrora as principais fornecedoras da *PDVSA*, exportem diluentes para a Venezuela (G1-GLOBO, *BBC News*, out-2019).

Parte da atual produção comercializada, a *PDVSA* não tem conseguido receber (particularmente aquela destinada aos EUA), graças à “engenharia” decorrente das sanções impostas pela Casa Branca. E com isso agrava-se o cenário, pois várias empresas do setor, mesmo aquelas sediadas em outros países, se sentem impedidas (ou receosas) de comercializarem com a Venezuela. A matéria do g1/globo noticiava que atualmente há petroleiros com capacidade de transportar 10 milhões de barris de petróleo parados na costa venezuelana. Antes transportavam o petróleo para suprir o mercado estadunidense, mas agora estão "encalhados", transformados em depósitos de petróleo da *PDVSA*, até que ela consiga novos contratos capazes de darem vazão a tamanho volume.

Considerando a importância que o setor petrolífero representa para a Venezuela, no que tange o equilíbrio da balança comercial, ou para entrada de divisas, forte diminuição da produção, altos estoques sem comercialização, acarretam sério empobrecimento do país, revelado, por exemplo, no considerável declínio do Produto Interno Bruto (PIB) venezuelano.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) verifica que o PIB da Venezuela em 2020 sofreu uma aguda queda de menos 30 pontos, e o resultado acumulado do período (de 2013 ao início de 2019) foi de severa perda de 52,3%, com consequências dramáticas sobre o conjunto da população, especialmente os mais pobres (Cf. tabela CEPAL, 2020, v. https://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/portugues_tabla_pibs_america_latina_y_el_caribe_8jul.pdf).

De todos os problemas que permeiam a sociedade venezuelana, pode-se dizer que a inflação e o desabastecimento são destacadamente os que mais afetam diretamente a vida das pessoas, pois deteriora a qualidade de vida da população e as condições do viver no dia-a-dia, muita além da discussão puramente macroeconômica.

Conforme a economista Pasqualina Curcio, professora da Universidade Simón Bolívar da Venezuela, o desabastecimento tem se manifestado principalmente nos bens de primeira necessidade, alimentos, medicamentos e produtos de higiene pessoal e domésticos, mas também em bens necessários ao processo produtivo, matérias-primas e insumos, particularmente agrícolas, peças de reposição para maquinários, necessárias ao setor manufatureiro e bens que permitem a prestação de um serviço fundamental para dinamizar e movimentar a economia, tal como o transporte e peças de reposição automotivas, como baterias para automóveis (CURCIO, 2018, p. 204).

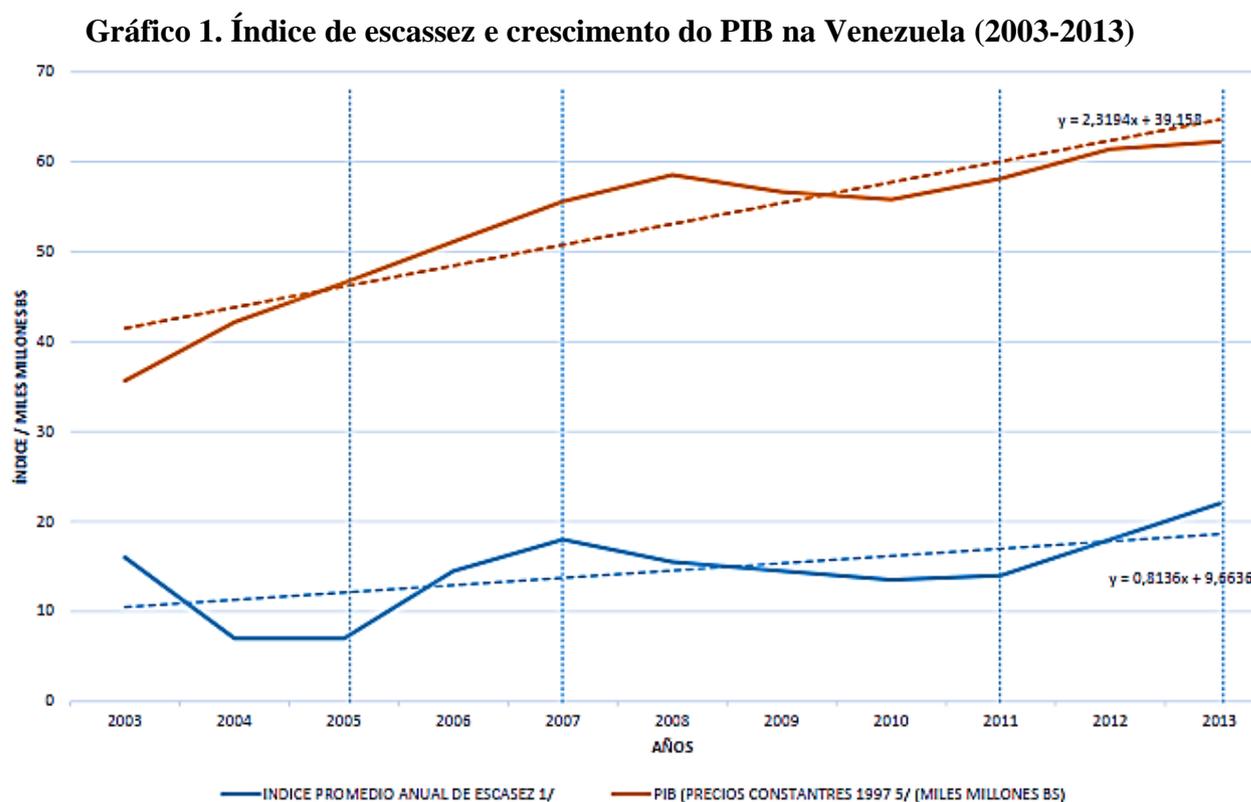
Outra área bastante sensível, pois, produz forte impacto sobre as condições de vida das pessoas é a da saúde. Neste setor também ocorre desabastecimento, especialmente daqueles bens necessários à prestação de serviços, como medicamentos de uso ambulatorial e hospitalar de demanda cotidiana, assim como material cirúrgico. Curcio chama atenção para o fato de que o desabastecimento tem se manifestado principalmente em bens e não em serviços.

A respeito da inflação, retomamos considerações quanto aos impactos deletérios do fenômeno sobre a vida concreta das pessoas, acometendo assimetricamente os distintos segmentos sociais. Para Curcio (2018, p. 205), os efeitos perversos do fenômeno inflacionário se dão sobre as condições sociais e econômicas dos lares, “particularmente, naqueles cuja renda depende de um salário por serem donos do fator de produção trabalho. Os lares cujas rendas são oriundas do lucro do capital encontram-se em melhores condições para ajustar-se aos níveis de inflação”. Na Venezuela, como em todos os países, a porcentagem maior das famílias vive dos salários.

Quanto ao problema do desabastecimento que castiga a Venezuela, Curcio observa ser resultado de uma “guerra econômica” produzida por setores do capital (especialmente a partir do ano de 2003) e que curiosamente se aprofunda em períodos de maiores disputas políticas eleitorais e embates sociais (de forte impacto econômico), quando a escassez encontra patamar acima de 25%. É o que explica, por exemplo, a paralisação geral e a sabotagem petroleira a que foi submetida a economia e o povo venezuelanos (CURCIO, 2018, p. 209).

Posteriormente (entre 2004-2005), observam-se níveis de desabastecimento com tendência decrescente, estabilizando-se ao redor da média anual de 7%. A partir do ano de 2006 evidenciou-se uma mudança na tendência deste índice, registrando uma inclinação positiva até chegar a 26% em 2007. A partir de 2008, estendendo até 2010, este índice diminuiu, mantendo-se na média de 13%; e a partir de 2011 registrou-se novamente uma mudança de tendência e novo aumento, alcançando níveis de desabastecimento superiores a 20% em 2013. No gráfico também se observa a associação dos picos de desabastecimento com as condições políticas dos momentos, especialmente durante 2007, quando se realizou o referendo constitucional, a exemplo de outros eventos eleitorais (CURCIO, 2018, p. 209).

Costumeiramente o fenômeno de desabastecimento está associado, por um lado à diminuição da produção e/ou à diminuição das importações (acarretando diminuição das divisas outorgadas por parte do Governo ao setor privado); por outro ao aumento do consumo, tanto dos lares como do governo. No entanto, o estudo apresentado por Curcio (2018, p. 211) para o período compreendido entre 2003-2013, estas premissas são fortemente contestadas:



Fonte: Banco Central de Venezuela. Instituto Nacional de Estadísticas (apud CURCIO, 2018, p. 212, cálculos da autora).

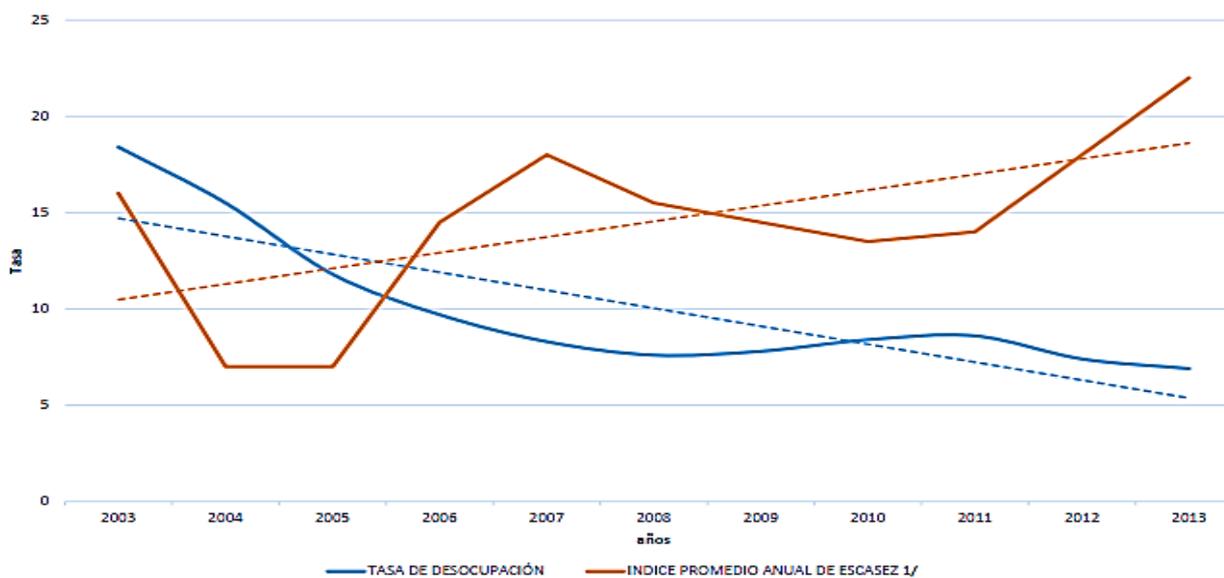
O intervalo de dez anos considerado por Curcio revela tendência ascendente do PIB (medido em bilhões de bolívares), com leve queda nos anos 2009 e 2010 e recuperação em seguida. Portanto, conforme o estudo, não há uma queda abrupta que justifique os níveis de desabastecimento registrados na economia.

Outro dado relevante no mesmo gráfico, diz respeito ao índice de tendência a escassez. Os setores de oposição ao governo propagam que os níveis de desabastecimento se devem à queda da produção nacional. E oposição a essa retórica, retruca a economista:

Pelo contrário, observamos que durante os anos de 2006 e 2007, há um aumento no índice de escassez, apesar de ter ocorrido aumento no nível de produção nacional. Situação similar ocorre também a partir de 2011. Já entre os anos 2008 e 2011, ao contrário dos períodos anteriores, registra-se uma tendência decrescente do índice de escassez a despeito da queda da produção nacional (CURCIO, 2018, p. 11).

Em resumo, o volume de produção, seja em queda ou em alta, não explica automaticamente o índice de desabastecimento na economia.

Gráfico 2. Taxa de desocupação e índice de escassez: Venezuela. 1999-2014

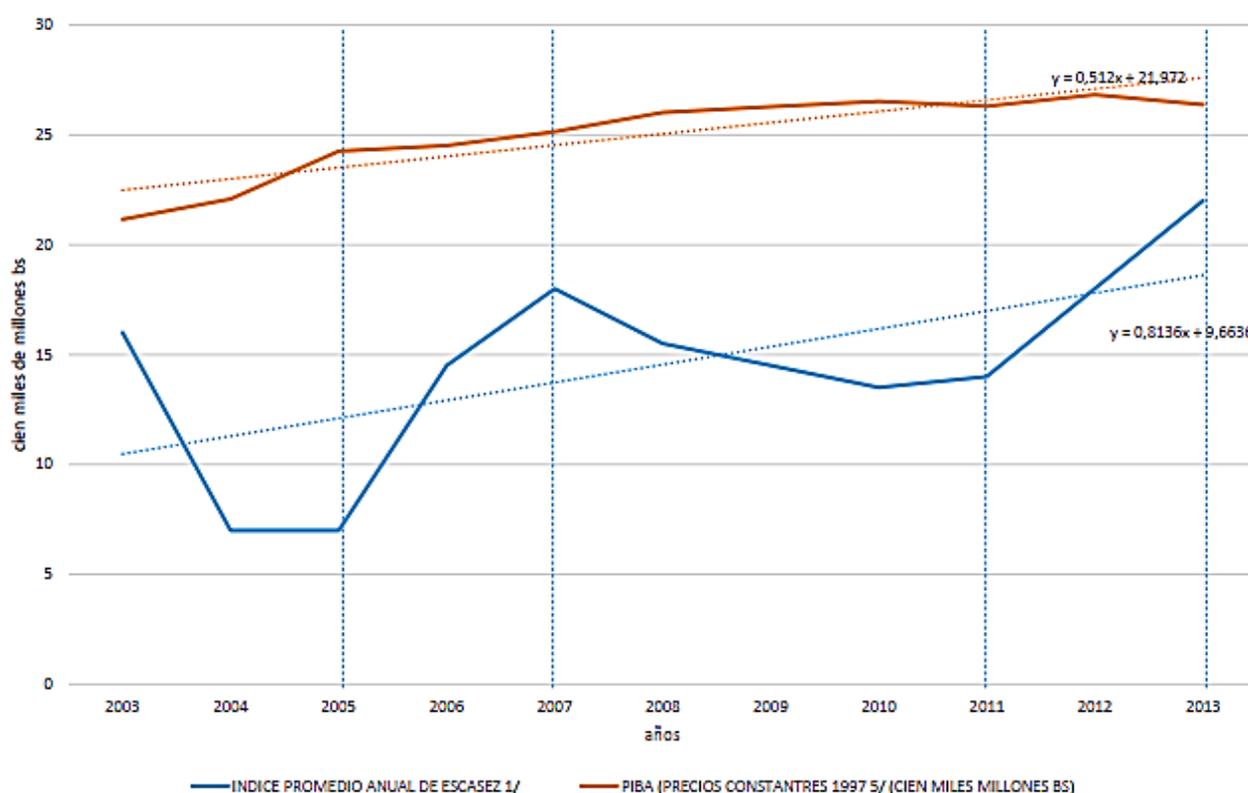


Fonte: *Instituto Nacional de Estadísticas* (apud CURCIO, 2018, p. 212).

Sobre o comportamento da taxa de desemprego e o nível de escassez no período estudado, era de se esperar que altos níveis de escassez correspondessem a altos níveis de desemprego. No entanto, enquanto o gráfico registra uma tendência decrescente da taxa de desemprego, é contrastado com aumento do índice de escassez, observando que não há uma relação lógica entre ambas. A esse respeito, o segundo gráfico é bastante ilustrativo.

Observando agora os produtos da cesta básica (já que a maioria que registram desabastecimento é da cesta básica alimentar), constata-se que o comportamento do índice de escassez com a produção agrícola, medida pelo Produto Interno Agrícola (PIBA), guarda semelhança com os resultados da análise do estudo do PIB. Neste caso, do mesmo modo, conclui-se que não existe relação empírica entre o índice de escassez e o PIBA. Inversamente, os dados revelam que o PIBA se desenvolveu uma tendência crescente ou mais estável. Os períodos de crescimento do índice de escassez não correspondem a diminuições abruptas da produção agrícola, especificamente os períodos 2006-2007 e 2011-2013 (CURCIO, 2018, p. 213).

Gráfico 3. Índice médio anual de escassez e PIBA (por bilhões bs). Venezuela. 2003-2013



Fonte: Banco Central de Venezuela. Instituto Nacional de Estadísticas (apud CURCIO, 2018, p. 213, cálculos da autora).

Das insistentes críticas apresentadas por setores da oposição partidária e social aos governos chavistas, uma das principais refere-se à variante importação. Segundo eles, a escassez dever-se-ia ao fato de o Governo não ter repassado as divisas ao setor empresarial para que este viesse importar matérias primas e produtos finais não produzidos nacionalmente. Ao não poder importar tais bens, prosseguem, reduz-se a produção mesmo em contraste com demanda crescente da população e gera-se a escassez que, ato contínuo,

pressiona a alta dos preços. Em resumo: a oposição acusa o governo pelo desabastecimento e pela inflação, por este não ter transferido dólares ao setor privado, que por sua vez proveria os venezuelanos em quantidade adequada e baixos preços.

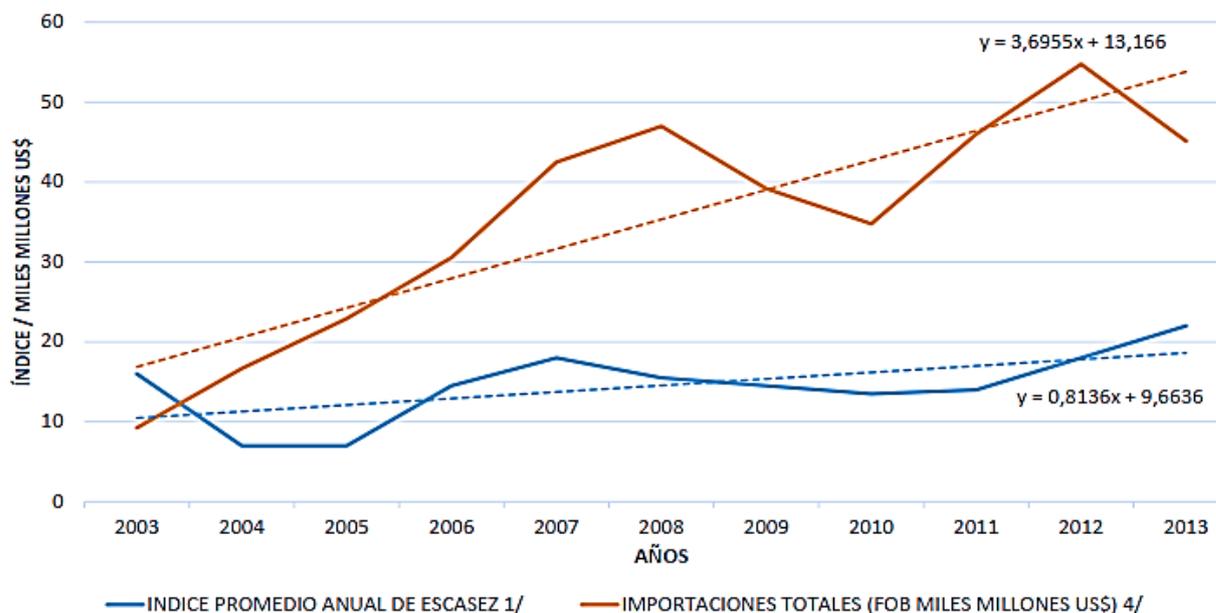
A oposição avança na crítica para além da dimensão administrativa, de insinuações quanto a supostas incompetências de gestão, atribuindo responsabilidades a um modelo fracassado (ao chavismo, à revolução bolivariana, ao socialismo do século XXI) que impediria, segundo seus preceitos, o governo de dar repostas adequadas à crise. A oposição passou, portanto, a fazer uma disputa declaradamente ideológica, com objetivo desgastar e desacreditar o modelo implantado desde 1999.

Contraopondo-se a esses discursos, Curcio verifica que para:

[...] os índices de escassez com os níveis de importações para o período 2003-2011, e igualmente ao que se viu no caso dos níveis de produção, não existem elementos empíricos para afirmar que o desabastecimento na Venezuela se deve à diminuição das importações de bens. Pelo contrário, [no gráfico 4] pode ser observado, em primeiro lugar, uma tendência média crescente para o período 2003-2013, das importações totais de bens, expressas em bilhões de dólares (US\$), a qual ascende a 388,9% (2018, p. 213-214).

Em observância ao gráfico abaixo (4), é possível verificar aumento considerável das importações desde do ano de 2003 até 2013; mesmo com oscilações, há também tendência de alta (embora em escala menor) e manutenção do índice de escassez durante esses mesmos anos. Entre os anos 2006 e 2007 foi registrado um aumento de 25% do índice de escassez, apesar de as importações crescerem 39% nesses dois anos. Também observamos que para os anos 2008 e 2009 houve diminuição do nível total de importações, o que não se refletiu em aumento do nível de escassez, ao contrário, este também diminuiu. A partir de 2010 novamente aumentaram as importações e o índice de escassez começou a ascender em 2011.

**Gráfico 4. Índice médio anual de escassez e importações totais (por bilhões de US\$).
Venezuela, 2003-2013**



Fonte: *Instituto Nacional de Estadísticas. Comercio Exterior (apud CURCIO, 2018, p. 214, cálculos da autora).*

Curcio (2018, p. 214) parece nos indicar que os dados não revelam correspondência direta entre o comportamento do índice de escassez e o nível de importações totais. Portanto, o argumento da oposição de que o desabastecimento na Venezuela se deveria à diminuição das importações, devido a não entrega de divisas pelo governo, também aqui não encontra sustentação empírica.

Quando se apreende os dados específicos sobre as importações de alimentos (avaliadas em dólar) depara-se com um crescimento exponencial, atingindo 571,7% entre 2003 e 2013. Se estabelecermos relação de comparação com o índice de escassez presente nos gráficos anteriores, chegaremos à mesma conclusão; ou seja, não há relação de comportamento possível entre ambas as variáveis que permita afirmar que o desabastecimento (principalmente de alimentos) se deva à redução das importações.

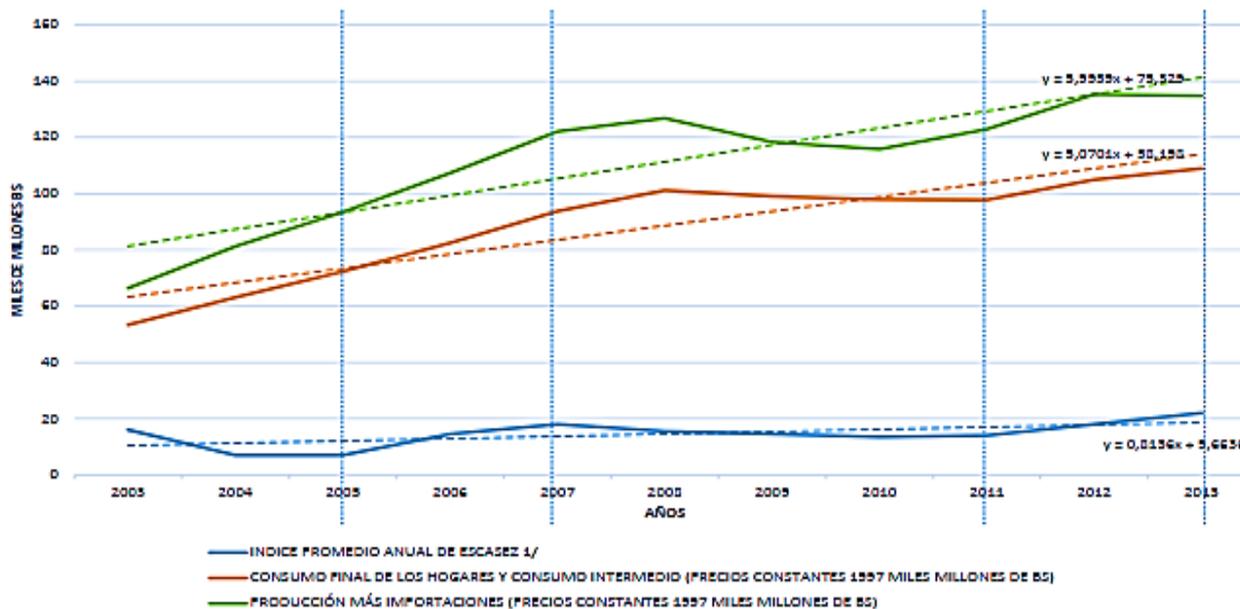
É sobejamente conhecido que a Venezuela é um país monoexportador de petróleo, com parte significativa de bens de primeira necessidade adquirida via importações realizadas por empresas privadas, que atuam em monopólio (até mesmo oligopólio) em determinados setores. Neste modelo tradicional, a outorga de divisas do Estado ao setor privado responsável pelas importações cumpre um papel relevante. O aumento médio das importações no período entre 2003 e 2013 foi 388,9% e foram repassados US\$304.704 milhões ao setor privado. No ano específico de 2003, o governo outorgou US\$5.695 milhões, o que representou um aumento de 442%. Já entre os anos 2003 e 2008, a outorga de divisas ao setor privado

aumentou 727%. Mesmo com uma diminuição no período entre 2009 e 2010, a quantidade de divisas outorgadas voltou a ascender no ano de 2011. Deste modo compreende-se que os índices de escassez não estão determinados pela não outorga de divisas ao setor privado, desmentindo o argumentado por setores da oposição (CURCIO, 2018, p. 216).

Dando consequência à linha analítica apresentada, é possível levantar as seguintes indagações: se foram outorgadas as divisas ao setor privado para importação dos bens requeridos na economia; e se aumentaram as importações (medidas em US\$) e se cresceu a produção, por que são registrados níveis de desabastecimento tão significativos?

Passemos agora para a análise da tendência do consumo no país, em contraste com as importações e o nível de desabastecimento entre 2003 e 2013. Aí incluídos o consumo final dos lares, do governo e de instituições sem fins privados e lucrativos.

Gráfico 5. Índice de escassez, consumo final e intermediário, produção total e importações. Venezuela, 2003-2013



Fonte: Banco Central de Venezuela. Instituto Nacional de Estadísticas (apud CURCIO, 2018, p. 218, cálculos da autora).

O gráfico 5, acima, apresenta tendência de crescimento médio do consumo final, como também, tendência de elevação da taxa combinada de produção e de importação. Já a taxa de escassez se mantém sempre inferior às demais. Desta maneira, a escassez (desabastecimento) não pode ser explicada por uma suposta elevação do consumo acima da produção e da importação no país.

Os dados atestam que os bens foram produzidos mediante destinação crescente de recursos monetários à importação. Logo, a pergunta que se impõe é: por que estes produtos não se encontram nas prateleiras dos mercados nacionais? Segundo Curcio (2018, p. 219) a variação das importações totais de bens e serviços expressas em dólares foi de 388,9% na comparação entre os anos 2003 e 2013. Já expressas em quilogramas, foi de 57,6% de variação entre os anos 2003 e 2013 (uma elevação bem mais tímida). Os dados indicam também haver uma maior quantidade de dólares destinados à importação, embora proporcionalmente se importou menos bens e serviços, possivelmente em decorrência do aumento considerável dos valores médios dos produtos e bens, variação de 210% entre 2003 e 2013. O custo médio por quilograma de bens importados foi de US\$0,83/Kg em 2003, enquanto que no ano de 2013 foi de US\$2,34/Kg.

No que se refere às importações específicas de alimentos, a variação delas (entre 2003 e 2013) seguiu a mesma tendência: com os valores expressos em dólares atingindo crescimento de 575,7% e em quilogramas brutos, 151,5%. Os dados organizados podem reforçar a hipótese de que as empresas privadas que atuam no ramo de importações praticaram preços exorbitantes, especulando com as necessidades do governo e da população, com significativa ampliação da margem de lucro. É o que em parte explicaria o porquê de mesmo tendo o governo elevado substancialmente o montante em dólares para as importações, este não fora suficiente para suprir a demanda nacional e evitar a escassez de produtos no mercado.

Neste sentido, outro dado deve ser adicionado à análise. No mesmo período em que ocorreu substancial aumento das divisas outorgadas ao setor privado importador, com vertiginoso aumento das importações em dólares (elevação do valor em quilograma importado, mas escassez de produtos nas prateleiras dos supermercados), curiosamente identificou-se ascendência de depósitos do setor privado em contas bancárias no exterior, aumento em cerca de 230% (CURCIO, 2018, p. 221).

Registre-se que o executivo nacional venezuelano tem reiteradamente denunciado setores do empresariado por praticarem açambarcamento¹⁴ de bens: alimentos, medicamentos e produtos de higiene pessoal, assim como peças de reposição para veículos. Tais bens, alvos do açambarcamento, estariam organizados em três blocos:

¹⁴ O açambarcamento, segundo Curcio, é um mecanismo que impede que os bens cheguem às prateleiras dos mercados nacionais, somando, desta maneira, um fator à explicação do desabastecimento (CURCIO, 2018, p. 222).

Em *primeiro lugar*, trata-se de produtos de primeira necessidade: alimentos, medicamentos, bens para higiene pessoal e doméstica, peças de veículos, peças de maquinários e sementes, todos muito importantes para os lares, para os processos produtivos e ao setor de serviço.

Em *segundo lugar*, os alimentos que estão sendo açambarcados são justamente aqueles que estão na lista dos vinte alimentos mais consumidos pelos venezuelanos e venezuelanas, especialmente os não perecíveis, que são distribuídos por empresas monopolistas ou oligopólios (farinha de milho e de trigo, o açúcar, o café, o óleo, entre outros). Em contraste, as hortaliças, frutas e verduras, por serem produzidos e distribuídos por muitos agricultores, não são passíveis de serem açambarcados.

Em *terceiro lugar*, o desabastecimento é conferido em nível varejista, nas vendas diretas ao consumidor. O mesmo não ocorre com produtos voltados para uso industrial, *vide* a farinha de trigo, que não tem faltado às indústrias e padarias, embora registra-se escassa nas prateleiras dos supermercados.

Por fim, o Executivo nacional tem denunciado outra variante relevante no fenômeno de desabastecimento, que é o contrabando nas fronteiras, principalmente com a Colômbia, para onde se descaminham mercadorias importadas com dinheiro público. Não por acaso o governo tem intensificado a fiscalização nesta região de fronteira, até mesmo com fechamentos como meio de evitar a saída dos produtos.

Deste modo, considerando os três fatores, ou seja: 1. a redução relativa das importações com relação às divisas outorgadas ao setor privado; 2. o açambarcamento por parte das empresas monopolistas ou que formam oligopólios no mercado de importados; 3. o contrabando fronteiriço. Uma vez combinados, tais determinantes explicariam melhor as razões dos níveis altos de desabastecimento no país.

Os dados apreciados até aqui nos mostram o comportamento do setor privado importador: ao procurar por todos os meios maximizar suas margens de lucro, se apropria de forma substancial de parte da renda petrolífera. Em consequência, os danos causados são sentidos pelo conjunto da população, especialmente pelos mais pobres, na medida em que o *modus operandi* deste segmento empresarial tem por consequência a escassez de alimentos e demais itens de primeira necessidade.

Os efeitos deletérios causados pela escassez de produtos nas prateleiras acabam, por fim, por elevar o nível de tensão social, de violência e de desgaste político do governo.

Ainda que pareçam ser fatores baseados em interesses econômicos que buscam a maximização dos lucros, e pior ainda, no caso da economia venezuelana, se apropriar da renda petroleira, trazem implicitamente um interesse principalmente político, afirmação que nos atrevemos a fazer quando observamos que os episódios de desabastecimento coincidem com momentos de tensão política, de maior polarização e no marco de eventos eleitorais. Vale a pena destacar os momentos com maior índice de desabastecimento: o ano de 2003, em consequência da paralisação geral e sabotagem petroleira; o de 2007, no marco do referendo constitucional e, a partir do ano de 2012 até a recente data, incluindo os processos para eleição presidencial - tanto de 07 de outubro de 2012 quanto o de 14 de abril de 2013 -, e em meio às eleições de governadores, em dezembro de 2012 (CURCIO, 2018, p. 223).

Podemos concluir que este movimento em curso no país atinge, de fato, dois dos principais interesses dos setores oposicionistas: possibilita maior lucro e acumulação de capital para si e amplifica a desestabilização econômica, social e política.

Outro grande problema que afeta duramente a economia venezuelana é a alta considerável da inflação. Importante destacar que o período considerado (1997-2013) não abrange os anos mais recentes, quando a inflação atingiu a estratosfera, caracterizando cenário de hiperinflação.

Se as teorias macroeconômicas mais ortodoxas¹⁵ costumam conceber que a variação do nível de preços numa economia depende de maneira direta do comportamento da demanda agregada, trazendo como consequência o aumento nos níveis de preços. Na Venezuela ocorre um fenômeno que desafia uma simples causa de demanda agregada ou liquidez monetária, sendo influenciado pela taxa de câmbio da moeda “fixada” pelo mercado paralelo.

A taxa de câmbio paralelo está atuando como referência para que os ofertantes de bens e serviços na economia fixem os preços, inclusive aqueles que não têm poder de mercado e que não se constituem em monopólios ou oligopólios. Ou seja, inclusive aqueles ofertantes que contam com a concorrência de seus bens e serviços no mercado, ajustam os preços com base e referência na taxa de câmbio do mercado paralelo (CURCIO, 2018, p. 226).

Conforme dados do *Banco Central de Venezuela*, a inflação na Venezuela durante o período em estudo, variou em 73% em relação ao preço do dólar no mercado paralelo. Estes resultados têm graves implicações para a economia real, particularmente quando esta taxa de câmbio do mercado paralelo não tem correspondência com o restante dos indicadores

¹⁵ As teorias monetaristas explicam o fenômeno da inflação pelas variações na liquidez monetária. Para os monetaristas, o aumento da inflação se liga à expansão da demanda, demanda ajustada pelo aumento ou diminuição dos preços.

econômicos e quando não são transparentes os critérios pelos quais tal taxa determina esses valores. Chama atenção que, à medida que aumenta a designação de divisas por parte do Estado ao setor privado, surpreendentemente, também se amplia a taxa de câmbio do mercado paralelo da moeda, quando o que se esperava é um comportamento inverso, ou seja, uma redução desta taxa de câmbio (CURCIO, 2018, p. 230).

Como a taxa que não observa critérios transparentes e ignora a relação com a realidade econômica, o que, portanto, nos leva a concluir que os preços não são resultados da demanda e oferta de divisas, pelo contrário, os preços parecem estar delimitados *a priori*. A sua principal “orientação” parece estar influenciada pela manipulação da variável expectativa (especulação), sem lastro e referência na realidade econômica.

Como vimos, não têm suporte empírico os argumentos propagandeados sistematicamente pela oposição partidária e social – por meio dos seus poderosos instrumentos de disputa política e ideológica, tanto em escala local, regional, quanto global – de que o desabastecimento é consequência de um modelo fracassado, que não permite ao governo outorgar as divisas necessárias para a importação de bens por parte do setor privado, repercutindo nos altos níveis de inflação e depreciação da moeda no mercado paralelo (como demonstrado pelos dados organizados por CURCIO, 2018, p. 232).

A variação do custo médio por quilograma importado entre 2003-2013 teve elevação substancial dos valores dos produtos e íntima correlação com a variação das moedas e depósitos do setor privado no exterior, reforçando a hipótese de que nem todas as divisas outorgadas ao setor privado foram utilizadas para a aquisição dos bens e serviços requeridos na economia. Assim, as causas do desabastecimento têm como objetivo e maximização de seus lucros e atendem interesses políticos de desestabilização econômica e social.

Por último, o açambarcamento “intermitente” lhes permite colocar os produtos no mercado ao seu modo, com relativo controle do fluxo, gerando mal-estar pelas filas e, ao mesmo tempo, sua venda, via de regra, com preços muito superiores – eis o fenômeno “escassez”.

La guerra económica no es un invento de Nicolás Maduro ni comienza con su gobierno (abril de 2013). De hecho, el término fue acuñado por el mismo Chávez. En una serie de trabajos claves para entender la realidad venezolana, la economista Pasqualina Curcio identifica “las dos principales estrategias” de la guerra económica: 1) “inflación inducida a través de la manipulación del tipo de cambio en el mercado paralelo e ilegal”; y 2) “el desabastecimiento programado mediante la manipulación de los mecanismos de distribución de bienes esenciales para la vida”. Estas

estrategias son viables dadas las características de la economía nacional: 1) “concentración de la producción, de las importaciones y de la distribución de los bienes y servicios en pocas manos, es decir, la presencia de monopolios y oligopolios (especialmente en mercados de bienes de primera necesidad o requeridos en la producción y para el transporte)”; y 2) *“la alta dependencia de las importaciones”* (ITURRIZA, 2016).

Do mesmo modo, a inflação está determinada em torno de 73% pela taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo, sem referência teórica, nem empírica. Não está, portanto, ancorada em critérios aceitáveis para sua fixação. Não obstante, mantém-se continuamente atualizada e diariamente publicada num *website* muito consultado, servindo de referência para atualizar os preços dos bens e serviços da economia. Trata-se de inflação induzida pela manipulação midiática da taxa de câmbio da moeda no mercado paralelo, ou seja, segundo uma lógica de expectativa econômica e de especulação sem lastro na economia real.

A utilização do dólar paralelo como referência de atualização de preços de bens e serviços permitiu o alargamento da margem de manobra dos setores monopolistas e oligopolizados para manipularem os preços de toda a cadeia produtiva dos mais variados setores de produção. Para além dos problemas relacionados à macropolítica econômica (como a taxa de câmbio e a inflação), este fenômeno implica em redução drástica do poder aquisitivo dos salários, agravando a vida especialmente da classe trabalhadora e assalariada.

Ampliou-se com isso as consequências deletérias, pois, “devido à perda do poder aquisitivo, os lares são forçados a recompor sua estrutura de gastos, priorizando aqueles itens de primeira necessidade, alimentos, transporte, saúde e deixando de demandar os demais bens ou diminuindo a demanda” (CURCIO, 2018, p. 234). O sentido é bastante lógico: a restrição da demanda dos demais bens repercutirá em diminuição da produção, fechamento de empresas e aumento do desemprego, certamente incidindo nos indicadores macroeconômicos, desequilibrando a economia. Como se vê, a manipulação inicial do câmbio desencadeia muitos dos problemas percebidos e sofridos, em consequência.

Conclui Curcio (2018), que a decisão do importador produz escassez, que se traduz, por sua vez, em inquietação social, sem causar necessariamente, prejuízos ao importador. Ou seja, gera assim, um círculo vicioso entre desabastecimento, inflação e maximização do lucro do setor importador.

Um contexto de guerra econômica como esse acaba sendo um ótimo negócio, pois, está gerando grandes ganhos a um segmento minoritário da sociedade venezuelana. Na medida em que vê ampliar seus lucros, este setor ainda impõe desgaste político ao governo e

aos setores chavistas, avançando na direção de dois dos seus principais objetivos: acumular capital e debilitar o modelo social, econômico e político instaurado a partir de 1999.

Encabeçados pela burguesia comercial importadora, estes setores, particularmente os que atuam no setor alimentício, são os principais responsáveis pelas dificuldades que acometem o povo venezuelano nos últimos anos. Eles, juntamente com os seus associados sociais e políticos, internos e externos, são caudatários da história autoritária, concentradora de renda e poder que prevaleceu no país e sempre delegou a maioria da sociedade o trabalho precário e penoso, a parca renda, a escassez, a baixíssima qualidade de vida, a desesperança e a exclusão social, econômica, cultural e política.

Como visto anteriormente e registrado em vasta bibliografia, as características do modelo social implantado de longa data na Venezuela é exemplo do padrão oligárquico comum às elites de diversas nações latino-americanas. Historicamente, ignoram a vontade popular, se opõem a qualquer avanço político e social, e jamais demonstraram qualquer apreço por modelo político que se traduza em inclusão social, menos desigualdades, mais participação popular e democracia.

Pelos dados econômicos e sociais apresentados, constata-se que a Venezuela vivencia uma terrível crise que vem persistindo por um considerável período. E a imigração de cerca de milhões de venezuelanos e venezuelanas deve ser compreendida nesse quadro, pois é impulsionada por perda significativa de qualidade de vida e de baixa perspectiva de melhoria socioeconômica em curto prazo.

Não é adequado tratar a crise da Venezuela sem considerar as razões histórico-políticas que construíram esta nação: o papel das classes dominantes (notadamente antidemocráticas) associado aos interesses das grandes potências internacionais; as intervenções geopolíticas que se impõem ao país, dada especialmente pela sua localização geográfica e riquezas naturais (imensas reservas petrolíferas, gás natural e minérios); a reação ao protagonismo de seu governo progressista na articulação junto a outros países latino-americanos (em prol do fortalecimento de um regionalismo contra-hegemônico, de prioridade na integração sul-sul); e as pesadas sanções em reação à aproximação do governo com Cuba, Irã, Rússia e China.

Do mesmo modo é necessário considerar os impactos socioeconômicos que os bloqueios e embargos econômicos impostos pelos EUA e seus aliados produzem ao país e especialmente aos venezuelanos e as venezuelanas, agudizando o cenário, sobre tudo, com a intensificação da disputa entre EUA e China, onde a América Latina passa a ganhar papel

relevante no tabuleiro geopolítico, tanto do ponto de vista da luta pela hegemonia política, quanto econômica, decorrente do atual estágio de desenvolvimento capitalista, como afirma Neil Smith (1988, p. 88).

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista. Debaixo da bandeira de um colonialismo benevolente, o capitalismo destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação à sua própria lógica.

Deste modo, analisar o país, como se fosse uma espécie de “ilha” isolada da intensa disputa geopolítica mundial, ignorando as múltiplas variantes endógenas e exógenas que atuam e de conjunto modelam o cenário socioeconômico e político do país, certamente faria qualquer análise pecar pela superficialidade, distorção ideológica e incorreção.

CAPÍTULO 3

DOURADOS, UMA GEOGRAFIA ACOLHEDORA AOS VENEZUELANOS?

Como foi destacado até aqui, a crise que assolou a Venezuela na última década foi condição preponderante para que contingente expressivo de cidadãos daquele país se decidisse pela solução da emigração. Dados de dezembro de 2022, fornecidos pela ACNUR e OIM – disponíveis na Plataforma Regional de Coordenação Interagencial (R4V) –, contabilizam um montante de 7.131.435 de migrantes e refugiados, sendo que 5.986.9476 (mais de 82%) endereçaram-se a países da América Latina e Caribe (PLATAFORMA R4V, dez-2022).

A proximidade geográfica com a Venezuela e com uma fronteira de mais de 2,2 mil quilômetros de extensão com aquele país fizeram da Colômbia o principal destino migratório aos venezuelanos. (Sem mencionar a expressiva presença de colombianos no país bolivariano, decorrência, em parte, dos conflitos armados que por décadas assolaram e perturbaram a sociedade colombiana.) Destaca-se também, que a Colômbia tem recebido milhões de dólares em aporte, da denominada comunidade internacional, liderada pelo EUA para acolhimento dos imigrantes venezuelanos. Em conjunto, justifica ter a Colômbia sido o principal destino de venezuelanos retirantes de seu território natal, atingindo mais de 2.477.588 milhões de imigrantes. Em seguida vem o Peru, com 1.490.673 milhão de imigrantes; o Equador, com 502,214 mil; o Chile, com 444,423 mil e, por fim, o Brasil, quinto destino preferido por 388.120 mil imigrantes (PLATAFORMA R4V, dez-2022).

Segundo o *Instituto de investigaciones Económicas y Sociales (IIES)* (com dados oficiais de 2019-20), o principal motivo que tem levado o imigrante venezuelano a deixar o

país tem sido a busca por emprego e renda, apresentando como apoio nos números expressos na tabela a seguir.

Tabela 1. Das razões determinantes para a emigração venezuelana

Discriminação	Percentual
Razões políticas	1,3 %
Violência e insegurança	0,4 %
Motivos de saúde	0,5 %
Casamento ou união civil	0,8 %
Reagrupamento familiar	5,8 %
Estudos	1,1 %
Mudança de lugar de trabalho	1,7 %
Em busca de trabalho	82,8 %
Outros	5,7 %

FONTE: Venezuela. *Encuesta Nacional de Condiciones de Vida* (ENCOVI 2019/20).

Dos mais de 388 mil venezuelanos em território brasileiro, 338.365 mil ingressaram com autorização de residência temporária ou por tempo indeterminado e 49.755 na condição de refugiados. Por fim, existem ainda 95.503 venezuelanos aguardando resposta para a solicitação de refúgio (PLATAFORMA R4V, dez-2022).

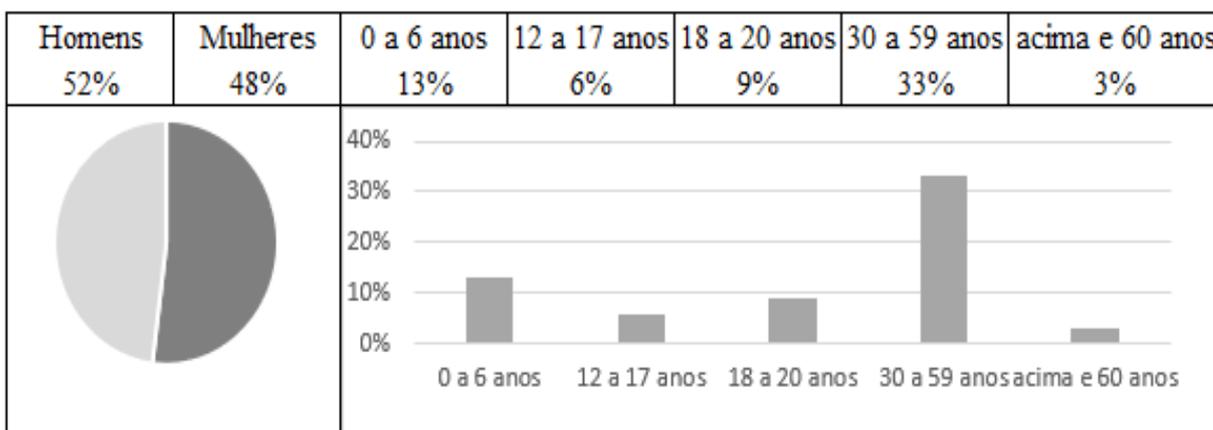
Para o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, instituição que registra todas as entradas em território brasileiro (mesma aquelas transitórias), por meio do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), houve um número bem mais elevado de ingresso de venezuelanos no período compreendido entre janeiro de 2017 a novembro de 2022, que atingiria um total de 822.854. De tal contingente, já deixaram o território brasileiro 416.297 mil venezuelanos, contando os regressantes à Venezuela e aqueles que seguiram para outros países; enquanto que 406.557 (49%) permanecem em nosso país.

Os principais postos de entrada pela via terrestre no Brasil estão na região Norte, especialmente no estado de Roraima, fronteira com a Venezuela. Já pela via aérea, as conexões principais são pela cidade de Manaus, capital amazonense, ou para a cidade de São Paulo. No que diz respeito aos principais locais de saídas de tais imigrantes do território brasileiro, 33% ou se retiram por via aérea pelo aeroporto de Guarulhos, São Paulo (capital),

ou por viagem terrestre pela cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. Entre os que saem pela via terrestre a partir do município de Pacaraima (estado de Roraima), 18% são os que retornam ao seu país de origem, a Venezuela (SISMIGRA, 2022).

Sobre o perfil populacional pelo recorte de gênero do contingente migratório venezuelano, 52% são homens e 48% mulheres; e o percentual etário correspondente ao seguinte: de zero aos seis anos = 13%; dos sete aos onze anos = 6%; dos doze (12) aos dezessete (17) anos = 9%; dos dezoito (18) aos vinte (20) e nove anos = 33%; dos trinta (30) aos cinquenta e nove (59) anos = 36%; e acima dos sessenta (60) anos = 3%. Os números revelam que no fluxo de ingressantes existe um número significativo de crianças (19%) e uma maioria considerável situada na faixa etária entre 18 a 59 anos, correspondente a 69% de imigrantes em plena capacidade produtiva (SISMIGRA, 2022).

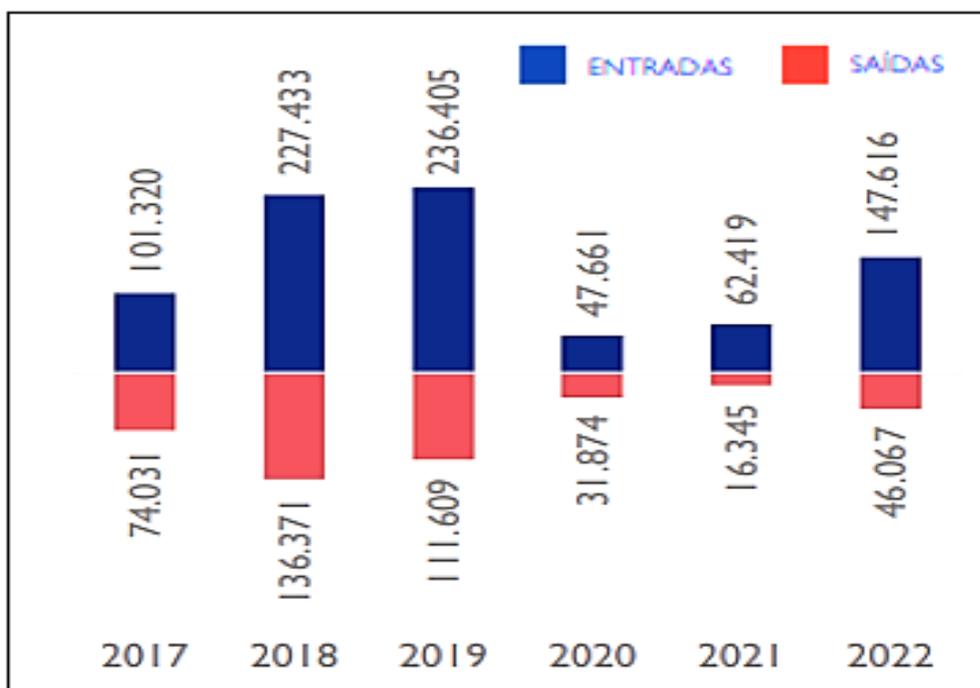
Gráfico 6. Imigrantes venezuelanos por gênero e faixa etária



Fonte: SISMIGRA, 2022

O relatório Sismigra ainda aponta que o fluxo de imigrantes venezuelanos deslocados entre 2017 a novembro de 2022 encontra seu ápice de movimentação no ano de 2019, quando atingiu um total de 236.410 ingressantes. E se agregar os anos de 2017, 2018 e 2019, o montante atinge 565.067 imigrantes venezuelanos, correspondendo a 69% de todo o fluxo migratório que ingressou em território brasileiro naquele triênio (SISMIGRA, 2022).

Gráfico 7. Controle migratório - migração venezuelana



Fonte: SISMIGRA, Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes Migração Venezuelana, jan. 2017 – nov. 2022. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Informe_MigracaoVenezuelana_Jan2017-Nov2022.pdf

Nos anos seguintes ocorreu um declínio considerável do ingresso de venezuelanos no Brasil, recuando para 47.682 mil imigrantes no ano de 2020 e 62.424 mil em 2021, números que, embora ainda elevados, estão bem abaixo daqueles registrados no triênio 2017-2019. Para o ano de 2022, os dados circunscritos aos meses de janeiro a novembro registram o ingresso de 147.616 e uma saída de 46.067, totalizando um saldo de 101.549 venezuelanos em território do país, o que demonstra uma nova elevação do fluxo migratório (SISMIGRA, 2022).

Gráfico 8. Imigrantes venezuelanos no Brasil: últimos períodos

Trênio 2017 a 2019		Participação 2019 em relação ao triênio	
2017, 2018, 2019		2019	
565.067		236.410	

Presença venezuelana nos últimos anos			
2019	2021	2022 (jan-nov)	Total
236.410	62.424	101.549	400.383

Fonte: SISMIGRA, 2022.

Chama atenção os números relacionados com o total de ingressantes, 822.854; de saídas, 416.297; resultando em 406.557 imigrantes venezuelanos permanentes em território brasileiro. Forma um contingente equivalente ao total de cadastro de pessoas físicas (CPF) emitidos pela Receita Federal aos imigrantes no mesmo período, igual a 459.813. Sugere que parte não desprezível de imigrantes ingressara em território brasileiro com intenção transitória, para consumir ou comercializar produtos (casos mais significativos em área de fronteira), ou ainda visando seguir para outros países quando tiver oportunidade, é o que apontam os números oficiais (SISMIGRA, 2022). Heloisa Mendonça é assertiva a esse respeito: “alguns vieram apenas para buscar mantimentos e remédios, mas boa parte chegou para tentar uma nova vida no Brasil ou ao menos usar o país como rota de passagem para outros destinos” (MENDONÇA, ago-2018).

Ainda sobre o fluxo de imigrantes, constata-se que após o ano de 2019, especificamente os anos de 2020 e 2021, decaiu-se sensivelmente o ingresso dos imigrantes venezuelanos no Brasil, embora no ano de 2022 tenha ocorrido uma reversão da tendência de queda, com a retomada da elevação da imigração. De fato, em 2022 registrou-se ampliação no número de entrada de imigrantes (embora ainda inferior aos anos de 2018 e 2019), acrescentando como fato novo o percentual dos imigrantes que permaneceram em território brasileiro (69%), sendo o maior saldo migratório da série.

É um contingente que nos chama atenção se considerarmos que a crise econômica na venezuelana esteve menos aguda em 2022 que nos anos anteriores. Todavia, em relação à queda do fluxo de imigrantes nos anos de 2020 e 2021, possivelmente está relacionada ao recrudescimento das barreiras fronteiriças e da mobilidade migratória, devido à intensificação da pandemia da Covid-19, que esteve mais intensa nestes dois anos.

No que diz respeito especificamente ao ano de 2002, a explicação plausível talvez esteja no fato do governo federal ter diminuído, nos meses iniciais deste ano, as restrições para o ingresso de imigrantes ao território brasileiro, como também, por haver leva anterior de imigrantes venezuelanos estabelecidos em território do brasileiro, já com uma relativa acomodação quanto a emprego e residência, fator que tenha permitido motivar e acolher seus familiares, parentes e amigos a também emigrarem.

3.1 Pacaraima: principal ponto de acesso de imigrantes venezuelanos e o surgimento da Operação Acolhida.

Pacaraima, município localizado no norte do estado de Roraima, fronteira com a Venezuela, tem recebido relevante fluxo de imigrantes, de modo a se transformar na principal via de entrada de venezuelanos em território brasileiro. Tão significativo que tem levando às autoridades locais a alarmarem que o fluxo de imigrantes é muito desproporcional à capacidade de absorção dos serviços públicos, de empregabilidade e de renda disponíveis naquela localidade.

Nessas condições, a concentração em Pacaraima, mesmo que momentânea, tem produzido episódios de tensões, conflitos e crises, amplamente divulgadas pela imprensa regional, resultando em reticências, preconceitos e progressivo sentimento xenófobo por parte dos brasileiros ali residentes. Momento talvez mais crítico se deu em agosto de 2018, quando o acampamento dos imigrantes foi atacado por moradores locais e o governo do estado passou a solicitar medidas ao governo federal, entre elas o fechamento da fronteira com o país vizinho, com objetivo de impedir acesso dos imigrantes ao território brasileiro (MENDONÇA, ago-2018).

Diante de tal contingência, de tensão relacionada à presença de imigrantes nos últimos anos da década de dez, o Governo Federal criou em março de 2018 a *Operação acolhida*, por meio do Decreto nº 9.285/2018, reconhecendo a situação de vulnerabilidade do estado de Roraima frente ao grande fluxo migratório venezuelano, decorrente da crise humanitária no país de origem (Cf. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto, Nº 9.285/2018).

Faz se necessário dar relevância ao fato de que apesar dela no organograma organizativo ser encabeçada pela Casa Civil e integrada por diversos ministérios, a sua operacionalidade se dá sob gestão militar em trabalho conjunto e cooperativo com as agências da ONU e segmentos diversificados da sociedade civil.

Este Decreto (9.285/2018) reconhecendo a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório para o estado de Roraima, organizava a *Operação Acolhida* em três pilares. O primeiro pilar visava dar ordenamento na fronteira, dedicando-se à estruturação fronteiriça para garantir o recebimento e a identificação dos imigrantes que acessaram o território brasileiro pelo estado de Roraima. Objetivamente, neste primeiro contato os imigrantes recebem assistência médica, fiscalização sanitária, imunização e, se necessário, isolamentos em casos de suspeita ou confirmação de contaminação, para em seguida cuidar do processo de regularização documental do imigrante, encaminhando para triagem de ingresso no alojamento (CAVALCANTI, 2021, p. 64).

O segundo pilar dessa Operação objetivava garantir alimentação, proteção, segurança e saúde; enquanto atividades sociais e educativas aos imigrantes aguardariam a sua inclusão no terceiro pilar da Operação, que é a fase de interiorização e inserção no mercado de trabalho.

O processo de interiorização trata da estratégia de estimular uma nova espacialização dos imigrantes venezuelanos, até então bastantes concentrados na região Norte do território brasileiro, especialmente em Pacaraima e em Boa Vista, capital do estado de Roraima. No entanto, este programa, que conta com apoio da agência da ONU para refugiados (ACNUR), a organização internacional para as migrações (OIM), além de outras agências das nações unidas e entidades da sociedade civil, em tese objetivava “[...] oferecer maiores oportunidades de inclusão socioeconômica aos venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima” (PLATAFORMA Rv4, 2022).

A *Operação acolhida* foi organizada e estruturada em quatro modalidades: 1) a Institucional (abrigo-abrigo); 2) a Reunificação Familiar; 3) a Reunião Social e; 4) a Vaga de Emprego Sinalizada.

De acordo com o texto publicado no portal da Casa Civil do Governo Federal, a modalidade *Institucional* (abrigo-abrigo) encaminha os imigrantes dos abrigos em Roraima para centros de acolhida e integração nas cidades de destino, podendo permanecer, em geral, por até três meses nesses abrigos, recebendo apoios com ações e atividades para promover sua inclusão socioeconômica. É por esta razão que recebe o nome abrigo-abrigo.

A segunda modalidade, a *Reunificação Familiar*, diz respeito ao deslocamento do imigrante, intermediando o reencontro com os seus familiares que já se encontrem residindo regularmente em determinado município e que estejam dispostos e em condições de oferecer apoio e moradia.

A terceira modalidade, a *Reunião Social*, promove o deslocamento de imigrantes para unir-se a indivíduos com quem tenham vínculos de amizade ou afetividade, ou mesmo à familiares, mas que o vínculo não possa ser comprovado por meio de documentação. Para tanto, a pessoa receptora deverá demonstrar condições suficientes para sustentar o acolhido.

Já a quarta e última modalidade, abordando a *Vaga de Emprego Sinalizada*, corresponde ao deslocamento do imigrante com vaga de emprego previamente encaminhada, que ao fim e ao cabo, corresponde a uma oportunidade laboral em outras regiões do país.

Segundo dados do Ministério da Cidadania, dentro deste escopo, a Operação Acolhida interiorizou 91.592 venezuelanos distribuídos em 844 municípios brasileiros entre abril de

2018 a dezembro de 2022. A estratégia permitiu a realocação de refugiados e imigrantes que estavam em Roraima para outros estados do Brasil. Conforme o Ministério da Cidadania, “a intenção é oferecer assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima, organizando a chegada deles, buscando inserção social e econômica e apoiando na procura por emprego e moradia, principalmente nos municípios de Boa Vista e Pacaraima” (MDS, 2022).

Deste montante de 91.592 imigrantes interiorizados (abril-2018 a dezembro-2022), os três estados que mais receberam venezuelanos foram: Santa Catarina, com 18.200 imigrantes; o estado do Paraná, em seguida, com 16.800; e em terceiro o estado do Rio Grande do Sul, com 14.022 imigrantes. O quarto ente federado que mais recebeu imigrantes é o estado de São Paulo, da região Sudeste, com 11.657; seguido pelo estado de Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste, com 5.375 imigrantes interiorizados. Veja abaixo, a tabela completa com os números de todos os estados que receberam imigrantes venezuelanos.

Tabela 2. Imigrantes venezuelanos: destino por estados brasileiros

Estado	Total de imigrantes	Estado	Total de imigrantes
1. Santa Catarina	18.200	14. Rondônia	865
2. Paraná	16.306	15. Bahia	860
3. Rio Grande do Sul	14.022	16. Ceará	492
4. São Paulo	11.657	17. Espírito Santo	329
5. Mato Grosso do Sul	5.375	18. Rio Grande do Norte	292
6. Amazonas	5.352	19. Pará	175
7. Minas Gerais	5.350	20. Acre	69
8. Mato Grosso	3.356	21. Sergipe	67
9. Rio de Janeiro	2.476	22. Maranhão	54
10. Goiás	2.317	23. Tocantins	42
11. Distrito Federal	2.280	24. Alagoas	18
12. Paraíba	1.067	25. Piauí	18
13. Pernambuco	907	26. Amapá	6

Fonte: PLATAFORMA R4V, site do MDS, dez-2022.

Quando os números do programa de interiorização são atinentes à escala local, mais especificamente aos municípios, podemos verificar que os que mais receberam imigrantes não se restringem ao eixo sul-sudeste, como é o caso do município de Dourados, município do estado do Mato Grosso do Sul, que aparece em quarto lugar em números absolutos. Em termos relativos, considerada a densidade demográfica, no entanto, Dourados foi até agora o município que mais recebeu os imigrantes venezuelanos, numa relação de 1,57% para com a população domiciliada, como está demonstrado a seguir.

Tabela 3. Imigrantes venezuelanos: principais municípios destinatários

Municípios	Venezuelanos interiorizados (Fonte: Plataforma R4V- 10/2022)	População absoluta (Fonte: IBGE-2021 – dados estimados)	Percentual de imigrantes venezuelanos em relação à população local
1. Curitiba (PR)	5.992	1.963.726 habitantes	0,30 %
2. Manaus (AM)	5.304	2.255.903 habitantes	0,23 %
3. São Paulo (SP)	4.638	12.396.372 habitantes	0,03 %
4. Dourados (MS)	3.591	227.990 habitantes	1,57 %

Fonte: Interiorização - PLATAFORMA R4V – dez-2022. Fonte populacional por cidades: IBGE – 2021 - (dados estimados).

A tabela demonstra que os três municípios que mais receberam imigrantes venezuelanos possuem uma população muito superior, enquanto os números de venezuelanos interiorizados estão relativamente próximos. Tais dados são indicadores da relevância da presença imigratória dos venezuelanos no município de Dourados, bem como da necessidade de se analisar possíveis consequências de tal presença, do processo de acolhimento e da integração na sociedade; das condições e qualidade de vida no território douradense.

3.2 A presença de venezuelanos no município de Dourados

Embora haja identificação de venezuelanos no município de Dourados em anos anteriores, é justamente a partir do ano de 2019 que se registra aumento exponencial, impulsionado pelas ações da Operação Acolhida/interiorização. Segundo o pesquisador João Lucas Zanoni da Silva, o processo de interiorização dos imigrantes venezuelanos no município, considerando o período entre três de fevereiro de 2019 e cinco de julho de 2019, ocorreu em sua maioria na modalidade de oferta de trabalho sinalizada, organizada em cinco etapas. Todo o processo contou com o apoio de organizações religiosas, universidades e outras entidades da sociedade civil organizada, contando ainda com doações individuais da população douradense.

De acordo com Silva (2020, p. 142), o processo de acolhida avançou mesmo com a inexistência de um acordo formal de cooperação firmado entre os governos do estado de Mato Grosso do Sul e o municipal para com a União, um acordo institucional para recepção dos imigrantes a serem interiorizados. Em decorrência, ficaram comprometidas algumas ações de acolhimento, pois situações e responsabilidades dos órgãos públicos estaduais e municipais, ao não serem efetuados, sobrecarregaram entidades não governamentais, exigindo delas um

esforço além do entrevisto. Afirma que o “Projeto Acolhida”, que tem o objetivo de auxiliar no melhor acolhimento local do fluxo de venezuelanos a ser interiorizado, inicialmente ficou a cargo de entidades, como por exemplo, a Cáritas Diocesana de Dourados (organização da Igreja Católica), a Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons) e da Igreja Metodista (SILVA, 2020, p. 144).

Figura 4. Rotas da interiorização venezuelana para Dourados



Fonte: SILVA, João Lucas Zanoni da, 2020, p. 160

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2022), de novembro de 2018 a dezembro de 2022 foi interiorizado em Dourados 3.591 imigrantes venezuelanos, representando 67% de todos os imigrantes interiorizados no estado do Mato Grosso do Sul

(5.375), bem à frente do município de Campo Grande (segunda destinatária, a capital do estado registrou 894 imigrantes interiorizados). Outras interiorizações, observe-se a tabela a seguir:

Tabela 4. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Mato Grosso do Sul, por municípios

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MS) – Total: 5.375 (dezembro de 2022)			
Município	Imigrantes interiorizados	Município	Total de imigrantes interiorizados
Dourados	3.591	Terenos	15
Campo Grande (capital)	894	Antônio João	7
Sidrolândia	294	Aparecida do Taboado	7
Cassilândia	150	Sidrolândia	6
Ponta Porã	106	Município não identificado	6
Rochedo	87	Eldorado	5
Nova Andradina	76	Fátima do Sul	5
Ribas do Rio Pardo	40	Camapuã	4
Glória de Dourados	24	Nioaque	4
Maracaju	17	Bandeirantes	3
Três Lagoas	17	Caarapó	2
Naviraí	14	Corumbá	1

Fonte: MDS, dez-2022 – PLATAFORMA R4V - Painel de interiorização de imigrantes venezuelanos.

A respeito dos números de imigrantes que chegaram a Dourados a cada ano, os dados disponibilizados pelo MDS nos permite aferir os cinco anos de imigração de venezuelanos para o município de Dourados e verificar que a interiorização naquele município se deu mais intensamente em 2019, com uma redução de fluxo nos anos seguintes, embora os números ainda sejam consideráveis, como se pode verificar abaixo.

Tabela 5. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados por ano

ANO	QUANTIDADE
2018 (Dados relativos apenas os meses de novembro e dezembro)	9 imigrantes
2019	1.626 imigrantes
2020	706 imigrantes
2021	582 imigrantes
2022	668 imigrantes

Fonte: MDS, dez-2022 – Painel de interiorização de imigrantes venezuelanos.

Tais dados evidenciam a importância da estratégia de interiorização na ampliação da presença dos imigrantes venezuelanos em Dourados, pois o exercício de 2019 (que é quando se iniciou propriamente o processo de interiorização dos imigrantes) é responsável por 46%

do período; quase a metade de todos os venezuelanos presentes em Dourados oficialmente. As primeiras etapas da estratégia de interiorização para Dourados foram, em larga escala, realizadas pela via modalidade “vaga de emprego sinalizada”, garantida especialmente nas indústrias do ramo alimentício.

Este período inicial que se deu sob a égide da estratégia da interiorização articulada à garantia laboral, foi, por conseguinte, determinante para a forte ampliação do número de imigrantes venezuelanos no município. Mesmo aqueles e aquelas que chegaram a Dourados sem a garantia efetiva de emprego, talvez viessem motivados por recomendações de parentes e conhecidos anteriormente já estabelecidos neste município, estes relacionados na modalidade *vaga de emprego sinalizada*.

Quando observamos o conjunto dos imigrantes interiorizados no município no período compreendido entre o ano de 2018 (quando se inicia a estratégia de interiorização) e dezembro de 2022, constatamos que a modalidade *vaga de emprego sinalizada*, representa apenas 14% de todos os imigrantes venezuelanos que tiveram Dourados como destino. Os demais imigrantes foram interiorizados majoritariamente pela modalidade *reunião social* e as demais modalidades. Assim se pode verificar pela tabela a seguir:

Tabela 6. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados por modalidades

MODALIDADE DE INTERIORIZAÇÃO	PERCENTUAL
Reunião social	51%
Reunificação familiar	24%
Vaga de emprego sinalizada	14%
Institucional	7%
Sem informação	4%

Fonte: Site do MDS, dez-2022

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

Os números revelam a ampla maioria de imigrantes interiorizados sem garantia inicial de empregabilidade. É registro digno de preocupação, pois, mesmo que alguns imigrantes se lancem à aventura migratória por motivações que ultrapassem a questão laboral, o trabalho é basilar para a vivência em um novo território, secundada a nova identidade em formação. Segundo Cavalcanti:

É no mercado de trabalho que é possível compreender a posição social que ocupam os imigrantes e que ocuparão os seus descendentes. No entanto, reduzir os movimentos migratórios exclusivamente a questões laborais

implica reconhecer uma limitação analítica: as pessoas também migram por outros motivos (reuniões familiares, refúgio, asilo, entre outros fatores) que também são determinantes na mobilidade humana. Todavia, é preciso ressaltar que uma vez no país de acolhida o lugar social dos imigrantes estará marcado pela posição que ocupam no mercado do trabalho (CAVALCANTI, 2014, p.13, destaques nossos).

Quando analisamos os números da base de dados global da ACNUR, denominada de ProGres V4, disponível também no site do MDS (MDS, 2022), verificamos que do total de venezuelanos cadastrados nesta plataforma, 57% dos adultos interiorizados em Dourados possuem ensino médio completo. Tal índice é superior ao do Brasil, pois, segundo o IBGE apenas 48,8% dos brasileiros completaram sua formação básica escolar. Já a respeito dos imigrantes venezuelanos com ensino superior completo, técnico ou graduação, o percentual atinge 9,73% dos imigrantes interiorizados em Dourados; neste caso, a taxa é inferior à dos brasileiros, que atinge 17,4% (IBGE, 2019).

Já na plataforma denominada de Migracidades de Responsabilidade da Organização Internacional para as Migrações (OIM), em parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), encontra-se um relatório sobre o município de Dourados com dados e informações que contribuem para revelar as condições locais em relação à política migratória. Segundo aquelas instituições, tal relatório tem por objetivo “aprimorar a governança migratória local no Brasil” (MIGRACIDADES, 2021).

Em que pese não ser objetivo desta dissertação fazer análise do documento em si, alguns dos dados e informações contidos no relatório podem contribuir para avançar um pouco mais na compreensão do complexo processo de migração recente no município de Dourados, especificadamente quanto aos venezuelanos em relação a condições de vida, e à estrutura da gestão local de acolhimento. Sem dúvida, interessam as respostas produzidas localmente em relação à política migratória de acolhimento e integração.

O relatório foi construído por meio de dez dimensões políticas-programáticas, distribuídas em dois eixos centrais, sendo o primeiro dedicado a analisar o desenho institucional das políticas locais. Análise ensejando fazer levantamento de como o município estruturou a gestão e a preparou-a institucionalmente para dar conta das tarefas de acolhimento e integração do imigrante. Um segundo eixo diz respeito à garantia de acesso aos direitos básicos e imprescindíveis ao bem-estar dos imigrantes, como à saúde, à educação, ao direito ao trabalho e renda, dentre outros, conforme apresentados na tabela a seguir.

Tabela 7. Imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados: governança e direitos

DIMENSÕES DE GOVERNANÇA	GARANTIA DE ACESSO AOS DIREITOS
1. Estrutura Institucional de governança e estratégia local	1. Acesso à saúde
2. Capacitação de servidores públicos	2. Acesso e integração à educação
3. Participação social e cultural de migrantes	3. Acesso à assistência e proteção
4. Transparência e acesso à informação para migrantes	4. Acesso ao mercado de trabalho
5. Parcerias institucionais	5. Acesso acolhimento e serviço de proteção: gênero, LGBTIQ + e igualdade racial

Fonte: Plataforma MIGRACIDADES – Relatório de diagnóstico/2021.

Os registros contidos na plataforma Migracidades apontam que o número de imigrantes interiorizados em Dourados, no período compreendido entre os meses de abril de 2018 a agosto de 2021, é de 3.716. Destes, 2.813 são de nacionalidade venezuelana, representando 49% de todo o fluxo migratório no município. Percentuais de indivíduos imigrados contendo os de outras nacionalidades compõem o quadro abaixo.

Tabela 8. Imigrantes interiorizados em Dourados: por países e origem

PAÍS	PERCENTUAL
Venezuela	49%
Paraguai	17%
Haiti	16%
Colômbia	2%
Alemanha	1%

Fonte: Plataforma MIGRACIDADES – Relatório de diagnóstico/2021.

Para elaboração deste relatório, a prefeitura municipal de Dourados teve de aderir à Plataforma Migracidades, seguindo orientações quanto às condições programáticas e metodológicas propostas pelas organizações responsáveis. Por meio de um questionário, realizou-se um diagnóstico da gestão municipal e depois definiu-se as prioridades, conforme entendimento dos representantes da prefeitura, elementos indispensáveis para alcançar as condições necessárias para melhoria do atendimento das demandas relacionadas aos imigrantes.

Entre as prioridades elencadas, o governo local definiu três como primordiais: a primeira seria o aprimoramento da estrutura institucional de governança e estratégia local; a segunda, a criação de uma Coordenadoria de Políticas Públicas para Migração; e a terceira, o

desenvolvimento de uma política de fomento e capacitação de servidores públicos, sensibilizando-os quanto aos direitos das pessoas migrantes (Relatório MIGRACIDADES, 2021).

De modo aditivo, a Prefeitura Municipal apresentou medidas compreendidas como indispensáveis ao alcance das três prioridades apontadas. Para a primeira prioridade, o governo propôs a inclusão de políticas públicas voltadas ao atendimento da população migrante, políticas públicas estas garantidas em peças orçamentárias como no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 a 2024.

Para a prioridade dois, que trata da criação de uma Coordenadoria, a Prefeitura indicou no relatório a sua institucionalização junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), que passaria a ter um setor específico para tratar das políticas públicas voltadas às pessoas migrantes. Esta prioridade, em certa medida, é um reconhecimento por parte da gestão municipal de que, apesar da relevância que o tema migração passou a ter em Dourados, especialmente com a numerosa presença dos venezuelanos, a estrutura institucional do município carecia de um setor responsável exclusivamente para refletir, elaborar e inserir na agenda do governo municipal as políticas relacionadas ao problema migratório.

Já quanto à terceira prioridade, aquela que trata de política de fomento e capacitação de servidores públicos, com objetivo de sensibilizá-los sobre os direitos das pessoas migrantes, a Prefeitura apresentou como medida a capacitação das secretarias Assistência Social, Saúde, Educação, Desenvolvimento e Habitação. Segundo alguns representantes, esta medida produziria maior rapidez no processo de capacitação ao focar justamente nas áreas da gestão que atuam mais diretamente com as pessoas migrantes. Para promover melhor interação entre servidores e imigrantes, alguns servidores realizaram cursos de línguas estrangeiras (espanhol e francês), e as Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ofertaram cursos de língua portuguesa aos imigrantes (Relatório MIGRACIDADES, 2021).

Diante das respostas elaboradas pela gestão local, a Plataforma Migracidades apresentou recomendações a serem implementadas pela Prefeitura Municipal. Dentre estas, a elaboração de uma estratégia programática com objetivo de melhor acolher, proteger e integrar o imigrante. Para tanto, sugeriu uma política migratória que perpassasse de forma transversal por diferentes áreas da gestão municipal; recomendou o envolvimento de outras instituições, órgãos e entidades locais, regionais e nacionais, com efetiva participação social. Tal estratégia, para além de ser garantida nos planos orçamentários locais, sugere que esteja

alinhada às diretrizes presentes na Lei Nacional de Migração (Lei 13.445/2017) e nas agendas globais de desenvolvimento, entre elas a Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Relatório MIGRACIDADES, 2021).

A respeito das políticas de capacitação dos servidores, a plataforma recomendou construir parcerias envolvendo, entre outras instituições, as universidades e organizações da sociedade civil. Chamou atenção para a necessidade de ampliar o leque de formação, contemplando temas como a diversidade cultural, gênero, direitos humanos, combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia.

No campo da garantia de acesso aos direitos dos imigrantes, a Plataforma sugeriu que a gestão municipal aprofundasse o processo de transparência das ações e diversificasse o idioma nos materiais informativos, como meio de facilitar a compreensão por parte do imigrante. Recomendou produzir banco de dados com informações das demandas dos imigrantes; construir setores de referência para o imigrante em todas as secretarias, possibilitando acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS), educação para crianças e adultos. Indicou ainda desburocratizar o acesso do imigrante a rede de Assistência Social, especialmente à Segurança Alimentar, os direitos das crianças e adolescentes, entre outros.

No que tange ao acesso ao mercado de trabalho, a plataforma Migracidades recomendou desenvolver formações profissionais de capacitação e simplificação do processo administrativo para o imigrante que pretendesse trabalhar por conta própria, instalando uma microempresa. De maneira idêntica, sugeriu contribuir com o fortalecimento de mecanismos que valorizem as diferenças culturais e suas experiências técnicas e profissionais. Mecanismos que possibilitem monitorar quaisquer formas de discriminação por diferenças de raça/etnia, gênero e orientação sexual; que identifiquem e coíbam toda forma de trabalho que desrespeite os direitos trabalhistas, que enfrentem condições de trabalho degradantes, análogas à escravidão ou que promovam tráfico de pessoas (Relatório MIGRACIDADES, 2021).

Por fim, a plataforma Migracidades abordou a dimensão que trata sobre o acesso aos direitos às pessoas imigrantes que integram os grupos considerados minoritários, especialmente as mulheres e de grupo LGBTIQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexo, assexual e outras orientações sexuais). Mesmo tendo a administração municipal afirmado no relatório que os migrantes destes segmentos (por meio da Rede de Coordenadorias – Redecoor) têm acesso a delegacias especializadas, a casas de acolhimento e a outros canais de proteção; da existência de orientações, fluxos ou protocolos estabelecidos nos serviços de proteção para o acolhimento a mulheres e LGBTQIA+ migrantes que sofrem

violências; a Plataforma recomendou que fossem envidados todos os esforços para desburocratizar e facilitar o acesso destes segmentos vulnerabilizados aos serviços de proteção. Sugeriu, complementarmente, realizar campanhas frequentes de combate a toda discriminação e violência com motivações de gênero e/ou orientações sexuais (Relatório MIGRACIDADES, 2021).

Este relatório, com dados, informações e propostas, construído com apoio das organizações que coordenam a Plataforma Migracidades é, certamente, um positivo instrumento capaz de contribuir para preparar melhor a gestão local, do ponto de vista da sua estrutura institucional e da formulação de políticas públicas capazes de corresponder à demanda concreta decorrente grande fluxo migratório no município. Afinal de contas, é localmente que as demandas se materializam, exigindo dos poderes públicos municipais respostas imediatas. No caso do município de Dourados, pela dimensão que a imigração tomou, qualquer estratégia de políticas públicas necessariamente terá que considerar este novo cenário.

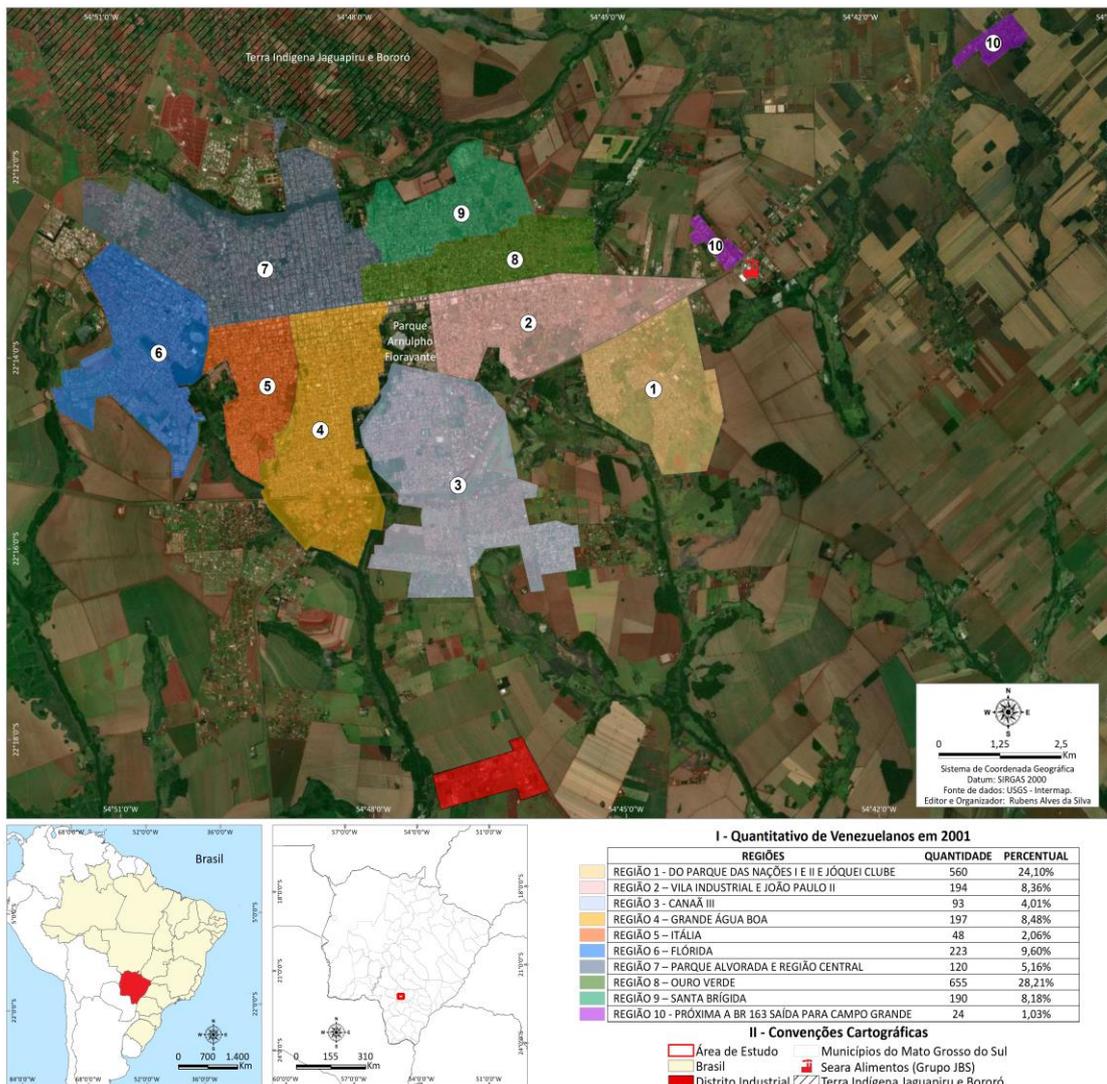
3.3 Mapeamento da presença de venezuelanos na cidade de Dourados

Para melhor compreender o processo de integração dos imigrantes venezuelanos em Dourados quanto ao quesito qualidade de vida, adquirimos junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Assessoria (SEMAS) um documento que informa o número de venezuelanos cadastrados pela Central de Cadastro Único (CadÚnico) em Dourados. Pelo CadÚnico, são 2.323 os cadastrados (Cf. SEMAS, CECAD, Dourados-MS, dez-2021), número inferior aos 3.539 registrados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2022), indício de que oficialmente a administração municipal não possui subsídios com maior grau de detalhamento sobre mais de 1.200 imigrantes venezuelanos identificados pelo governo federal.

Informações disponibilizadas, restritas à localização dos imigrantes por bairros, possivelmente façam parte de um conjunto de dados que proporcionam à gestão local acompanhar, monitorar e conferir o perfil dos imigrantes no município; suas condições sociais e econômicas; suas carências prioritárias e seus potenciais, qualificando assim a intervenção das políticas públicas de caráter migratório. Em especial, a base de dados restritos à localização residencial por bairros constitui fonte que privilegiaremos, pois fixaremos atenção na distribuição espacial dos imigrantes em Dourados, refletindo sobre possíveis razões que

levaram o imigrante a “escolher” residir em determinado bairro e/ou região. Observemos o mapa a seguir.

Figura 5. Imigrantes venezuelanos: localização espacial de residências



Segundo dados oficiais, o município de Dourados tem uma área de 4.096,90 km², sendo a área urbana distribuída em 205,990 km², com 171 bairros alocados em nove regiões¹⁶, onde residem 227.990 munícipes (conforme estimativa do IBGE de 2021). A presença dos imigrantes em mais de 150 bairros de Dourados chama atenção e requer análise quanto à distribuição espacial deste contingente. Para este estudo, tomamos a distribuição proposta pelo Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Dourados (em 2001), que organizou

¹⁶ Regiões: Parque das Nações II, Vila Industrial, Canaã III, Água Boa, Itália, Flórida, Parque Alvorada/Centro, Ouro Verde e Santa Brígida, Cf https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/132Geral_Bairros_divididos_por_regiao.pdf.

o espaço urbano desta cidade em onze regiões administrativas, sendo nove urbanas e dois distritos. Em virtude do crescimento populacional e da significativa expansão da malha urbana no período compreendido entre os anos de 2001 a 2022, duas décadas, foi necessário realizar alguns ajustes na regionalização.

De pronto, é possível constatar os imigrantes em tela estão bastante espalhados no território urbano do município, com casos pontuais em alguma localidade rural. A distribuição não é proporcional, concentrando consideravelmente a presença venezuelana em algumas regiões administrativas. É o caso da região Ouro Verde, por exemplo, região formada por quatorze bairros. Quanto à densidade, os destaques de presença dos imigrantes vão para os bairros Jardim Guanabara, na Vila São Francisco, no Jardim Santa Maria, no Jardim Maracanã e no próprio Jardim Ouro Verde. Somados, estes totalizam 28,21% de todos os imigrantes inseridos neste município.

Em seguida, há presença significativa nas regiões Parque das Nações I e II e Jockey Clube. Os onze bairros reunidos concentram a presença deles, especialmente nos bairros Parques das Nações I e II, no próprio Jockey Clube, na Vila São Brás, em Santa Felicidade e outros próximos, computando 24,19% dos imigrantes venezuelanos em Dourados. A terceira região com maior presença dos imigrantes é a região administrativa do Flórida, embora, com percentual abaixo das duas regiões anteriores, totalizando 9,6% dos imigrantes. Agregando onze bairros, se destacam nesta região os Flóridas I e II, os bairros Jardim Novo Horizonte e os Parques do Lago I e II.

Em relação à distribuição espacial dos imigrantes venezuelanos no território de Dourados, constatamos inicialmente a tendência de fixação das residências em bairros mais populares da cidade, por outro lado, há incipiente presença na região central da cidade e até inexistência em bairros com perfil típico de classe média, onde a renda e o custo de vida são mais elevados (destaque para despesas com aluguel). É caso do Jardim Europa, Vila Progresso, Portal de Dourados, por exemplo.

A esse respeito, a senhora Fátima Matos, coordenadora da instituição *Vida e Missão*, afirmou em entrevista ser a moradia um dos principais problemas enfrentados pelos imigrantes venezuelanos. Segundo ela,

[...] o aluguel em Dourados é muito caro, muito alto para a renda deles, obrigando-os muitas vezes morarem com duas ou três famílias numa mesma casa. É comum quinze pessoas ou mais residindo em um espaço pequeno, como meio de dar conta de custear o alto valor do aluguel (ENTREVISTA: Fátima Matos, fev-2022).

De fato, é bastante comum que indivíduos de baixa renda venham se instalar em regiões e bairros populares, mais distantes de áreas centrais ou valorizadas das cidades, pois é onde reúnem condições para levar a vida. Em geral, em condições de habitação precárias. Aliás, é próprio dos processos de produção urbana sob a égide capitalista, particularmente em sua forma neoliberal, de hegemonia financeira e especulativa: “a cidade mercadoria”. Em grande medida o fenômeno é decorrência de políticas urbanas hegemônicas pelo grande capital imobiliário, onde o valor de troca sobrepõe o valor de uso (RODRIGUES, 2007).

Os imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados chegam, via de regra, em flagrante situação de vulnerabilidade social, tornando, pois, providencial garantir-lhes o chamado aluguel social nos primeiros meses de acolhimento. Passado o primeiro período, não lhes restam muitas alternativas senão a de fixar residência em regiões mais afastadas, onde o custo de vida é menos elevado, em particular com o quesito aluguel.

Tal constatação explica em parte o porquê da distribuição socioespacial dos imigrantes venezuelanos em regiões de Dourados em bairros de perfis modesto de habitação. Por outro lado, a região Itália (região 5, conforme o mapa), sendo composta por bairros populares como as vilas Cachoeirinha e Almeida, tem presença apenas residual de venezuelanos, correspondendo a apenas 2,06% do total. Contraste marcante com outras regiões de perfil popular, como a região do Ouro Verde (região 8) e a do Parque das Nações I e II e Jóquei Clube (região 1), já que somadas concentram 52,31%, equivalendo, portanto, a mais da metade de todos os imigrantes venezuelanos presentes na cidade de Dourados.

Explicação plausível para a concentração de imigrantes nestas regiões 1 e 8 deve ser atribuída a outras variantes que se sobrepõe ao do contorno “bairro popular”. Isso porque, para além do aspecto nível de renda e valor de aluguel, a variante de peso preponderante na decisão dos imigrantes pela fixação residencial em região específica diz respeito à “proximidade do local de trabalho”.

Como já abordado, o maior fluxo de imigrantes venezuelanos ingressante em Dourados se deu no ano de 2019, quando, por meio da estratégia de interiorização, centenas alcançaram o município douradense pela modalidade “vagas de emprego sinalizadas”, decorrência de acordo firmado entre as instituições que coordenam o *Projeto Acolhida* em âmbito nacional e a empresa Seara Alimentos, do grupo JBS. Em Dourados tal empresa está localizada na BR 163, região leste do município, saída para a capital, Campo Grande. Não

parece tratar de mera coincidência, portanto, que as regiões administrativas localizadas ao leste da cidade sejam as que mais concentram imigrantes venezuelanos.

Mesmo que os dados atuais destaquem as modalidades majoritárias *reunião social* e “reunificação familiar”, que juntas respondem por 70% do processo de interiorização em Dourados, o mais adequado é considerar em termos de entrelaçamento. Isso porque, parte significativa dos imigrantes que chegaram em anos posteriores a 2019 tiveram como referência e ponto de apoio aqueles imigrantes (seus conhecidos) que já estavam há algum tempo no município, com relativo grau de estabilidade: empregados e com lugar fixo de moradia (MDS, 2022).

Em entrevista concedida a esta pesquisa, diretores da *Cáritas Diocesana de Dourados*¹⁷, os senhores Edraudino Pereira Lúcio e Odair Laercio de Lima (presidente e tesoureiro, respectivamente) afirmaram, com base na experiência vivenciada, as motivações por eles percebidas como determinantes para a presença tão significativa dos imigrantes no município. Para eles, “o fato de o imigrante chegar aqui com toda a documentação e suporte de moradia, com as organizações contribuindo para adquirir a garantia de residência, o aluguel social, o emprego já encaminhado, [...] tudo isso produziu um ambiente positivo para quem saiu de sua terra, na maior insegurança. Então, o natural era que eles transmitissem isto para os seus lá na Venezuela ou mesmo para aqueles que estavam na região Norte do Brasil, encorajando-os a também se deslocarem para cá” (ENTREVISTA Edraudino P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

Empresas empregadoras em Dourados não fornecem informações sobre os imigrantes venezuelanos, seus empregados. Diante disso, priorizaremos centrar análise sobre a distribuição espacial dos imigrantes, com base no mapa da figura 3. Observe-se que em escala ampliada, da região leste estendida – agregando também as regiões circunvizinhas nordeste e sudeste da cidade –, há nada menos que 73,89% dos venezuelanos ali residindo. Em outros termos, abriga-se no conjunto das regiões 1, 2, 3, 8, 9 e 10¹⁸ três quartos de todos os imigrantes venezuelanos moradores na urbe douradense. Explica tal percentual de concentração a proximidade do território destacado com a região com o Distrito Industrial do município, onde há presença de empresas como a BRF Abatedouro de Frangos S.A., a Bunge Alimentos S.A. e outras com grande capacidade de ofertas de emprego.

¹⁷ *Cáritas* é uma instituição da Igreja Católica que participa ativamente do Projeto Acolhida, desde as primeiras vindas de venezuelanos a Dourados.

¹⁸ Trata-se das regiões: 1. Parque das Nações I e II e Jóquei Clube; 2. Vila Industrial e João Paulo II; 3. Canaã III; 8. Ouro Verde. 9. Santa Brígida; e 10. Próximo a BR 163, saía para Campo Grande.

Em que pese considerar a variante “emprego” importante para que o imigrante decida seu local de moradia, ela não o é em termo suficiente para se concluir que de imediato a ampla maioria dos imigrantes já se encontrava empregada, com registro laboral, nas empresas citadas, adicionando também a Seara Alimentos Ltda¹⁹. Tal conclusão seria um tanto precipitada, pois, as características da ocupação laboral fornecida pelas empresas aos imigrantes têm expressiva rotatividade. Soma-se ainda o fato de que parcela considerável dos imigrantes se encontra em ocupações variadas nas empresas do ramo industrial e de serviços, não sendo desprezível o grande número inserido na informalidade, conforme relatam os entrevistados (ENTREVISTA Edraudio P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

De todo modo, a ocupação laboral cumpre um papel central no processo de acolhida e integração do imigrante em determinado território. Se o trabalho é demanda essencial, por ser vital na garantia da sobrevivência, é natural que seja escolhido para fixação de residência um local em região próxima ou no entorno da empresa empregadora, onde o imigrante conseguiu ocupação. Adiciona-se objetivamente o fato de que para pessoas com vulnerabilidade social a dependência pelo transporte público e a necessidade de conter os custos com deslocamentos se tornam mais relevantes.

Cardoso e Cabreira corroboram com a discussão da centralidade da ocupação laboral. Ao afirmarem que o tema trabalho é fundamental para a constituição da identidade, para a inserção no novo mundo social e para a conquista da *liberdade*, defendem que “é através do trabalho que o indivíduo pode se constituir e se afirmar no novo território, adquirir bens, alugar uma casa e enviar dinheiro para a família, ou seja, situações reais e muito comuns entre os imigrantes” (CARDOSO e CABREIRA, 2017, p. 117).

É imperioso destacar que o imigrante venezuelano, ao ser acolhido na sociedade, passa a vivenciar os processos de produção socioeconômico e espacial peculiares das cidades brasileiras, hegemônicas pela lógica capitalista típica de países em desenvolvimento, como também é em geral as de outros países latino-americanos. O imigrante, pela sua condição de vulnerabilidade, sofre as contradições e mazelas deste modelo de forma ainda mais aguda.

Segundo Villaça (2001, p. 141), entre as características mais marcantes das metrópoles brasileiras, esta certamente a segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade. Argumenta que basta uma volta pela cidade – e ela nem precisa ser uma metrópole – para constatar a diferenciação entre os bairros, tanto no que diz respeito ao perfil da

¹⁹ Seara Alimentos, empresa brasileira do ramo alimentício, fundada em 1956 no município de Seara, comprada pela JBS em 2013.

população, quanto às características urbanísticas, que neste caso pode se referir à infraestrutura, à conservação dos espaços, ou aos equipamentos públicos.

O fato é que os imigrantes passam a sofrer um processo de segregação social, residindo em regiões com nível de serviços públicos deficitários em relação aos bairros de classe média. É um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole (VILLAÇA, 2001, p. 142).

No mesmo sentido, tratando sobre o modelo de produção das cidades e a respeito da natureza dos processos de urbanização brasileira, acentua Maricato que é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características (MARICATO, 2001, p. 51).

Desse modo, se podemos atribuir que a concentração espacial dos imigrantes na área urbana do município de Dourados inicialmente está conexa com a estratégia de interiorização com oferta de emprego sinalizada – e também pelas condições de forte vulnerabilidade socioeconômicas –, também é correto relacioná-la ao modelo de produção das cidades brasileiras, hegemônicas por uma lógica capitalista em que a especulação imobiliária prevalece e “empurra” os mais pobres para regiões muito mais precarizadas em infraestruturas, serviços públicos e qualidade de vida.

3.4 Relatos de olhares e vivências: lideranças de entidades

Nota de esclarecimento. Houve uma mudança na estratégia metodológica inicial da pesquisa, quando do trabalho com entrevistas, em função da incidência do período pandêmico, especialmente nos anos 2020 e 2021. A isso se somou nossa convocação em concurso público em dezembro de 2020 para exercício da docência na Rede Distrital de Educação, Brasília (DF). Com isso, o trabalho de campo sofreu limitações e passou por adequações.

Algumas entrevistas foram realizadas por intermédio de formulário *online*. Só quando viabilizado deslocamento presencial ao município foi possível entrevistar algumas lideranças de forma presencial. Diante do exposto, optamos por concentrar as entrevistas com alguns

representantes de entidades com atuações sistemáticas em apoio aos imigrantes venezuelanos em Dourados. Por se tratar de agentes cuja atuação direta permite fornecer informações relevantes, são capazes de contribuir para a compreensão do quadro geral da experiência dos imigrantes venezuelanos no município.

As entrevistas a seguir serão expostas resumidamente, pontuando os aspectos considerados mais relevantes ao problema da presença do imigrante venezuelano em Dourados.

A primeira entrevistada a ser considerada aqui é a senhora Fátima Ishi de Matos (entrevista concedida em 03 de fevereiro de 2022). Fátima Ishi de Matos é coordenadora da instituição *Vida e Missão*, instituição esta que tem prestado serviços de acolhimento, acompanhamento e assistência aos imigrantes venezuelanos desde a chegada dos primeiros grupos em Dourados.

De acordo com Matos, a Vida e Missão possui estreita relação com a Igreja Católica, tendo por endereço a Casa das Irmãs São José, mas é uma organização composta por voluntários de diversas religiões, incluindo evangélicos e espíritas. “O grupo vai desde profissionais liberais diversos, até pessoas integrantes de várias instituições, entre estas as universidades. Para integrar a instituição Vida e Missão basta ser solidário e ter disposição para contribuir” (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

A Vida e Missão tem um nível de organização considerável, que inclui um cadastro próprio de identificação dos imigrantes, um cadastro que confere à mulher um papel central na família. Contém ainda informações sobre o endereço, a data de chegada ao município, data de nascimento; informações contidas em documentações pessoais, profissionais; sobre o nível de escolaridade e tudo mais que possibilita estabelecer perfis e um razoável acompanhamento.

É por meio deste cadastro que passamos a nos inteirar a respeito do estado de saúde deles. Temos descoberto muitas mulheres com câncer, problemas de coração, entre outros. Tivemos casos de venezuelanos que vieram a falecer aqui em Dourados com problemas de coração. Também contribuimos com assistência às mulheres grávidas, desde encaminhamento para acompanhamento de pré-natal, como roupinhas necessárias (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

Outros serviços que a instituição tem prestado, segundo Matos, são os das distribuições de cestas básicas para famílias em situação de insegurança alimentar, das aulas de português para os imigrantes e ainda encaminhamentos para órgãos governamentais

responsáveis por determinada demanda; ou às demais instituições capazes de corresponder à necessidade do imigrante (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

Em síntese, Fátima relata que os primeiros grupos de venezuelanos que chegaram em Dourados formavam um contingente de aproximadamente 400 pessoas, a partir do qual vários outros grupos seguiram o exemplo de interiorização até atingir o patamar atual, que pelos números oficiais de órgãos federais perfazem um montante de aproximadamente três mil venezuelanos no município. Matos considera os números oficiais subestimados, estimando serem mais de quatro mil os presentes em território douradense. “Aqueles que já estão em Dourados com algum tipo de emprego e residência fixa têm estimulado através de suas redes de contatos (redes sociais) seus familiares, parentes e amigos a migrarem para o município. Parte destes chega por esforço individual, sem registro formal e até mesmo indocumentados, utilizando outros trajetos, como pela Bolívia, via fronteira com Corumbá, e outras mais” (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

A respeito das principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, Fátima Matos afirma que com anos à frente da instituição foi possível constatar que a língua diferente (a dificuldade de comunicação), a moradia (devido ao alto custo dos aluguéis) e o emprego são inicialmente os três principais desafios a serem superados.

Em relação ao emprego, Fátima Matos aponta que o setor que mais emprega imigrante é o das grandes empresas do setor de alimentos, sendo que destas, as empresas que mais absorveram mão de obra imigrante são a *Seara Alimentos* (JBS) e a *BRF S.A.* Considera

[...] que eles (os imigrantes venezuelanos) têm demonstrado dificuldades em relação aos baixos salários oferecidos, pois, ao pagar contas de água, luz, comida, calçados, enfim, não sobra quase nada. O pouco salário que eles recebem, mandam ainda uma parte para os familiares lá na Venezuela. O valor enviado, que para nós parece pouco, para eles lá na Venezuela é importante (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

Fátima Matos ressalta que uma parte considerável dos imigrantes, diante da dificuldade em se conseguir vagas de emprego nas empresas, tem enveredado para o mercado informal, ou até mesmo montado um pequeno comércio. Outra parte segue para diferentes regiões do país, especialmente para os estados de Santa Catarina e Paraná, enquanto que um grupo restante retorna para o seu país de origem.

Para esta entrevistada, uma demanda que tem surgido com certa frequência na instituição diz respeito à assistência jurídica por possíveis desrespeitos aos direitos trabalhistas. “De vez enquanto recebemos mensagens ou ligações de imigrante que está em

nosso cadastro afirmando que necessita de assistência jurídica para tratar questões trabalhistas. Nós temos uma advogada que tem atendido, portanto, encaminhado para ela” (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

Complementa Fátima Matos que é comum para ela receber reclamações a respeito da natureza dos serviços exigidos em algumas empresas, por se tratar de trabalhos repetitivos. Com um tempo, os imigrantes passam a sentir dores na coluna e também nos braços (lesões por esforços repetitivos - LER). “No entanto, eu vejo que é em todo canto que tem trabalho repetitivo. O fato é que constatamos muitos imigrantes com problemas de saúde. Já vieram com algum problema? Não sei, pode ser que sim, mas o tipo de trabalho pode ter agravado” (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

A respeito de as empresas ofertarem tantas vagas de empregos aos imigrantes, Fátima Matos considera ser

[...] comum aqui em Dourados ouvirmos carros de som informando que está contratando pessoas. Agora, porque os brasileiros não querem ir trabalhar lá? Tem tudo isso, né? No caso dos Frigoríficos, eles têm três turnos e você tem que ir no que eles designarem, seja de madrugada, seja em qualquer outro horário. Tem também as câmaras que são muito frias, ou seja, várias situações. Têm alguns que estão em situação melhor, pois já conseguiram ser transferidos para outro setor de trabalho menos extenuante. Mas é fato que muitos reclamam (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

A entrevistada fez questão de destacar a existência de uma rede de solidariedade. Além das irmãs São José, que segundo ela têm ajudado muito, há instituições e pessoas físicas que contribuem sistematicamente com trabalhos de assistência inerentes ao acolhimento dos imigrantes.

Sobre possíveis atitudes que expressem algum tipo de preconceito, resistência ou mesmo xenofobia, Fátima Matos declarou que nos primeiros meses era frequente deparar-se com comportamento e comentários preconceituosos em relação aos venezuelanos, mas que recentemente, com exceção às críticas de pessoas incomodadas com a presença deles nos semáforos, tais atitudes têm diminuído.

Quando indagada sobre o papel do poder público local, mas especificamente em relação à gestão municipal, se esta tem contribuído com o processo de acolhida e integração do imigrante venezuelano, Fátima Matos respondeu que

[...] no início do processo de migração dos venezuelanos, a Prefeitura estava meio distante. Mas, a partir especialmente do ano de 2020, ela mudou a sua

organização, talvez porque o Ministério Público também se envolveu mais. Ela organizou um setor que tem a presença de um haitiano responsável por esta área de imigração, que ao que tenho de informação vem atendendo os imigrantes, especialmente nos casos de documentação. Isto é importante e nos aliviou, pois antes nós também fazíamos este trabalho e agora encaminhamos todos para este setor da prefeitura (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

Sobre a distribuição espacial dos imigrantes venezuelanos no território douradense, Fátima Matos confirma que estarem “mais nos bairros populares, como por exemplo: Canaã II, Parque das Nações II, Parque das Nações I, Jóquei Clube, e também em um bairro que fica localizado em frente à JBS (acho que é o São Carlo); ou seja, bairros localizados mais próximo das grandes empresas” (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

Já a respeito do perfil dos imigrantes venezuelanos, Matos afirmou que os primeiros grupos possuíam uma população amplamente jovem, com idade máxima de 40 anos. Mas que, no entanto, a cada ano a presença de idosos vem se ampliando. E que o nível de escolaridade é bem diverso, encontrando desde professores, enfermeiros e até mesmo um casal de médicos; havendo, no entanto, considerável número com pouca escolaridade e até de analfabetos.

Quando indagados sobre as principais razões que compreende serem as motivadoras da emigração da Venezuela, Fátima Matos acredita serem a fome, a inflação alta e a falta de emprego no país de origem. Mas, observa que alguns têm retornado para a Venezuela, pois tiveram dificuldades para se empregarem aqui no Brasil, de garantirem algum grau de estabilidade.

Por fim, em resposta à questão se a instituição durante todo este período havia recebido algum tipo de crítica ao trabalho que vem sendo realizado, Fátima Matos deixou o seguinte testemunho:

[...] recebemos duas vezes cartas anônimas na caixa postal, dizendo para nós pararmos com este tipo de trabalho. Afirmaram que os venezuelanos somente vieram aqui para tirar o trabalho dos brasileiros, fizeram ameaças de que iriam acontecer algumas coisas com os venezuelanos, que envolveria sangue e que o melhor que faríamos era ficarmos distantes. Passamos as cartas para o Dr. Marcos Antônio, do Ministério Público Federal, e apesar de termos ficados preocupadas, continuamos o nosso trabalho (ENTREVISTA Fátima Ishi de Matos, fev-2022).

A segunda entrevista considerada, com agentes ligados a entidades que se voltaram à acolhida aos venezuelanos, se deu no dia 20 de janeiro de 2022, no escritório local da *Cáritas*

Diocesana de Dourados, com dois dos seus diretores, os senhores Edraudino Pereira Lúcio e Odair Laercio de Lima.

A *Cáritas* é uma instituição da Igreja Católica que se apresenta como promotora de ações de solidariedade nacionais e internacionais, voltada ao atendimento às comunidades afetadas por desastres socioambientais ou que estão em situação de vulnerabilidade. Dentro deste escopo, ela tem atuado em apoio aos processos migratórios no Brasil e em outros países.

Pontuando o conteúdo mais relevante da entrevista com os dois diretores da *Cáritas*. Edraudino Pereira Lúcio e Odair Laercio de Lima descrevem que o processo inicial que estimulou a chegada de imigrantes venezuelanos se deu com base em algumas premissas. Partiu da compreensão por parte do governo federal e das organizações não governamentais que estavam participando do processo de acolhida dos imigrantes de que a infraestrutura da região Norte do país, especialmente Pacaraima e Boa Vista (estado de Roraima), estava no limite, deveras saturada para continuar recebendo significativo volume de imigrantes. Diante disso, urgia interiorizar os imigrantes para as demais regiões do Brasil, de preferência com garantias mínimas para acolhimento e integração, principalmente quanto à renda e emprego.

Ainda segundo os diretores da *Cáritas*, Dourados passou a ser um destino provável por contar com a instalação da Seara Alimentos, do grupo JBS. A direção dessa empresa demonstrou interesse em disponibilizar um número considerável de vagas de emprego. A bem da verdade, a alocação de mão de obra era também uma necessidade da empresa. Fato é que isso fez com que a Operação Acolhida considerasse Dourados como um dos principais destinos aos imigrantes encaminhados na estratégia de interiorização.

O processo de organização da chegada dos primeiros imigrantes obedeceu a um roteiro descrito com minúcias por Lúcio e Lima:

O contato inicial foi realizado primeiramente com a nossa direção nacional, que nos acionou. Envolvemos a igreja católica e eles também contataram algumas igrejas evangélicas. No primeiro momento, como era um grupo pequeno, nós tomamos algumas medidas, entre elas a realização de uma campanha de arrecadação de alimentos, roupas, móveis e passamos a procurar casas para estas pessoas, tanto por meio de proprietários particulares, quanto com imobiliárias. Já [quanto] à documentação, eles chegaram com CPFs, carteira de vacinação com todas as vacinas, o cartão de saúde e um valor específico para o aluguel social (ENTREVISTA Edraudino P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

Quando indagados se teriam dados seguros quanto a quantidade de imigrantes venezuelanos em Dourados, responderam com uma negativa, esclarecendo que muitos vieram

por processo individual, familiar, por fora da Operação Acolhida. Identificaram que alguns vieram através da fronteira Brasil/Bolívia, região de Corumbá, sem documentação necessária, o que lhes exigiu maior esforço para encaminhamentos aos órgãos responsáveis. “Acompanhamos que alguns chegaram a Dourados, mas já se deslocaram para outras regiões, como, por exemplo, [para o estado de] Santa Catarina, e outros até retornaram para a Venezuela. No entanto, estimamos que os presentes em Dourados passem de três mil” (ENTREVISTA Edraudio P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

A respeito do perfil dos imigrantes que chegaram em Dourados, responderam os entrevistados que em geral era do sexo masculino, entre de 18 a 45 anos e solteiro, mas também tinha significativo número de mulheres, na sua maioria entre 18 a 40 anos. Afirmaram ainda que a quase totalidade estava em fase produtiva e muitos com razoável grau de escolaridade.

Destacaram a importância de pessoas voluntárias e instituições que cumpriram, e ainda cumprem, importante papel no processo de acolhimento dos imigrantes. Entre estas instituições, ressaltaram o papel das universidades, que contribuíram ministrando aulas de português para os imigrantes. Afirmaram: “criou se, a partir de então, uma rede de apoio entre várias entidades, instituições e órgão governamentais, que foi fundamental” (ENTREVISTA Edraudio P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

Quando questionados a respeito do papel da administração da Prefeitura Municipal de Dourados no processo de acolhimento aos imigrantes venezuelanos, avaliaram-no negativamente, apontando ausência do poder público municipal, especialmente nos anos iniciais. Também em relação ao Exército, a avaliação é que a instituição militar não correspondeu à altura das necessidades, a despeito de toda a infraestrutura que possuem à disposição. Não obstante, destacam que atualmente o atendimento melhorou, muito em função do servidor de nome Jean, que é um haitiano que trabalha na Prefeitura e está destacado para acompanhar e dar suporte aos imigrantes. Relativizando um pouco na avaliação crítica, ponderam: “mas não poderia ser diferente, pois três mil pessoas a mais em tão pouco tempo tem impactos sociais e econômicos na cidade, com aumento da demanda para os setores da saúde, educação, habitação, segurança pública, assistência social, emprego, entre outros” (ENTREVISTA Edraudio P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

Sobre a presença de imigrantes venezuelanos nos semáforos, em condição de pedintes, Edraudio Lúcio e Odair Lima avaliaram ser um sinal claro que a demanda por empregos está maior do que as vagas disponíveis. Acrescentaram que foram informados que alguns

imigrantes, devido os baixos salários oferecidos no mercado formal, preferem viver de donativos oferecidos diariamente nas esquinas, pois isso têm lhes proporcionado uma “renda” maior.

A respeito de possíveis sinais de resistências, preconceitos ou xenofobia por parte da sociedade douradense em relação aos imigrantes venezuelanos, os diretores responderam que especialmente no período que ocorreu aumento substancial da presença deles no município, passaram a ouvir com maior frequência vozes críticas, acusando-os de estarem “roubando” os empregos dos cidadãos locais. Ressaltaram que uma das frases comuns era: “não deram certo nos países deles, agora vem aqui tomar o nosso emprego!”. Relatam ainda que em um determinado período, ao tentarem alojar uma família venezuelana nos hotéis do município, muitos estabelecimentos recusaram a hospedagem, mesmo havendo garantia da instituição quanto ao pagamento. Concluíram os diretores: “não se tratou de casos generalizados, mas as justificativas e o episódio em si serviram para nos alertar que existia, mesmo que implícito, preconceitos e resistências aos imigrantes em alguns setores da sociedade” (ENTREVISTA Edraudino P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

Sobre o mercado de trabalho para o imigrante venezuelano, Edraudino Lúcio e Odair Lima entendem que muitos imigrantes estão mesmo empregados na Seara Alimentos, do grupo JBS e na BRF, frigoríficos de frangos. Também destacam que outros tantos estão distribuídos em variados segmentos econômicos, como na construção civil, no comércio em geral, havendo quem esteja no trabalho informal e alguns atuando como profissionais liberais. Sobre a distribuição espacial dos imigrantes venezuelanos no território douradense, afirmaram os diretores entrevistados que eles se estabeleceram em regiões mais periféricas da cidade, mais próximas à empresa Seara Alimentos, citando mais destacadamente os bairros Santa Maria, Parque das Nações e Jóquei Clube (ENTREVISTA Edraudino P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

Em resposta à indagação sobre o nível de integração dos imigrantes e quanto às condições de vida dos imigrantes venezuelanos atualmente, os diretores responderam que se comparado com a situação como chegaram em Dourados, boa parte melhorou um pouco a qualidade de vida. Destacaram conhecer exemplos de imigrantes que adquiriram algum imóvel, um terreno, para construir uma casinha. Outros já estão com filhos nascidos em Dourados (já estão estudando) e interagem na sociedade, como ao participar de comunidades religiosas. Claro que tais exemplos não refletem a realidade da maioria, ponderam, pois

significativo número de imigrantes prossegue em condições difíceis, tantos até já se mudaram daqui, destacam os diretores (ENTREVISTA Edraudino P. Lúcio e Odair L. Lima, jan-2022).

3.5 Relatos de olhares e vivências: os imigrantes

Em continuidade, passamos a consultar alguns imigrantes venezuelanos para levantar como veem a integração e acolhimento sua, e de seus familiares e compatriotas, pela sociedade douradense. Optamos como método a aplicação de um questionário distribuído a cinquenta imigrantes²⁰. Dos formulários distribuídos, recebemos a devolutiva de vinte e cinco, com as questões respondidas em sua totalidade, algumas parcialmente. É um número que corresponde a uma amostragem equivalente a aproximadamente 1% do total de imigrantes presentes no município, se considerado o montante cadastrado pelo CadÚnico da Prefeitura Municipal.

Pelas respostas ao questionário, se autodeclararam mulheres 57% dos que responderam, e 43% homens. Quanto à faixa etária, 36% têm entre 18 a 30 anos; 43% entre 30 a 40 anos; 7% contando na faixa de 40 a 50 anos; e 14% entre 50 a 60 anos de idade. Sobre o nível de escolaridade, 7% responderam ter apenas ensino fundamental; 15% equivalente ao ensino médio incompleto; 71% informaram completar o equivalente ao ensino médio; e apenas 7% o ensino superior. A respeito da motivação pela emigração do país de origem, os respondentes apresentam majoritariamente a crise econômica venezuelana como causa principal, detalhando alguns os altos preços da alimentação, o desemprego, a insegurança, a falta de atendimento médico adequado; e a busca por um futuro melhor para os filhos também foi motivação.

A quase totalidade dos entrevistados afirmou ter ingressado ao Brasil pela fronteira norte do país, mais especificamente pelo município de Pacaraima, perfazendo o seguinte trajeto: Pacaraima (RR), Boa Vista (RR), Manaus (AM), Campo Grande (MS) e finalmente Dourados (MS). A maioria assegurou ter contado com auxílio do projeto Acolhida para chegar ao município de Dourados, mas alguns afirmaram ter feito o trajeto por conta própria, ou com ajuda de instituições, especialmente as ligadas a ordenações religiosas. Quando do

²⁰ Por residir e domiciliar em Brasília desde o final de 2020, para conseguir fazer os formulários chegarem em mãos dos imigrantes, tivemos de contar com a colaboração de agentes ligados a organizações sociais que atuam junto aos imigrantes e de alguns universitários do departamento de pós-graduação de Geografia. Somos gratos a eles.

questionamento do porquê de terem Dourados como destino, a quase totalidade respondeu pela expectativa de emprego no local, uma vez receberem informações seguras de que em Dourados haveria vagas de emprego disponíveis. São informações recebidas por intermédio de autoridades do Estado, por familiares ou amigos. 58% dos respondentes afirmaram ter se deslocado até Dourados em grupo familiar; 29% acompanhado por amigos; e 13% solitariamente.

Sobre o endereço residencial, 35% dos imigrantes que responderam afirmaram residir no bairro Jóquei Clube; 29% no Jardim Ouro Verde; e 14% no bairro Novo Horizonte. Os demais residem no Parque das Nações; na Vila Santa Felicidade ou no Jardim Flórida. Esta distribuição espacial acompanha em certa medida aquela distribuição espacial registrada pela Prefeitura Municipal no arquivo do CadÚnico (como descrito anteriormente). Quando indagados sobre a motivação de escolha do bairro de residência, os imigrantes destacaram a opinião de familiares e amigos, havendo também quem lembrasse dos aluguéis com valores mais baratos. Nas residências, responderam os imigrantes, 60% possuem de quatro a seis moradores; e 40% de um a três residentes; sendo 65% formados estritamente pelo núcleo familiar e 35% acrescido de amigos e parentes morando junto.

Para o problema da situação laboral apuramos o seguinte quadro: 50% dos respondentes declararam estar trabalhando em uma empresa formalmente; 36%, que estão desempregados; e 14%, que estão trabalhando em condição de informalidade. Então temos somados, entre desempregados e informais, metade dos imigrantes venezuelanos que responderam ao questionário. Ou estão totalmente sem fonte de renda, ou estão em ocupação intermitente e precarizada; em resumo, estão vulnerabilizados. Da metade que se declarou empregada formalmente, quase totalidade assinala exercer função de operador de produção em empresa, e os demais não declaram a função exercida. Dos 14% que estão trabalhando informalmente, suas principais funções seriam em jardinagem, como ajudante de pedreiro ou auxiliar de mecânico.

Ainda sobre as condições laborais, 22% responderam ter sofrido alguma forma de violação de direitos trabalhistas; 15% consideram realizar trabalhos extenuantes, com salários baixos. 36% alegaram ser sua renda familiar insuficiente para satisfazer suas necessidades básicas e para 64% apenas às vezes ela o é insuficiente.

A respeito do acesso dos imigrantes aos serviços públicos no município, 79% dos entrevistados responderam tê-los utilizados frequentemente; 14% acessado apenas algumas vezes; enquanto que 7% informou não utilizar tais serviços. Já a avaliação dos imigrantes

sobre a qualidade desses serviços públicos, 7% consideram excelentes; 36% os consideram muito bons; 50% os qualificaram como bons; e 7% responderam serem regulares.

Concernentes ao processo de integração e de acolhimento, apresentamos questões com objetivo de aferir o ponto de vista e o sentimento dos imigrantes. Entre as respostas obtidas, para 85% há sentimento de plena integração e acolhimento; enquanto que 15% responderam haver apenas parcialmente tal integração e acolhimento. Dos principais obstáculos apresentados que impediriam total integração na cidade, o idioma é lembrado por 36%; não ter casa própria, para 17%; problema com a documentação, para 14%; problema relacionado ao emprego, para 9%; e os que responderam não haver obstáculo algum somam 24%.

Quando perguntado se os imigrantes venezuelanos observaram em algum momento alguma forma de discriminação, resistência local a eles ou xenofobia, 78% responderam não perceber e 22% responderam que em algumas vezes. Quanto a verificarem alguma forma de apoio, tanto de pessoas individualmente, ou de organizações e entidades, 51% responderam afirmativamente; 36% responderam não ter recebido; e 13% não responderam a essa questão. Descontando os que responderam ter recebido apoio, as ajudas vieram em forma de fornecimento de cesta básica, doação de roupas e de alimentos, especialmente por vizinhos e igrejas. Chama atenção que os imigrantes que responderam não ter recebido apoio algum, todos se declararam do sexo masculino.

3.6 A experiência migratória para além dos números²¹

Durante todo o período transcorrido de pesquisa e análise sobre a Venezuela e a imigração em Dourados, buscamos ficar vigilantes para não cairmos na armadilha de produzir um texto restrito a números, análises estatísticas, minimizando, ou mesmo negligenciando, o que é fundamental: que o ato de deslocamento da terra natal, especialmente quando se visa um destino distante, um outro país, produz um turbilhão de sentimentos aqueles e aquelas que se encorajam e enveredam numa jornada tão incerta como a que acompanha o movimento imigrante.

Nesta jornada, a aflição e a nostalgia se entrelaçam às perdas de referências, de pertencimento ao território pátrio, de um lugar de coletividades comuns, onde “o retirar-se”

²¹ O texto a seguir contém algumas passagens do relatório da disciplina *Tópicos Especiais em Geografia*, sob orientação Prof. Dr. Jones Dari Göettert, para cumprimento de crédito junto ao Programa de Mestrado em Geografia da UFGD, 2021.

para além das “fronteiras” do seu território, mais do que isto: do seu lugar, comportam significativas barreiras e esforços de transposições, carregados de desafios muitas vezes relacionados com distintas características de cidadania; de diferenças linguísticas no relacionamento com outras culturas e costumes por ocasião da “acolhida”; das reações algumas vezes preconceituosas ou mesmo xenofóbicas que se revelam no local destinatário. Certamente a sensação de impotência acompanha a trajetória imigratória, a se somar aos esforços de superação dos obstáculos e adaptação ao território estrangeiro.

O imigrante, o retirante ao deixar para trás o seu lugar, embala consigo um conjunto de afetividades que dão sentido à vida, como os entes queridos e, para além deles, todos os amigos/amores/companheiros, afetos que são por demais constitutivos do indivíduo. Esses remetem a lugares físicos, como casa, a rua, a cidade; um pouco mais no sentido abstrato, o país, a cultura. Enfim, todo o receptáculo que constituiu referências, valores significativos, sentidos de pertencimento a um lugar de coletividades comuns.

Para a professora Sylvia Dantas (2019) a mudança de país impõe ao imigrante múltiplas perdas, ao deixar para trás seus familiares, amigos, o trabalho, o ambiente físico de convívio, a língua, as normas sociais, os locais conhecidos e a memória social. Não obstante, a obrigação de ajustar-se ao padrão normativo do novo local de destino. Em outras palavras, isso requer a aprendizagem de novos códigos sociais, pois a forma de agir agora não mais corresponde ao entorno conhecido e introjetado. O que antes era parte da rotina, torna-se um desafio diário.

O fato é que o ingresso em um novo país é também a imersão em outro universo cultural, compelindo fortes desafios também na dimensão subjetiva. A começar pela barreira da língua, que passa a estabelecer limitações no compreender e no ser compreendido, mais propensa a gerar conflitos, isolamentos, segregação e distanciamento, do que sinergia, comunhão, acolhimento e integração. Para Raffesttin (1993), a língua é uma forma de poder, pois se configura como instrumento da identidade cultural de um povo, sendo o recurso da expressão e da comunicação humana.

Como parte importante da população desconhece a migração ser um direito fundamental à humanidade, prevalecem sentimentos que os movimentos migratórios como “ameaçadores” à normalidade da vida social local. Assim, sobre os ombros dos imigrantes são depositados a responsabilidade pelo desemprego dos locais, do problema da insegurança, da economia estagnada, levando os desatentos a reforçarem preconceitos, repulsas e xenofobia,

justamente quando essa população vulnerável necessitaria de muito acolhimento e solidariedade no processo de adaptação ao novo ambiente cultural e social encontrado.

O imigrante, via de regra, encontra difíceis caminhos a serem percorridos, ainda mais quando o país receptor possui instituições públicas com nível de capacitação insuficiente ou frágil. Estamos falando dos setores das áreas de saúde, da assistência social, do sistema educacional, de órgãos responsáveis pela documentação social. Se tais instituições não derem a cobertura adequada às necessidades dos imigrantes, estes serão alvos frágeis da propaganda difamatória produzida em veículos de comunicação de massa.

Mesmo identificando iniciativas importantes em algumas instituições públicas ou organizações civis, com quadros funcionais sensíveis e comprometidos, o fato é que são ainda muito pontuais e geralmente efêmeras no caso brasileiro, especificamente no caso douradense, onde carece de políticas consistentes e perenes de acolhimento ao imigrante. O mais comum é a prevalência do preconceito e o despreparo, agravando ainda mais a situação, por se tratar dos setores responsáveis institucionalmente pela garantia dos direitos da imigrante.

Constata-se que as experiências mais exitosas são justamente nos locais onde há uma presença maior de mobilização e organização de movimentos sociais de imigrantes, formando, juntamente com entidades não diretamente ligadas ao tema (mas solidárias), uma rede de parceria vigorosa.

O Brasil, que nos últimos anos, dada a correlação de força política visivelmente favorável às pautas conservadoras e reacionárias, infelizmente o Congresso Nacional tem aprovado leis que precarizam o trabalho em virtude de perda de direitos trabalhistas há muito consolidados, além de perda da proteção social igualmente. Diante desse cenário de pauperização das classes trabalhadoras, se os nacionais estão a passar necessidades, que dirá o imigrante, uma vez ser mais suscetível e exposto à exploração, com trabalho tantas vezes informal, com jornadas extenuantes e salários baixíssimos. São nefastas as consequências de inserção desprotegida do imigrante no mercado de trabalho no Brasil atual.

As desigualdades enfrentadas por imigrantes e refugiados requer uma visão abrangente sobre as políticas institucionais de acolhimento. Não se trata somente de definir políticas quanto a quem está ou não autorizado a adentrar o território brasileiro, mais importante é verificar as condições dadas a estes imigrantes. A política migratória inclui também toda uma preocupação para com a população migrante que escolheu o Brasil para viver, de modo a que tenha acesso às políticas públicas universais pensadas e implementadas no país; além de

ações, programas e políticas que enfrentam os desafios específicos da população migrante (LUSSI, 2015).

Do mesmo modo, deve-se considerar que um ou uma imigrante se depara com situações de necessidades materiais básicas e todos os sentimentos que impactam a sua decisão de migrar. Conforme a professora Sylvia Dantas (2019), a motivação da partida, o momento de chegada e ajuste ao novo ambiente envolvem processos psicológicos específicos a essa situação. E qualquer pessoa que passe por essa experiência vivenciará processos de aculturação psicológica e estresse de aculturação. Assim, o imigrante ou o refugiado não são o problema a ser tratado. A gravidade reside na sociedade em não estar em sintonia com os novos tempos, havendo a compreensão desses processos como algo urgente para que se realize um adequado trabalho preventivo nas instituições de países destinatários. É fundamental preparar e orientar os munícipes a privilegiar o diálogo, a vontade de interagir com os ingressantes, de forma a não dar margem a inescrupulosos que visem à dominação. Nesse sentido, a partir da filosofia propõe-se uma visão intercultural crítica que implica na descolonização dos saberes, a favor de um equilíbrio epistemológico no mundo.

Ainda em Dantas se faz necessária uma mudança de mentalidade. Entender que todos temos o direito de ir e vir, um direito fundamental que está em nossa constituição e na declaração de Direitos Humanos das Nações Unidas. Deve-se estimular o contato entre culturas, entre diversas formas de compreender-produzir a vida. Só assim, poderá ser possível a compreensão do quanto o ser humano é criativo. Nada está dado e temos uma oportunidade de ampliar nossos horizontes para um bem viver de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o objetivo central deste trabalho foi o de compreender e analisar a migração venezuelana e suas causas, e de modo mais específico a presença de venezuelanos em Dourados (MS). No entanto, iniciamos a dissertação chamando atenção para o fenômeno migratório mundial, que em absoluto se restringe ao período contemporâneo, havendo vastos registros de deslocamentos de pessoas de um território a outro, por circunstâncias específicas e em diferentes momentos históricos.

Os números envoltos da migração mundial atingem cifras monumentais. São quase trezentos milhões de pessoas que por variadas razões deixam o solo pátrio, os seus lugares de vivência, motivados por esperanças e aspirações de melhor qualidade de vida para si e para os seus. Sem contar os que se veem obrigados a deixar seu país, como é o caso dos refugiados. E assim se vão a deslocar para terras distantes, outras paragens e paisagens (ONU/Nações Unidas – Brasil, 2019).

Vimos que praticamente dois terços do fluxo migratório mundial têm sua origem em países mais pobres e destino aos países de maior prosperidade econômica e social, forte indício de que as motivações que impulsionam as migrações, em grande medida, têm raízes socioeconômicas. Isto posto, pode se afirmar ainda que a migração mundial possui um “rosto” fortemente delineado de trabalhadores e pobres em geral.

É que o atual estágio do capitalismo mundial, em seu padrão neoliberal, impõe sua lógica de acumulação em meio a sofisticados dispositivos, impactando fortemente a vida social de milhões de pessoas em escala planetária, atingindo de forma mais intensa grupos populares que sobrevivem da sua força de trabalho em países periféricos.

[...] a partir da década de 1980 o capital começa a conquistar novos mercados e a introduzir novas matérias primas através de blocos econômicos. Impõe privatizações, fusões de mega-empresas, movimentação eletrônica do dinheiro sob a forma especulativa, globalização do consumismo, restrição aos direitos trabalhistas, terceirização no processo produtivo (ZAMBERLAM *et al.*, 2009, p. 15).

A esse respeito, para o economista brasileiro Marcio Pochmann, a intensificação do fluxo nas migrações internacionais não contribuiu, no entanto, para um avanço na igualdade de oportunidades para imigrantes dos países periféricos, como se propôs em posteriores encontros das agências multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. Desenvolveu-se, sim, a liberdade dos mercados mundiais circunscrita às necessidades da acumulação capitalista, sem contemplar a mobilidade sociolaboral (POCHMANN, 2003).

Afirmamos que parte significativa das migrações internacionais se dá em decorrência da lógica própria do modelo capitalista que impera mundialmente, como um espelho das assimetrias das relações socioeconômicas vigentes em nível planetário, fruto das contradições das relações internacionais e da divisão internacional do trabalho imposta pelos países centrais do capitalismo em seu projeto de globalização neoliberal.

No sistema hegemônico atual, o desemprego, o subemprego e as crises são facetas estruturais que “empurram” massas de pessoas a se deslocarem, fundamentalmente em busca de trabalho e sobrevivência. Sobre a lógica do progresso econômico e do desenvolvimento social impera a máxima do lucro, onde todos os bens, objetos e valores são passíveis de negociação, assim como o são as pessoas e até os seus órgãos, a educação, a sexualidade e, inevitavelmente, os migrantes (MARINUCCI, *et al.*, 2011, p. 54).

Também para Ricardo Antunes o capitalismo assumiu atualmente a sua forma mais perversa, e o trabalho imigrante é a expressão mais visível da precarização estrutural do trabalho em escala global, onde o metabolismo antissocial do capitalismo assumiu formas destrutivas em relação à humanidade. Ele somente pode expandir e desenvolver, em termos capitalista, destruindo aos milhões a força humana de trabalho, a natureza, ampliando as desigualdades e acentuando os traços de intolerância, de racismo, de xenofobia, entre outros. Este cenário, com a manutenção desta lógica capitalista, é praticamente irreversível, tendendo a intensificação do trabalho informal, intermitente, terceirizado, ou seja, profundamente precarizado, tendo como alvo prioritário os imigrantes, pois, são os mais vulneráveis a superexploração (ANTUNES, 2021).

Ao nos propormos abordar os anos da grande crise na Venezuela, que é, ao nosso ver, o principal propulsor da abissal migração, buscamos considerar as variantes próprias de países latino-americanos, as especificidades de cada país, para correlacioná-las com o contexto mundial na qual crises e instabilidades são inerentes e estão concretamente inseridas. Para tanto, abordamos os fenômenos como resultantes de processos históricos, particularmente nas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, que se manifestam de modo multiescalar: em níveis local, regional e global.

Se anteriormente, a organização do espaço se modificava de forma lenta, articulada com os fatores naturais que marcavam as formas de produção da escala da vida, com limites fixos e circunscritas ao lugar, a introdução e complexificação dos dinamismos de uma sociedade técnico-científica informacional vão imprimir uma aceleração e novas dimensões escalares a uma sociedade global, demandando da escala a busca pela apreensão desta complexidade (SILVEIRA, 2004, *apud.* BALDASSARINI, 2022).

Consoante ao que abordamos nos dois primeiros capítulos, a Venezuela pôde ser caracterizada ao longo do século XIX como um país com uma economia agrária-exportadora e uma sociedade muito pobre. Isso posto, já no início dos anos 20 do século passado tornou-se o segundo maior produtor mundial de petróleo. Tal transformação se deveu em grande medida à mudança do padrão energético mundial, período em que o petróleo se consolidou como a principal fonte de energia requisitada, em substituição ao carvão. A busca do “ouro negro” estimulou as perfurações de poços e ampliação da exploração em atendimento à demanda crescente dos mercados centrais: Europa e Estados Unidos.

Com efeito, a Venezuela passou por uma metamorfose econômica, saindo de trajetória assemelhada à de seus vizinhos latino-americanos – agrário-exportadores, governados por elites latifundiárias – para se transformar em uma das principais produtoras de petróleo do mundo (PEDROSO, 2020, p. 10).

A produção de petróleo na Venezuela passou por um *boom* após a ditadura de Gómez, saltando de 63 milhões de barris, em 1927, para 323 milhões, em 1945. O domínio do petróleo sobre a economia se deu de maneira tão rápida, violenta e em um momento tão crítico para o setor agroexportador – a crise de 1929 havia sido um duro golpe para os produtores de café venezuelanos – que as atividades agrícolas praticamente desapareceram, fazendo com que desde essa época o país se tornasse sujeito à uma grande vulnerabilidade alimentar (EWELL, 1991, *apud.* PEDROSO, 2020, p. 11, grifos nossos).

Não obstante a imensa riqueza existente em território venezuelano, os negócios relacionados com os derivados do petróleo tenderam a favorecer os países europeus e os Estados Unidos da América, em detrimento da prosperidade da sociedade em geral. É que as empresas exploradoras de petróleo, multinacionais, pagavam apenas 15% de imposto pela prospecção ao governo da Venezuela. Assim, mesmo o país já tendo alcançado um patamar extraordinário produção de petróleo a renda da exploração era concentrada internamente e principalmente drenada para fora do país.

Afora esta particularidade da base produtiva da Venezuela, no mais, o país seguiu trajetória muito semelhante à dos demais países latino-americanos pós-independência. Sofria constantes intromissões e ataques à soberania interna por parte de ações governamentais, ou terceirizadas, dos Estados Unidos e de países europeus. Constituiu-se, pois, uma elite que combinava submissão e entreguismo, especialmente aos ditames norte-americanos. Fora a voracidade em controlar a máquina do Estado, colocando-o a serviço dos seus interesses.

Associada ao grande capital internacional, a elite venezuelana desenvolveu ao longo de décadas uma política que, ao fim ao cabo, permitiu que parte considerável dos recursos petrolíferos fosse canalizado para estes setores econômicos, e outra parte dessas riquezas fosse capturada por segmentos minoritários da sociedade. A resultante deste processo histórico foi a construção de uma Venezuela assentada em uma das mais brutais concentrações de renda e riquezas, com poder político concentrado por agentes ligados a essa lógica, derivando daí incontáveis e gravíssimas mazelas sociais.

Para tanto, lançou-se mão de incontáveis golpes de Estado, seguido de repressões, ataques às liberdades democráticas e aos direitos de amplas parcelas da população. Delineou-se, em suma, um processo histórico onde as instabilidades econômicas e políticas foram predominantes, gerando um ambiente fértil para golpismo de toda natureza.

Pudemos conferir que a base produtiva da Venezuela ainda hoje é pouca diversificada e de alta dependência do setor petrolífero. O que é grave, pois sempre deixou o país submetido à lógica do mercado internacional do petróleo, dependente de exportação dessa *commodity*, submetido às instabilidades típicas de tal ancoradouro econômico. Soma-se ainda o fato que o acelerado processo de urbanização da Venezuela se deu concomitantemente à intensa destruição da agricultura no país.

Acompanhamos Martínez Daza quando avalia ser resultado deste fenômeno o da conversão dos grandes proprietários de terra (latifundiários) em importadores, banqueiros, comerciantes ou empresários da construção civil. Por seu turno, o campesinato não teve

alternativa, senão migrar para as cidades, passando a compor a população urbana, transformando-se em mão de obra barata, com a produção agrícola doméstica desabando vertiginosamente. Citado por Carolina Pedroso, Martínez Daza arremata: “[...] especulação e corrupção, especulação e importação eram as leis desse capitalismo rentista” (DAZA, 2013, *apud*. PEDROSO, 2020, p. 11-12).

É igualmente relevante destacar que durante esse percurso histórico algumas iniciativas foram apresentadas visando tratar e superar as graves lacunas na economia venezuelana, iniciativas que, no entanto, por diversas razões, se revelaram ineficazes ou insuficientes. Das razões mais relevantes, sem dúvida se deve considerar as resistências e oposição da elite econômica venezuelana. Como a que se fez presenciar no ano de 1944, quando o governo de Isaías Medina Angarita tentou adotar medidas para ampliar a industrialização em substituição às importações, mas foi destituído por intermédio das lideranças opositoras, entre elas nada menos que a direção da poderosa *Fedecámaras – Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela*.

Se é, pois, correto assegurar que a elite venezuelana historicamente tem construído um projeto de país para poucos, excluindo a maioria da população, é igualmente correto considerar ser traço forte da constituição histórica desta nação as lutas de resistências travadas pelos movimentos sociais, populares e democráticos.

A Venezuela é um país caribenho, marcado por lutas de resistência promovidas por sindicatos, movimentos estudantis e populares diversos, e também por organizações partidárias de esquerda e/ou populares que atuaram tanto na legalidade quanto na clandestinidade, a depender da contingência política. Na medida em que registros partidários eram cassados pelos governos autoritários, parcelas destes militantes principiaram como último recurso, formar grupos armados e encetar guerrilhas de atuação urbana, especialmente nos morros da grande Caracas.

Outra característica marcante da Venezuela é a da constituição de cidades circundadas por favelas de consideráveis dimensões, onde o desemprego, a informalidade, o subemprego não são exceções. Quando há ausência do Estado, experiência comum em várias regiões do planeta, a violência é quem campeia múltiplos territórios, protagonizadas por grupos criminosos conectados por ramificações, inclusive com o narcotráfico. Soma-se também, a violência exercida por agentes do aparato de segurança do Estado.

Conforme Ciccariello-Maher este “caldo” de escassez das mais básicas necessidades, frente a regimes autoritários, excludentes e corruptos, impeliram parcelas dos setores

populares a constituírem igualmente, organizações de auto-gestão de seus territórios. Para ele, as favelas criaram associações e depois assembleias espontâneas e organizações populares de autodefesa nos anos de 1980 e 90, principalmente após o Caracazo. Elas começaram então a governar e defender suas próprias comunidades – seus próprios territórios (MAHER, 2020, p. 23).

Segundo Maher este processo de criação de associações e assembleias populares nas favelas do país se consolidou em organizações intituladas inicialmente de “Conselhos Comunais”, responsáveis por dar base e energia para a consolidação das denominadas “Comunas”, presentes em várias regiões urbanas do país, mas também em áreas rurais. Prossegue: “existem na Venezuela atualmente, cerca de 45 mil conselhos comunais, muitos dos quais foram incorporados pelas, agora, mais de 1.500 comunas” (MAHER, 2020, p. 31).

Foi inserido neste polarizado cenário que surgiu o chavismo – de um lado os setores tradicionais, com graduações que vão de conservadores a reacionários, com forte peso econômico e político; de outro, os setores populares, sendo parte deles detentores de vigorosa organização de base e resistência popular. Não seria inclusive exagero sustentar, que a polarização ideológica foi, e ainda é, responsável em grande medida pela sua sustentação dos governos chavistas.

Em outras palavras, o chavismo é resultado de uma progressiva ampliação da organização de base popular, das mobilizações contra a carestia, a pobreza e a exclusão socioeconômica; e a violência decorrente de tal enfrentamento se deu em meio às mobilizações contestadoras às políticas de orientação neoliberal impostas pelos mecanismos de controle dos governos nacionais. Orientações provenientes em especial do Fundo Monetário Internacional (FMI), dos propalados ajustes fiscais, que a cada “novo pacote” de exigências, resultaram em mais sacrifícios ao povo e perda de qualidade de vida (ALTMAN, 2016).

A vitória de Chávez em 1999 foi assim decorrência de reação ao agudo desgaste entre este modelo patrocinador de um capitalismo rentista. Um modelo que deu forma a um Estado dependente e que em boa parte do século passado agiu como facilitador da entrada de empresas estrangeiras no país, solidificando a hegemonia de uma burguesia vinculada ao Estado e à estatal petroleira da Venezuela (PDVSA). Por seu turno, ignorou por completo as demandas populares por mais direitos sociais, políticos e econômicos.

O *Pacto de Punto Fijo*, caracterizado como um acordo intraburguês, que antecedeu a primeira eleição de Chávez, pode-se afirmar, que foi a expressão mais acabada dos acordos

políticos realizados pelo alto, de uma burguesia preocupada estritamente com a garantia de altas taxas de lucratividade, à custa do trabalho e dos ganhos da extração do petróleo. As crises capitalistas dos anos de 1980 e 1990 e a adoção de políticas neoliberais acabaram por destruir a frágil base social do *puntofujismo*, resultando no maior movimento venezuelano de insurreição popular do século XX, o *Caracazo* de 1989, quando a população tomou as ruas de diversas cidades do país, promoveu saques e reivindicou o fim das políticas neoliberais no país (SALGADO, 2019, p. 41).

Foi neste contexto de profunda crise institucional, econômica e política, em um país polarizado social e politicamente, que se deu a eleição de Hugo Chávez em 1988, se tornando, a partir de então, um ator político importante. Especialmente quando este passou a dialogar mais diretamente com setores até então excluídos pelos partidos representantes das classes sociais dominantes.

E já no primeiro período de seu governo, Chávez chamou uma nova constituinte ao país, reafirmando a promessa de campanha de refundação da República. Com a nova Constituição (a bolivariana) foi possível enfrentar os principais fundamentos que mantinham as estruturas de privilégios no país. A partir daí o presidente eleito foi ostensivamente atacado pelos segmentos oposicionistas, dos setores privados controladores da economia até os que de há muito estavam encrostados na máquina pública, especialmente os inseridos na burocracia estatal petroleira.

Medidas audaciosas foram implementadas pelo governo Hugo Chávez, destacando a estatização de bancos, a ampliação da presença do Estado no setor petroleiro, a aprovação da lei de hidrocarbonetos (que instituiu a propriedade da República sobre as jazidas de petróleo), a lei de terras (que penalizou as propriedades ociosas e improdutivas, ao sujeitá-las à expropriação ou taxaço, favorecendo as pequenas e médias propriedades) e a lei de pesca (que promoveu a pesca artesanal em detrimento da pesca industrial), todas elas provocando a ira da oposição. Apesar dos reconhecidos esforços governamentais de Hugo Chávez, tais medidas revelaram-se insuficientes para alterar a base estruturante da sociedade e da economia venezuelana, especialmente no quesito de fazer diminuir consistentemente sua dependência quanto ao petróleo.

A economia venezuelana ainda é ultra dependente do petróleo e seus derivados. Comprova tal assertiva o fato de 50% das necessidades básicas de consumo da população venezuelana continuarem atendidas por importações (em 2013), e também de o setor financeiro bancário, mesmo com a estatização do banco Santander, contraditoriamente ter

aumentado sua participação no conjunto da economia, deixando o governo bastante vulnerável junto a estas frações do grande capital. Os registros demonstraram que estimável parte do orçamento do Estado foram carregados as empresas importadoras monopolistas deste setor.

Por mais que o contexto político e a correlação de forças no período tenham sido avaliados como desfavoráveis, o fato é que os governos chavistas ao não intervirem de modo estrutural, especialmente junto ao comércio exterior, possibilitou a estes setores do capital se posicionarem ativamente na economia, operando nas mediações dos estoques reguladores dos produtos importados. E é em função disto que conseguiram produzir grande desgaste ao governo, quando dos primeiros sinais de desaparecimento de alguns itens básicos de consumo nas prateleiras e gôndolas de supermercados.

De posse de relevantes aparatos de poder, como redes de comunicação de massa (televisiva, radiofônica, escrita e nas principais plataformas de redes de internet) mantém de modo sistemático, forte oposição aos governos, produzindo crises de toda natureza. Mas pelo contrário, recebem dos governos de países centrais do capitalismo mundial, todo apoio e proteção, pois, se colocam enquanto instrumentos a serviço das políticas, dos planos e ações de enfrentamentos, e sabotagens aos governos locais não alinhados.

Seus ataques e cerco aos governos populares passaram a ser cada vez mais carregados de requintes de crueldade. Visando intensificar o desgaste e aguçar a ira do povo contra o governo “bolivariano”, aplicaram de modo frio e calculista medidas que agudizaram ainda mais o sofrimento do povo. Atuaram na elevação da inflação, na queda do poder de compra dos salários, no desabastecimento de produtos básicos e na escassez de alimentos. Tais turbulências econômicas, políticas e sociais acirraram a pobreza e a fome no país.

Tivemos a oportunidade de no segundo capítulo assinalar que os governos chavistas também tiveram sua parcela de responsabilidade para com a crise contemporânea da Venezuela. Todavia, diferentemente do que se propagandearam amplas parcelas da mídia tradicional, os erros, a nosso ver, devem ser refletidos naquele contexto de intensa disputa política e social contra uma direita extremada e diante da forte pressão internacional, do “cerco” representado pelo embarco econômico imposto à Venezuela.

Foi diante desse complexo e tenso contexto político e social, adicionado às deficiências estruturais do país, que o mergulharam em profunda crise, que impulsionou a migração de mais de sete milhões de venezuelanos (PLATAFORMA R4V, 2022), parcela deste montante tendo o Brasil como destino.

A partir da estrutura denominada de *Operação Acolhida*, instalada na região Norte do Brasil para atender à demanda migratória, o município de Dourados, por seu perfil agroindustrial (contando com grandes empresas do ramo alimentício do segmento agropecuário), se destacou por receber significativo contingente de imigrantes venezuelanos, transformando-se no quarto município que mais os acolheu, segundo os dados da ACNUR (nov. de 2022).

Quando observarmos os números referentes a estratégia de interiorização em Dourados, (no capítulo terceiro), desde final do ano de 2018 até os últimos meses de 2022, pudemos verificar que o ano de 2019, representou para o período considerado nada mesmo que 46% de todos os imigrantes venezuelanos abrigados em Dourados; e que os grupos de imigrantes chegaram em sua maioria com *vaga de empregos sinalizada* (nomenclatura dada à modalidade), especialmente junto à empresa *Seara Alimentos*, do grupo *JBS*, que frequentemente anuncia na mídia local e até mesmo via carros de som ambulantes ter empregos disponíveis.

Registros disponíveis revelam que já havia em 2018 a presença de imigrantes venezuelanos em Dourados, embora em menor número. Foram esses imigrantes, por iniciativa própria, que se comunicaram com seus parentes e amigos provisoriamente instalados na região Norte (em Pacaraima, estado de Roraima, para ser mais preciso), informando-os sobre eventuais vagas de empregos disponíveis em Dourados, estimulando-os a se deslocarem a este município.

Pudemos no terceiro capítulo apostar em uma “confluência de variantes”: a disponibilidade de vagas de emprego na *Seara Alimentos*, resultado em alguma medida da alta rotatividade, pelo fato de os trabalhadores locais considerarem tais postos de trabalho pouco atrativos; um número significativo de imigrantes precarizados, com urgentes necessidades de alguma forma de ocupação que resultasse em renda, mesmo que mínima; um ativismo em redes sociais entre os imigrantes já estabelecidos em Dourados com seus parentes e amigos venezuelanos, encorajando-os a se deslocarem ao município, sob o argumento de haver empregos disponíveis; e uma presença de uma estrutura organizativa, a *Operação Acolhida*, voltada à assistir à interiorização, construindo para tanto as condições estruturais e organizativas para viabilizar os deslocamentos de consideráveis coletivos de imigrantes.

Vimos ainda no terceiro capítulo que a variante *emprego* (renda) é sempre fator relevante nos processos de migração, tanto externos ou internos de um país. Quando nos debruçamos sobre os dados atuais a respeito da estratégia de interiorização da *Operação*

Acolhida, constatamos que os estados do Sul (pela ordem decrescente: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) foram os que mais receberam imigrantes venezuelanos. Somente Santa Catarina recebera em média 18% dos imigrantes acolhidos com *vagas de empregos sinalizadas*, enquanto que a média nacional fora de 9% (Cf. ACNUR, 2022).

Especificadamente sobre a presença dos imigrantes venezuelanos em Dourados, concluímos no capítulo três que sua distribuição espacial no perímetro urbano se deu, podemos dizer, de “modo espreado” por diversos bairros populares, embora com marcante concentração nas regiões situadas nas partes leste, sudeste e nordeste da cidade. Ao nosso ver, as razões preponderantes que explicariam essa concentração espacial, além de corresponder com itens que influem no custo de vida (aluguéis mais módicos em bairros populares), dizem respeito à proximidade geográfica dos locais de trabalho, ou de expectativa de empregos em futuro próximo. Isso ainda recebe aporte da estratégia de interiorização, principal responsável pelo acolhimento de parcela substancial dos imigrantes venezuelanos no município.

Em relação a situação laboral dos imigrantes, também abordado no terceiro capítulo, os dados trabalhados pelo pesquisador Souza Júnior revelam que 53% (mais da metade) ainda encontravam desempregados; que 26% declararam extrair algum rendimento atuando na informalidade; e que apenas 21% declaram estar empregados formalmente (SOUZA JÚNIOR, 2022, p. 104).

De fato, um cenário preocupante, ainda mais se considerarmos que o imigrante tem maiores possibilidades de se tornar vítima de ocupações laborais mais extenuantes, dada sua condição de vulnerabilidade. Isso se agrava quando observado os imigrantes desempregados ou com alguma forma de ocupação laboral informal e precarizada. A angústia de prover a todo custo suas necessidades mais básicas e urgentes gera um grau de fragilidade ainda maior quanto a única alternativa que o indivíduo parece ter diante de si é a da submissão à superexploração laboral.

Ecoo novamente as avaliações de Souza Júnior (2022), quando de sua crítica à frágil ou até mesmo inexistente articulação e sintonia entre os governos federal, estadual e municipal quanto à elaboração de políticas públicas que atendam à agenda migratória. Certamente que os desafios que se apresentam para melhor acolhimento e integração dos imigrantes em Dourados seriam respondidos de forma mais exitosa caso houvesse melhor articulação entre os governos.

Quando examinamos o relatório Migracidades (2020), voltado a diagnosticar o nível de governança da gestão local em relação às políticas migratórias, identificamos uma série de

propostas elaboradas, em um esforço intelectual louvável por parte alguns agentes públicos municipais, ou de setor específico da administração local. Não obstante, fica a dúvida se, tomado em seu conjunto, a Prefeitura de Dourados está empenhada e comprometida com o documento elaborado, em executar as propostas nele contidas para enfrentar o tema da imigração.

Conseguimos realizar duas entrevistas que consideramos bastante positivas quanto a orientar sobre a complexidade do fenômeno migratório em Dourados. Delas nos servimos na composição do capítulo três. Por se tratar de agentes sociais diretamente envolvidos com o acolhimento dos venezuelanos na cidade, as informações e opiniões apresentadas são valorosas para a elaboração da problemática.

Tanto a representante da entidade *Vida e Missão* quanto os agentes da *Cáritas* que concederam entrevistas apresentaram pontos de vista bastante convergentes. Quando se tratou das principais dificuldades que os imigrantes estariam a enfrentar desde a chegada em Dourados, foram uníssonos em apontar o problema da comunicação, pela diferença de idioma. Também quanto à documentação, emprego e moradia sempre foram algumas das demandas mais destacadas pelos entrevistados.

Também no último capítulo procuramos abordar os problemas relacionados com o desemprego, com a informalidade e com a natureza dos empregos oferecidos pelas indústrias do setor alimentício. Foram relevantes as reclamações a respeito de tais empregos expressas pelos imigrantes que responderam ao formulário especialmente elaborado por esta pesquisa para colher suas impressões. Sendo assim, quanto à *distribuição espacial do imigrante*, enfatizaram que definiram seu local de moradia em função do valor de aluguel mais compatível com sua renda. O que é natural para aqueles que vieram pela modalidade *vaga de emprego sinalizada* por empresas do município, considerando neste caso também relevante o quesito *proximidade do trabalho*, por comodidade e por diminuir custos com transporte e com o tempo de deslocamento até a empresa empregadora.

Quanto ao nível de envolvimento de pessoas, agentes, entidades e órgãos públicos no acolhimento dos imigrantes venezuelanos, afirmaram os entrevistados que a gestão municipal foi bastante ausente nos primeiros anos, quando a estratégia de interiorização foi relevante em Dourados (o ápice foi em 2019). Por outro lado, iniciativas individuais, de entidades religiosas, de universidades públicas, entre outras organizações, participaram ativamente, formando uma vigorosa rede de solidariedade, sendo tais ações imprescindíveis ao acolhimento dos imigrantes.

Embora se tenha revelado nas iniciativas de acolhimento um importante espírito de solidariedade presente na sociedade douradense, também ocorreram episódios de manifestas resistências ao acolhimento, de discriminações e até mesmos sentimentos repulsivos relacionados com atitudes xenofóbicas. Mesmo tendo estas atitudes últimas ocorridas apenas pontualmente, estarrecem os relatos de cartas anônimas com ameaças às coordenadoras da entidade *Vida e Missão*, exigindo imediato cessar de suas ações acolhedoras e de assistência aos imigrantes venezuelanos.

Em relação às entrevistas realizadas com os imigrantes, tabulada e posta em análise no terceiro capítulo, em linha geral reafirmam-se motivações, expectativas e um perfil de imigrantes venezuelanos similares ao estudado em escala nacional. Há apenas algumas nuances peculiares à experiência douradense.

As informações prestadas nas respostas tenderam convergir como as impressões das lideranças entrevistadas nas ações de acolhimento (Fátima Ishi de Matos, Edraudino Pereira Lúcio e Odair Laercio de Lima). Confirmaram, por exemplo, que as principais razões que os motivaram migrar da Venezuela foram o desemprego alto, a inflação aguda (pelo alto preço da alimentação, principalmente), a remuneração insuficiente para suprir suas necessidades básicas, a escassez de alimentos, a fome. Em outras palavras, a crise econômica é o principal “motor” a impulsionar a emigração da Venezuela, e tamanha é sua intensidade que ultrapassa limites do tolerável, ganhando dimensão de crise social e humanitária.

O grupo que respondeu ao questionário é majoritariamente construído de mulheres (57% do total); de uma ampla maioria declarante possuir ensino médio (71%) e que se encontra na faixa etária considerada produtiva. A quase totalidade dos respondentes alega ter ingressado em Dourados após de uma primeira passagem pela região Norte do Brasil, certamente sob mediação da *Operação acolhida*. Afirmou-se eleger Dourados como destino, especialmente após considerar conselhos de familiares, e em parcela menor, de amigos. Por fim, declararam estarem residindo em grupos de até seis pessoas, na maioria em formação familiar.

Já no que diz respeito ao quesito *ocupação laboral*, chamamos atenção para o considerável percentual de imigrantes *trabalhando* em condição formal. Tal percentual é superior à média registrada no cadastro disponibilizado pela prefeitura (este cadastro muito mais completo). No entanto, um número significativo declarou já ter sofrido com transgressão nos direitos trabalhistas; não poucos consideraram a natureza do trabalho extenuante, com remuneração baixa em relação ao custo de vida básico. Panorama que parece confirmar

Antunes (2021), quando se refere aos imigrantes como a expressão mais visível da precarização do trabalho em escala global, sendo alvos prioritários do capital na medida em que são os mais vulneráveis à superexploração.

Cada vez mais se pode deparar com presença de imigrantes venezuelanos, na condição de pedintes, parados em cruzamentos das avenidas da região central, onde estão instalados semáforos. E não é exceção a presença de grupos, em famílias inteiras acompanhando, portando cartazes que os identifiquem como venezuelanos e solicitando ajuda em dinheiro ou alimentos. É sem dúvida algo que preocupa em muito os segmentos e organizações sociais comprometidas e envolvidas com a acolhida e a qualidade de vida daqueles que deixaram o seu país, justamente pelo desemprego, pela escassez e fome, e após um destino alcançado, ter que defrontar-se com mazelas similares que motivaram o seu deslocamento.

Problematização exposta a olhos vistos, parece-nos razoável que os agentes públicos de Dourados, integrantes de todas as esferas (local, regional e federal), passassem a considerar seriamente a presença massiva dos venezuelanos na cidade, superando o atual modelo de planejamento que está a serviço da construção de uma cidade segregadora socialmente. Desenvolvam, a partir de então, uma agenda séria com ações e políticas públicas emergenciais, fruto de outro modelo de planejamento comprometido com a construção de uma cidade, que tem como base a vida real, concreta, garantidora de direitos e que enfrente as desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais (Rodrigues, Arlete, 2007).

Mas a tarefa não se restringe às ações das instituições públicas, ela o é do conjunto da sociedade, incluindo os setores privados empresariais, que precisam se responsabilizar com as pautas coletivas da municipalidade. Cabe à Prefeitura, pela legitimidade da soberania popular, articular os variados segmentos para conjuntamente intervir com medidas capazes de integrar de fato os imigrantes à sociedade, mitigando com isso a situação de vulnerabilidade social.

Finalmente, é mister enfatizar que a crise na Venezuela é profunda e atinge violentamente a vida de milhões de seus concidadãos. Parte significativa destes (mais de sete milhões) foi forçada a deixar o solo pátrio pelas razões já abordadas, que insistimos enfatizar. Mesmo compreendendo que parte das críticas ao governo Maduro (sucessor de Chávez) seja plausível, não se deve deixar de considerar que mesmo em meio aos tempos tão difíceis, as forças chavistas permanecerem comandando o Governo Central daquele país. Sinal talvez que a oposição ultraliberal não apresente um projeto nacional alternativo que venha ao encontro dos anseios e necessidades populares daqueles que permaneceram em solo venezuelano (da maioria).

As avaliações e opiniões a respeito do complexo processo histórico, social e político venezuelano são diversas e bastantes polêmicas. Em que pese reconhecermos equívocos e excessos na trajetória das forças chavistas, não nos associamos às narrativas que rotulam os governos chavistas como ditatoriais ou antidemocráticos. Aliás, desde 1998, quando ocorreu a primeira eleição de Hugo Chávez, já se somam mais de 23 consultas universais, entre eleições e referendos (inclusive parte deles revogatórios) na República Bolivariana de Venezuela.

Inversamente ao posicionamento dos opositores do chavismo, no mais das vezes restrito a acusações quanto ao processo eleitoral da Venezuela ser fraudulento, mesmo sem nenhuma comprovação factual. Atribuem ainda ao fator militar e a uma maioria na Suprema Corte anteparos garantidores da permanência dos governos chavistas. Mesmo reconhecendo a importância de uma maioria alinhada com a chamada experiência bolivariana no meio militar e uma maioria na Suprema Corte, não se pode negligenciar o papel de vigorosas organizações populares (por meio dos inúmeros conselhos e as chamadas comunas), organizações que sob espectro ideológico, parte delas, perfila à esquerda do chavismo. Mesmo com todas as contradições que se expressam, talvez, este seja o fator mais importante de sustentação social, ideológica e política do chavismo.

Diante das limitações desta pesquisa de dissertação (especialmente quanto ao tempo), esperamos que este esforço estimule outras mais a aprofundarem estudos sobre o tema Venezuela e seus migrantes. Que venham mais estudos que aprofundem o processo de integração dos povos latinos americanos, a começar pelo desafio de acolher os imigrantes e integrá-los em plenitude na sociedade destinatária. Investigações que possam contribuir e dar materialidade à construção da “Pátria Grande” Latina americana.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Relatório global do ACNUR revela deslocamento forçado de 1% da humanidade. Disponível em <https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/>. Acesso em: 15 de out. de 2022.
- AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Organização das Nações Unidas, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 11 de ago. de 2019.
- ALTMAN, Max. *Venezuela*. Coleção Nossa América Nuestra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. Conferência - III edição do Fórum Internacional Fronteiras Cruzadas. - A precarização estrutural do trabalho: o exemplo do trabalho imigrante, com Ricardo Antunes (10/02/2021). Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/conferencia-a-precarizacao-estrutural-do-trabalho-o-exemplo-do-trabalho-imigrante-com-ricardo-antunes/>. Acesso em: 29 de mar. de 2021.
- APERTURA VENEZUELA. *28 años de El Caracazo por @centrogumilla* (28-fev-2017). Disponível em: <http://aperturaven.blogspot.com/2017/02/28-anos-de-el-caracazo-por-centrogumilla.html>. Acesso 01-fev-2020.
- ARAÚJO, Vinicius. *Dourados Venezuelana*. Chegada de venezuelanos independentes traz alerta para 'caos social' em Dourados (12-ago-2019). Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/dourados/dourados-venezuelana-cidade-foi-a-que-mais-recebeu-refugiados-no/1110031/> (acesso em 14 de dez. de 2019).
- BACHELET, Michelle. Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2019). In: *UN News: Venezuela, Bachelet calls on Government to release prisoners, appeals for 'bold steps towards compromise'* Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/06/1041091>. Acesso em: 20 de set. de 2019.
- BALDASSARINI, Jéssica de Souza. Perspectivas multiescalares na relação sociedade-natureza: um ensaio sobre seus desafios teórico-metodológicos. In: *Caminhos de Geografia*. Uberlândia-MG v. 23, n. 88, p. 220–234, ago./2022.
- BARROS, Pedro S. *Governo Chávez e desenvolvimento econômico: a política econômica em processo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-06-21-T10:47:57Z3594/Publico/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf. Acesso em: 20/01/2009.
- BETANCOURT, Rómulo. *Venezuela: política y petróleo*. Barcelona: Seix Barral, 1979. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70021/000875288.pdf;sequence=1> Acesso em 07 de nov. de 2022.
- BUITRAGO, Deisy. *Produção de petróleo na Venezuela chega a 1 milhão de barris por dia, diz ministro*. (CNN Brasil, 26 de dez. de 2021). Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/producao-de-petroleo-na-venezuela-chega-a-1-milhao-de-barris-por-dia-diz-ministro/> Acesso em: 5 de abr. de 2022.

- CANO, Wilson. Venezuela: limites para uma nova política econômica. *Economia e sociedade*. Campinas, jan-jul 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643089/10641>. Acesso em: 1 de nov. de 2019.
- CARDOSO, Carolina Mirabeli Sanches Leite; CABREIRA, Marcia. Imigração e o trabalho como condição para uma vida mais digna ou indigna? *Revista, Direitos, Trabalho e Política Social*, v. 3, n. 5, jul-dez 2017.
- CARMO, Corival Alves do. Cooperação Brasil-Venezuela: caminhos institucionais (2017). In: *Anais do V Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD)*, p. 2-24. Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/050.pdf. Acesso em: 18 de jul. de 2018.
- CAVALCANTI, Leonardo *et al.* Refúgio em Números (6ª Edição). Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>> Acesso em nov. de 2022.
- CAVALCANTI, Leonardo. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Características e tendências. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. América Latina e Caribe. *Taxa de crescimento do PIB em 2020 e projeções para 2021 e 2022*. Tabela disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/portugues_tabla_pibs_america_latina_y_el_caribe_8jul.pdf Acesso em: 7 de jun. de 2020.
- CLARAMUNT, Adela. Transformaciones globales em el contexto del capitalismo financierizado, reestructuración productiva e impactos sobre la clase que vive de la venta de su fuerza de trabajo. In. CASAS, Alejandro (Org.). *Sujetos colectivos populares, mundo del trabajo y territorios: estudios em el Uruguay progresista*. Cuaderno de Investigaciones, nº 2. Montevideo, 2019. p. 46 - 68.
- CLÍMACO, Caio. Do Neoliberalismo ao Chavismo: 29 anos do Caracazo na Venezuela. Site: *Ópera Mundi* (08 de março de 2018). Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/48981/do-neoliberalismo-ao-chavismo-29-anos-do-caracazo-na-venezuela>. Acesso em: 20 de set. de 2019.
- CURCIO, Pasqualina Curcio. Ataque exponencialmente criminal. *Últimas Notícias* (19 de abril de 2020). Disponível em: <https://ultimasnoticias.com.ve/noticias/especial-coronavirus/abrebrecha-ataque-exponencialmente-criminal/>. Acesso: 07 de jan. de 2022.
- CURCIO, Pasqualina Curcio. Desabastecimento e Inflação na Venezuela. *Revista de Estudos & pesquisa sobre as Américas*. v. 12 n. 2 (2018), trad. Rita Matos Coitinho e Raphael Lana Seabra. ISSN: 1984-1639 <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16000>
- DANTAS, Ailton Claécio Lopes. *O discurso de Hugo Chávez como instrumento articulador de uma unidade Latino-Americana*. 2012. 349f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza.
- DANTAS, Sylvia. *Migração e interculturalidade nos tempos atuais*. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, 2019). Disponível em:

<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/releases/item/4149-migracao-e-interculturalidade-nos-tempos-atuais>. Acesso: 13 de ago. de 2021.

ENCOVI - Encuesta Nacional de Condiciones de Vida. *El perfil de la emigración venezolana reciente. Dejan el país por búsqueda de trabajo y reagrupación familiar*, Instituto de investigaciones Económicas y Sociales (IIES) – 2019/20, p. 9. Disponível em:

<https://www.proyectoencovi.com/informe-interactivo-2019>. Acesso: 5 de nov. de 2022.

ÉPOCA-NEGÓCIOS-GLOBO – El País. *Inflação na Venezuela atingiu 686,4% em 2021, diz Banco Central* (8 de jan. de 2022). Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2022/01/inflacao-na-venezuela-atingiu-6864-em-2021-diz-banco-central.html>. Acesso: 21 de jun. de 2022.

ESTANISLAU, Lucas. Retrospectiva de um presidente autoproclamado: relembre as polêmicas envolvendo Juan Guaidó. *Ópera Mundi*, 03 de jan. de 2021. Disponível em:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/67867/retrospectiva-de-um-presidente-autoproclamado-relembre-as-polemicas-envolvendo-juan-guaido>. Acesso: 01 de set. de 2021.

FALERO, Alfredo. Formas de dominación y conflictos en trabajo y territorio: una introducción a la situación contemporánea en América Latina. Alejandro Casas (Org.). *Sujetos colectivos populares, mundo del trabajo y territorios: estudios en el Uruguay progresista*. Cuaderno de Investigaciones nº 2. Montevideo, 2019. (pp. 46 – 68).

FORMULÁRIOS com questionário a imigrantes venezuelanos interiorizados em Dourados-MS, 23 respostas consideradas para tabulação e análise – seção anexo - [mar. a nov.- 2022].

G1-GLOBO, por BBC News. *Crise na Venezuela: o que há por trás da queda vertiginosa das exportações de petróleo, que sustentam o país*. (13 de out. de 2019). Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/13/crise-na-venezuela-o-que-ha-por-tras-da-queda-vertiginosa-das-exportacoes-de-petroleo-que-sustentam-o-pais.ghtml>. Acesso: 03 de dez. de 2020.

IBGE – Educação (2019). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao>. Acesso: 10 de dez. de 2019.

IBGE – Estimativa da População nos Municípios (2019). Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>. Acesso: 10 de dez. de 2019.

IBGE – Países (2021). Dados Venezuela. Disponível em:

<https://pais.ibge.gov.br/#/dados/venezuela> Acesso: 04 de jan. de 2022.

IBGE – População dos municípios: cidades e estados, dados estimados, ano de 2021.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso: 05 de jan. de 2022.

INDEXMUNDI. Venezuela. Taxa de Mortalidade Infantil. *O Index Mundi*, 2018. Disponível em

[https://www.indexmundi.com/pt/venezuela/taxa_de_mortalidade_infantil.html#:~:text=total%3A%2011%2C9%20mortes%2F,1.000%20nascimentos%20\(2018%20est.\)](https://www.indexmundi.com/pt/venezuela/taxa_de_mortalidade_infantil.html#:~:text=total%3A%2011%2C9%20mortes%2F,1.000%20nascimentos%20(2018%20est.)) Acesso em: 25 de jan. de 2022.

ITURRIZA, Reinaldo. Chavismo y revolución. ¿Qué pasa en Venezuela? (29 de ago. de 2016). *Saber y Poder*. Disponível em:

<<https://elotrosaberypoder.wordpress.com/2016/08/29/chavismo-y-revolucion-que-pasa-en-venezuela/?wref=tp>>. Acesso em: 15 de nov. de 2016.

JORNALISTAS LIVRES. Eleições na Venezuela são vitória da democracia. *Jornalistas Livres* (07 de dez. de 2020). Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/eleicoes-na-venezuela-sao-vitoria-da-democracia/> Acesso: 04 de mar. de 2020.

LÚCIO, Edraudino Pereira; LIMA, Odair Laercio de. Entrevista [20-jan-2022]. Entrevistador: Rubens Alves da Silva. Dourados-MS, 2022. Entrevista Concedida durante a execução do projeto de mestrado de Rubens Alves da Silva junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

LUSSI, Carmem. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio1. *Psicologia USP*, v. 26, p. 136-144, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/102377>. Acesso: 17 de mar. de 2018.

MAHER, George Ciccariello. *Construindo a Comuna – Democracia radical na Venezuela* (Trad. por Aldo Cordeiro Sauda), Ed. Autonomia Literária, 2020.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. *Migrantes e Refugiados: Por uma Cidadania Universal - Refúgio, Migrações e Cidadania - Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), ACNUR, 2011.*

MARTÍNEZ DAZA, J. *La era Puntofijista*. Caracas: Editorial La Estrella Roja, 2013.

MARTINS, Carlos Eduardo. Venezuela. Enciclopédia Latino Americana (2017). Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/venezuela>, Acesso: 07 de jun. de 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. Venezuela. SADER, Emir (Org.) *Enciclopédia Latino Americana*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATOS, Fátima Ishi de. Entrevista [03-fev-2022]. Entrevistador: Rubens Alves da Silva. Dourados-MS, 2022. Entrevista Concedida durante a execução do projeto de mestrado de Rubens Alves da Silva junto à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

MAYA, Margarita López. *Venezuela: el gobierno de Hugo Chávez y sus fuerzas bolivarianas*. México: Instituto Federal Electoral, 2009.

MDS - MINISTÉRIO do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Estratégia de Interiorização. (nov-2022). Governo Federal. Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/> Acesso: 10 de jan. 2023.

MELEAN, Enio. *Expresidente español Rodríguez Zapatero pide a la UE que se separe de la política de Trump hacia Venezuela*. (06 de dez. de 2020). Gobierno Bolivariano de Venezuela. Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. Disponível em: <http://mppre.gob.ve/2020/12/06/expresidente-espanol-rodriguez-zapatero-pide-ue-separe-politica-trump/> Acesso em: 16 de abr. de 2021.

MELLO, Michele. Como é a vida em uma comuna na Grande Caracas? *Brasil de Fato – Internacional*, São Paulo (05 de jun. de 2019). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/05/como-e-a-vida-em-uma-das-mais-de-tres-mil-comunas-venezuelanas>. Acesso: 09 de janeiro de 2022.

MENDONÇA, Heloísa, O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. *El País* (17 de ago. de 2018). Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html. Acesso: 04 de mar. de 2020.

MIGRACIDADES RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO /2021 – Dourados-MS. Região: Centro-Oeste. *Registro de migrantes internacionais* (SISMIGRA, junho/2021): 3.716. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2021/02/Migracidades%E2%80%93Dourados.pdf>. Acesso: 07 de abr. de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Plataforma 4RV. Governo Federal - Disponível em:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/> Acesso: 05 de dez. 2022.

MÔNACO, Gustavo. Pobreza, fome e turbulência política levam a aumento de migrações na América Latina. *Jornal da USP* (25 de out. de 2021). Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/pobreza-fome-e-turbulencia-politica-levam-a-aumento-de-migracoes-na-america-latina/>. Acesso em 15 de nov. de 2021.

NEVES, Rômulo Figueira (Org.). *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília: FUNAG, 2010.

O GLOBO. *Dois dias de violência abalam a Venezuela*. Quarta-feira, 1 de mar. de 1989. O Mundo, p. 19.

ONU – Organização das Nações Unidas – Brasil (17 de jun. de 2019). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83427-populacao-mundial-deve-chegar-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu>. Acesso em: 14 de jul. de 2019.

PEDROSO, Carolina Silva. Petróleo e poder: a crise venezuelana e seus elementos históricos. *Textos e Debates*, Boa Vista, nº 34, p. 9-22, jan.-jun. 2020.

PLATAFORMA R4V - Plataforma Regional de Coordenação Interagencial. *R4V Latin America and the Caribbean, Venezuelan Refugees and Migrants in the Region* – jul. 2022. (dez-2022). Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/89719>. Acesso em: 11 de dez. de 2022.

POCHMANN, M. *Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil*. In: TOLEDO, E. de la G.; SALAS, C. (Orgs.). *Nafta y Mercosur: Procesos de apertura económica y trabajo*. 1ª ed., vol. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2003, pp. 185-214.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto N° 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm. Acesso em: 3 de mar. de 2020.

PÚBLICO. Manifestante "chavista" queimado em protesto da oposição na Venezuela. *Público.pt* (27 de mai. de 2017). Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/05/22/mundo/noticia/manifestante-queimado-durante-protesto-em-venezuela-1773019>. Acesso: 10 de jan. de 2022.

RAFFESTTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. vol. 29. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RELATÓRIO DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL – 2020, elaborado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (ONU). Instituto Migrações e Direitos Humanos, 18 de jan. de 2020. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-no-mundo-chegam-aos-281-milhoes-em-ano-de-pandemia/>. Acesso: 14 de mai. de 2021.

RODRIGUES, Arlete. A cidade como Direito. Scripta Nova. *Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* - vol. XI, núm. 245 (33), 1 de ago. de 2007. Disponível em: www.ub.edu/geocrit/nova.htm. Acesso em: 16 de dez. de 2021.

RODRIGUES, Fania. Como o bloqueio imposto pelos Estados Unidos afeta a vida dos venezuelanos. *Revista Brasil de Fato* (03 de jul. de 2019). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03/como-o-bloqueio-dos-estados-unidos-afeta-a-vida-dos-venezuelanos>. Acesso em: 27 de dez. de 2021.

SALGADO, Tiago Santos. *Em nome da democracia: a intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista*. 2019. 271f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo.

SANTOS, Boaventura. A nova Guerra Fria e a Venezuela. *Público*. (06 de fev. de 2019). Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/02/06/mundo/opiniaio/nova-guerra-fria-venezuela-1860649>, Acesso em: 21 de jun. de 2020.

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social Assessoria e Regulação regulacao.semas@dourados.ms.gov.br. Central do Cadastro Único de Dourados/MS. Dados oriundos do sistema de extração do Cadastro Único – CECAD, CadÚnico V, de 7 de dez. 2021(extraído em 25 de jan. de 2022).

SERAFINO, William; VIELMA, Franco. *Radiografía de un país bajo asedio*. Caracas: Misionverdad.com, 2018.

SILVA, João Lucas Zanoni. *Operação Acolhida: a imigração venezuelana para Dourados (MS)*, 2020. 245f. Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

SIMÕES, Gustavo Frota (Org.). *Perfil socioeconômico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

SISMIGRA, Subcomitê Federal para recepção, identificação e triagem dos imigrantes; Sistema de Tráfego Internacional; OIM – ONU MIGRAÇÃO, Ministério da Justiça e Segurança Pública (jan. de 2017 a nov. de 2022). Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Informe_MigracaoVenezuelana_Jan2017-Nov2022.pdf. Acesso em: 23 de jan. de 2023.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOUZA JÚNIOR, Waldemir de. *Diáspora de venezuelanos para Dourados-MS: Análise da integração laboral*. 2022. 150f. Dissertação (Mestrado em Direito e Relações Internacionais) Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS.

UOL: Economia. *Produção de petróleo da Venezuela volta a cair e recua a níveis de 1934*. (14 de jul. de 2020). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/07/14/producao-de-petroleo-da-venezuela-volta-a-cair-e-recua-a-niveis-de-1934.htm>. Acesso em: 25 de jan. de 2022.

URBANEJA, Diego Bautista, La política venezolana desde 1958 hasta nuestros días. In: *Temas de formación sociopolítica*, n.7, Caracas: Fundación Centro Gumilla e UCAB, 2009.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2001.

WIKIPÉDIA: Pacto de Punto Fijo. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_de_Punto_Fijo. Acesso em: 14 de mai. de 2020.

WORLDATLAS. Venezuela. 2019. Disponível em:
<https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/samerica/ve.htm>. Acesso em: 16. ago. 2020.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* *Desafios das migrações: buscando caminhos*. Porto Alegre: Sólidus, 2009.

ZERO, Marcelo. Para Entender a Venezuela. *Carta Capital*. (10 de ago. de 2017). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela/> Acesso em: 8 de mai. de 2019.

Bibliografia consultada

ARAÚJO, Vinicius. Chegada de venezuelanos independentes trás alerta para ‘caos social’ em Dourados. *Douradosnews*, 2019. Disponível em:
<http://www.douradosnews.com.br/dourados/dourados-venezuelana-cidade-foi-a-que-mais-recebeu-refugiados-no/1110031/> . Acesso em: 19 de ago. de 2019.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve>. Acesso em: 19 de set. de 2019.

BAUMAN, Zigmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUITRAGO, Deisy. *Produção de petróleo da Venezuela volta a cair e recua a níveis de 1934*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/07/14/producao-de-petroleo-da-venezuela-volta-a-cair-e-recua-a-niveis-de-1934.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 25/01/2022, 12h45. Acesso em: 10 de out. de 2019.

CHAUVIN, Irene Depetris. *Geografías afectivas: desplazamientos, prácticas espaciales y formas de estar juntos en el cine de Argentina, Chile y Brasil (2002-2017)*, Pittsburgh, Estados Unidos: Latin America Research Commons, 2019.

ESCOBAR, Arturo. Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69- 86

FERREIRA, Karina Quintanilha. *Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil*. 2019. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRANCHI, Tássio. *A Diáspora Venezuelana no Contexto Sul-Americano e seus Impactos para o Brasil*. Rio de Janeiro: IMM/ECEME, 2017.

GARCIA, Marcos. *Pretendidas sanciones injerencistas, unilaterales y violatorias del Derecho Internacional*. Gobierno Bolivariano de Venezuela. Ministerio del Poder Popular Para Relaciones Exteriores. (06 de jun de 2018). Disponível em:
<https://mppre.gob.ve/2018/vv06/06/cronologia-sanciones-injerencistas-unilaterales-violatorias/>. Acesso em: 18 de mai. de 2020.

GARCIA, Rosana I. Daza. *Mujer inmigrante*. 1. ed. Dourados: Arrevol coletivo, 2018.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005.

HENRY, Michel. *A Barbárie*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: É Realizações Editora, 2012.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. *Migrantes no mundo chegam aos 281 milhões em ano de pandemia*. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-no-mundo-chegam-aos-281-milhoes-em-ano-de-pandemia/> Acesso em: 18 de janeiro de 2020

JESUS, Alex Dias. *Redes da Migração Haitiana no Mato Grosso do Sul*. 2020. 313f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2018.

MIGRANTES, APÁTRIDAS E REFUGIADOS: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. (Série pensando o direito; nº 57).

OBMIGRA. Observatório das Migrações Internacionais. *Imigrantes registrados no Brasil*, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/Resumo%20Executivo%20Relat%C3%B3rio%20Anual.pdf>. Acesso em: 14 de nov. de 2020.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas Desde La Geografía y Las Ciencias Sociales. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. UFRG - Porto Alegre-RS, 28 de maio de 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – Curso de Gestão Urbana e de Cidades. Belo Horizonte: 14 a 25 de maio de 2001.

SANCIONES Y BLOQUEO: violación de la soberanía y agresión a Venezuela. Informe Especial Mayo 2018. Fonte: Ministério del Poder Popular Para Relaciones Exteriores.

<https://mppre.gob.ve/2018/06/06/cronologia-sanciones-injerencistas-unilaterales-violatorias/>
- Acesso em: 10 de ago. de 2022.

SOUZA, Romina Batista de Lucena. *O Desenvolvimento Econômico da Venezuela, 1950/2006*. 2008, 160 f. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
GEOGRAFIA - PROYECTO DE MÁSTER
ESTUDIANTE - RUBENS ALVES
CUESTIONARIO - INVESTIGACIÓN SOBRE LA PRESENCIA DE INMIGRANTES VENEZOLANOS EN DOURADOS

1. ¿Género, edad, nivel académico?
2. ¿Antes de emigrar para Brasil, de que parte de Venezuela usted viene, y cuál fue el recorrido que hizo hasta llegar a Dourados?
3. ¿Cuáles fueron los principales motivos por la cual salió de su país?
4. ¿Cuál fue la justificación que presentó para entrar en territorio brasileño?
5. ¿Cuáles fueron sus recursos para viajar hasta a Dourados?
 - A.) Por su cuenta ()
 - B.) Caminando, y en momento de carro ()
 - C.) ¿Contó con el apoyo del Proyecto Acolhida (un proyecto de internalización coordinado por el Gobierno Federal de Brasil en colaboración con la ONU) ()
6. Si usted fue ayudado por el Proyecto Acolhida, ¿en qué medida las acciones fueron efectivas para garantizar la inclusión laboral, con el trabajo en las empresas?
7. ¿Qué le animó a venir a Dourados?
8. ¿Vino a Brasil (a Dourados) solo o acompañado por más personas (por ejemplo: familia, parientes o amigos)?
9. ¿Cuál es su domicilio actual (especialmente en qué barrio)? ¿Por qué eligió este lugar?
10. ¿Cuántas personas viven en su casa? ¿Son todos de la misma familia?
11. Actualmente como esta su situación laboral?
 - A.) Trabaja en una empresa (con un contrato firmado) ()
 - B.) Trabajas de manera informal ()
 - C.) Estás desempleado? ()
12. Si está empleado, ¿cuál es su ocupación? ¿Qué tipo de trabajo realiza?
13. ¿Cuántos miembros de su familia tienen empleo? ¿Ejercen alguna actividad remunerada, aunque sea informal?
14. ¿Ha sufrido alguna forma de negación de los derechos laborales que se garantizan a los trabajadores brasileños?
SI () o NO ()
15. ¿Considera que su mano de obra está sobreexplotada (trabajo extenuante, muy mal pagado)?
SI () o NO () Algunas veces ()
16. ¿Sus ingresos y los de los miembros de su familia han sido suficientes para satisfacer las necesidades básicas de su grupo?
SI () NO () Algunas veces ()
17. ¿Ha utilizado los servicios públicos existentes en Dourados (como: sistemas de salud, educación, asistencia social y justicia, entre otros)?
SI () NO () Algunas veces ()
18. ¿Cómo evalúa los servicios públicos de este país?
Buenos () Muy buenos () Excelente () Regular () Malos () Pésimos ()
19. ¿Se siente integrado y acogido por la sociedad de Dourados? ¿Siente que puede vivir por el resto de su vida aquí? ¿Describe su experiencia?
20. ¿Cuáles son los principales obstáculos que cree haber sufrido en Dourados como inmigrante?
21. ¿Ha encontrado alguna forma de discriminación, como la xenofobia?
SI () NO () Algunas veces ()
22. ¿Ha recibido apoyo de individuos, pequeños grupos o solidaridad de organizaciones formales o informales existentes en la sociedad de Dourados? ¿Qué tipo de apoyo?

Nota: Solicitar, puede ser verbalmente (si se graba), el permiso para publicar la entrevista en el periódico.

Data da entrevista: __/__/__